

**2015**

# REVISTA PORTUGUESA DE ESTUDOS REGIONAIS

3º Quadrimestre | nº 40 | Avulso €15

**Diretor** Pedro Nogueira Ramos



**2015**

# **REVISTA PORTUGUESA DE ESTUDOS REGIONAIS**

3º Quadrimestre | nº 40 | Avulso €15

**Diretor** Pedro Nogueira Ramos



# Revista Portuguesa de Estudos Regionais

## Nº 40, 2015, 3º Quadrimestre

### Direção Editorial

Pedro Nogueira Ramos, Universidade de Coimbra

### Comité Editorial

Adriano Pimpão, Universidade do Algarve

Alejandro Cardenete, Universidad Loyola  
Andalucía

Ana Lúcia Sargento, Instituto Polit. de Leiria

António Figueiredo, Universidade do Porto

António Pais Antunes, Universidade de Coimbra

António Rochette Cordeiro, Univ. de Coimbra

Armindo Carvalho, Universidade do Porto

Arnab Bhattacharjee, Universidade de Dundee

Artur Rosa Pires, Universidade de Aveiro

Carlos Azzoni, Universidade de São Paulo

Celeste Eusébio, Universidade de Aveiro

Conceição Rego, Universidade de Évora

Eduardo Anselmo de Castro, Univ. de Aveiro

Eduardo Haddad, Universidade de São Paulo

Fernando Perobelli, Universidade de Juiz de Fora

Francisco Carballo-Cruz, Universidade do Minho

Francisco Diniz, Univ. Trás-os-Montes e AD

Geoffrey D. Hewings, REAL e Univ. de Illinois  
em Urbana-Champaign

Iva Miranda Pires, Universidade Nova de Lisboa

João Guerreiro, Universidade do Algarve

João Oliveira Soares, Universidade de Lisboa

Joaquim Antunes, Instituto Polit. de Viseu

José Cadima Ribeiro, Universidade do Minho

José Pedro Pontes, Universidade de Lisboa

José Reis, Universidade de Coimbra

José Silva Costa, Universidade do Porto

Lívia Madureira, Univ. Trás-os-Montes e AD

Manuel Brandão Alves, Univers. de Lisboa

Mário Fortuna, Universidade dos Açores

Mário Rui Silva, Universidade do Porto

Miguel Marquez Paniagua, Universidade da  
Extremadura

Nuno Ornelas Martins, Univ. Católica, Porto

Paulo Pinho, Universidade do Porto

Paulo Dias Correia, Universidade de Lisboa

Paulo Guimarães, Univ. da Carolina do Sul

Pedro Costa, ISCTE-Inst. Univers. de Lisboa

Pedro Guedes de Carvalho, Univ. Beira Int.

Peter Nijkamp, Univer. Livre de Amsterdão

Regina Salvador, Universidade Nova Lisboa

Rui Nuno Baleiras, Universidade do Minho

Rui Ramos, Universidade do Minho

Teresa Noronha Vaz, Universid. do Algarve

Tomaz Ponce Dentinho, Univer. dos Açores

Xésus Pereira López, Universidade de Santia-  
go de Compostela

**Secretariado executivo** Ana Luísa Ramos

### Propriedade e Edição ©APDR

Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional

Universidade dos Açores, Rua Capitão João D'Ávila

9700-042 – Angra do Heroísmo

+351 295 332 001 (telef/fax) • rper.geral@gmail.com

<http://www.apdr.pt/siteRPER/index.html>

**Periodicidade** Quadrimestral • **Preço** Avulso 15€ • Assinatura 30€ (Portugal) e 45€ (estrangeiro)

**Impressão** Studioprint • **Tiragem** 30 exemplares

**Depósito legal** 190875/03 • **ISSN** 1645-586X

A Revista Portuguesa de Estudos Regionais está referenciada nas bases bibliográficas  
*EconLit*, *Journal of Economic Literature*, *WebQualis* e na *Scopus*

# ÍNDICE

- 5 Desigualdades em Tempos de Crise: Vulnerabilidades Habitacionais e Socioeconómicas na Área Metropolitana de Lisboa

*Renato Miguel do Carmo  
Rita Cachado  
Daniela Ferreira*

- 23 Shrinking Cities in Portugal – Where and Why

*Maria Helena Guimarães  
Ana Paula Barreira  
Thomas Panagopoulos*

- 43 Produção de Conhecimento e Variedades de Capitalismo: Resiliência Regional no Alvorecer da Turbulência Económica na Europa

*Hugo Pinto*

- 65 Chaves do êxito do Turismo em Espaço Rural (TER): evidências a partir da lealdade turística na *Rede das Aldeias do Xisto*

*Fidel Martínez-Roget  
José Alberto Tavares Moutela  
Juan Carlos Estévez Núñez*



# **Desigualdades em Tempos de Crise: Vulnerabilidades Habitacionais e Socioeconómicas na Área Metropolitana de Lisboa<sup>1</sup>**

## **Inequalities in Times of Crisis: Housing and Socio-economic Vulnerabilities in Lisbon Metropolitan Area**

**Renato Miguel do Carmo**

renato.miguel.carmo@gmail.com; renato.carmo@iscte.pt  
CIES-IUL

**Rita Cachado**

rita.cachado@iscte.pt  
CIES-IUL

**Daniela Ferreira**

daniela.alexandra.ferreira@iscte.pt  
CIES-IUL

### **Resumo/Abstract**

Este artigo pretende analisar a relação entre as diferentes componentes das desigualdades de recursos, com especial enfoque para as condições de habitabilidade e a autonomia financeira, e o seu impacto nas vulnerabilidades sociais, que tendem a agravar-se nos atuais tempos de crise económico-financeira. Através dos dados de um inquérito por questionário, realizado a 1500 residentes na AML, o estudo estabelecerá uma comparação entre diferentes contextos socio-territoriais, tendo como referência uma tipologia utilizada para a estratificação da amostra. Os resultados do estudo identificam as várias dimensões da relação referida e apresentam um modelo estatístico que incorpora as variáveis em análise.

*Palavras chave:* Desigualdades, vulnerabilidades habitacionais, vulnerabilidades sociais, crise económico-financeira, território

*Códigos JEL:* D63, R20

This article analyses the relationship between the different components of resource inequalities, with a special focus on housing and financial autonomy, as well as their contribution towards the emergence of vulnerabilities which are being aggravated in the context of the actual economic and financial crisis. Using the data set obtained through a survey conducted with 1500 residents of LMA, the study establishes a comparison between different spatial contexts. The results of the study identify a relationship between inequalities and financial and housing vulnerabilities, and present a statistical model which incorporates the various analysis dimensions.

*Keywords:* Inequalities, housing vulnerabilities, social vulnerabilities, economic and financial crisis, territory

*JEL Codes:* D63, R20

---

<sup>1</sup> Este artigo insere-se no projeto de investigação LocalWays “Trajetos de sustentabilidade local: mobilidade espacial, capital social e desigualdade” (PTDC/ATP-EUR/5023/2012), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

## 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos alguns estudos têm-se debruçado sobre a composição e a persistência das desigualdades sociais em Portugal. A maior parte destes abordou a desigual distribuição dos diversos recursos (rendimento, qualificações...) na população Portuguesa. Além disso, também se aprofundaram novas perspectivas relacionais entre diferentes fenómenos sociais que estão direta ou indiretamente interligados, por exemplo, a associação entre as desigualdades e outras formas de vulnerabilidade como a pobreza, o desemprego ou a precariedade. Estas análises têm chamado a atenção para o carácter multidimensional e relacional das desigualdades, salientando a necessidade de não se reduzir a análise a um único tipo de indicadores (Costa, 2011; Rodrigues *et al*, 2012; Stiglitz, 2012).

É nesta linha de problematização científica que se enquadra o presente artigo. Na verdade, o nosso objetivo é precisamente o de relacionar as desigualdades com formas diferenciadas de vulnerabilidade que normalmente não são consideradas, como é o caso dos problemas de habitabilidade e a sua interdependência com a dificuldade das pessoas em fazer face a despesas. Estas fragilidades não só têm aumentado com o prolongar da atual crise económico-financeira, como representam as dimensões mais básicas para a manutenção de uma vida social condigna e estável. É sabido que as dificuldades económicas têm atingido muitos agregados familiares, tanto no que diz respeito à redução do rendimento disponível das famílias, como no aumento do desemprego ou da precariedade laboral. Estas e outras dificuldades aumentaram o tipo de carências que atingem cada vez mais as condições básicas de habitabilidade e de autonomia financeira dos agregados familiares. Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo descortinar a associação entre diferentes componentes das desigualdades de recursos (habitação, escolaridade, classe social, despesas, etc.), percebendo, desta maneira, como se gera um conjunto de vulnerabilidades cumulativas e tendencialmente sistémicas, que tenderão a agravar-se no contexto da atual crise económico-financeira.

Os dados que iremos apresentar resultam de um projeto sobre a Área Metropolitana de Lisboa (AML), no âmbito do qual se aplicou um inquérito por questionário a 1500 residentes. Referimo-nos ao projeto *Localways* - Trajetos

de sustentabilidade local: mobilidade espacial, capital social e desigualdade (PTDC/ATP-EUR/5023/2012).

Por este motivo, o estudo contemplará uma base territorial de análise, a partir da qual se estabelecerá uma comparação entre diferentes contextos espaciais territoriais, tendo como referência uma tipologia utilizada para a estratificação da amostra, que será devidamente caracterizada na secção correspondente à metodologia.

Este artigo compõe-se em quatro partes. Na primeira debater-se-á teoricamente o problema das desigualdades sociais e a sua relação com a questão da habitação, incidindo-se sobre os territórios da AML. Posteriormente, enquadrar-se-ão as questões metodológicas no que diz respeito à construção da amostra e dos instrumentos de inquirição. Na terceira parte, apresentar-se-ão os resultados do inquérito relativos à avaliação dos indivíduos sobre o seu local de residência e a identificação dos problemas fundamentais de habitabilidade do alojamento. Na última abordar-se-á a relação entre desigualdades e vulnerabilidades financeiras e habitacionais, e desenvolver-se-á um modelo estatístico que incorpora as várias dimensões em análise.

## 2. DESIGUALDADES DE RECURSOS E A QUESTÃO DA HABITAÇÃO NA AML

As desigualdades detêm um carácter multidimensional. A este respeito, a tipologia de Therborn (2006) estabelece uma distinção entre *desigualdades de recursos*, *desigualdades existenciais* e *desigualdades vitais*. Estas últimas representam desigualdades perante a vida, a morte e a saúde; as desigualdades existenciais remetem para o desigual reconhecimento dos indivíduos humanos enquanto pessoas; as desigualdades de recursos significam a desigual distribuição dos recursos, como o rendimento, a riqueza, a escolaridade, etc. (cf. Costa, 2012: 21-24). Neste artigo iremos debruçar-nos sobre diferentes tipos de desigualdades de recursos, nas quais se encaixam as desigualdades de acesso à habitação e à qualidade das condições de habitabilidade. Como veremos, estas variam em função da situação de classe e são interdependentes de outras formas de vulnerabilidade, designadamente, das dificuldades económicas em

assegurar um conjunto de despesas e pagamentos.

A distribuição do rendimento representa uma dimensão incontornável na análise das desigualdades de recursos (OCDE, 2011; Piketty, 2014). São conhecidos os rácios e os coeficientes que medem as disparidades de rendimento entre os mais ricos e mais pobres, medindo a amplitude das assimetrias entre porções de rendimentos detidos pelos percentis ou quantis de topo face aos da base da distribuição (Cantante, 2014). Estes indicadores têm sido trabalhados a partir de bases de dados resultantes da aplicação de inquéritos por questionário a uma amostra da população, da qual se estimam resultados para um determinado universo populacional (por exemplo, EU-SILC: *Survey on Income and Living Conditions*); ou pelo registo administrativo, cujos dados se referem normalmente ao universo: por exemplo, os dados fiscais acerca do rendimento (Milanovic, 2011).

No inquérito por questionário que aplicámos aos residentes da AML não inquirimos diretamente sobre posse ou fontes de rendimento, já que estas não constituíam objetivo primordial da temática do projeto de investigação. Todavia, incluíram-se algumas questões que identificam direta ou indiretamente problemas de ordem financeira e económica. A este respeito, tentou-se pela via das despesas perceber qual o grau de vulnerabilidade face à capacidade de pagar ou não uma dada quantia. Por outro lado, alargou-se a noção de desigualdade de recursos a outras componentes que habitualmente não são previstas pelas análises de rendimentos. Referimo-nos ao problemas decorrentes das condições de habitabilidade que, do nosso ponto de vista, são fundamentais para se compreender melhor a dimensão da vulnerabilidade social que atinge, neste caso, os residentes da AML.

Neste sentido, por intermédio da análise destas variáveis, pretendemos perceber em que medida as desigualdades perante as condições de habitabilidade e a capacidade de fazer face às despesas se relacionam com outras dimensões das desigualdades de recursos, designadamente a posição de classe, o nível de escolaridade e a situação perante o emprego. Esta análise torna-se ainda mais pertinente pelo facto de coincidir com o momento da crise económico-financeira que afeta grande parte da população portuguesa há vários anos.

As desigualdades detêm um carácter sistémico e relacional no que diz respeito às causas e aos seus efeitos. São vários os estudos, publicados recentemente, que tentam comprovar estatisticamente esta ideia. A obra de autoria de Wilkinson e Pikett (2010) sublinha precisamente esse carácter sistémico, ao relacionar a distribuição desigual dos rendimentos não só com variáveis correspondentes a outros recursos mas, inclusivamente, com outras dimensões relacionadas com as desigualdades vitais ou existenciais. A análise que desenvolveremos neste artigo é menos ampla e bem mais modesta, na medida em que se pretende captar esse carácter sistémico, mas circunscrito às desigualdades de recursos.

O conceito de classe social tem sido muito discutido nas ciências sociais não só entre perspetivas teóricas, como entre distintas maneiras de operacionalização. São conhecidas as discussões acérrimas entre as correntes (neo)marxistas e (neo)weberianas que apontam para diferentes componentes das desigualdades. Por exemplo, a primeira enfatiza a importância de determinados recursos económicos, como é o caso da detenção dos meios de produção; enquanto a segunda chama a atenção para outros recursos não económicos (nomeadamente, culturais) e para a estipulação de diferentes estatutos e posições sociais<sup>2</sup>.

Em Portugal, vários estudos têm abordado a composição e recomposição das classes sociais utilizando diferentes inspirações teóricas e modelos analíticos. No que diz respeito à proposta operacional de uma dada tipologia de classes, destacamos a abordagem desenvolvida pela equipa de sociólogos do ISCTE-IUL, que há várias décadas tem vindo a utilizar um indicador socioprofissional que resulta da articulação entre a nomenclatura das profissões usada pelo INE e a situação na profissão.

Esta tipologia é composta pelos seguintes lugares de classe: *Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais* (EDL), são os empregadores e/ou os dirigentes das empresas e da administração pública (enquanto empregadores podem ser recrutados de qualquer um dos grupos da nomenclatura de profissões), mais os profissionais que exercem profissões qualificadas e especializadas por conta própria; *Profissionais Técnicos e de Enquadramento* (PTE), exercem a sua atividade por conta de outrem em profissões intelectuais, científicas e técni-

---

<sup>2</sup> Para o aprofundamento desta leitura ver Carmo (2013).

cas de nível superior ou intermédio; *Trabalhadores Independentes* (TI), exercem atividade por conta própria, sem empregados, em profissões administrativas e similares nos serviços e no comércio, compreendem os artífices e trabalhadores similares, agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas; *Empregados Executantes* (EE), são trabalhadores por conta de outrem respeitante ao pessoal administrativo e similares, e pessoal dos serviços e vendedores; *Operários* (O), são trabalhadores manuais por conta de outrem nas profissões mais desqualificadas da construção, indústria e transportes, agricultura e pescas.

A tipologia em causa tem sido testada por diversos autores que vêm trabalhando sobre as mais variadas temáticas, utilizando diferentes inquéritos e bases de dados. A elasticidade operacional demonstrada pelo seu uso adequa-se às mais distintas escalas territoriais: europeia (Carmo e Nunes, 2013; Almeida, 2013; Costa *et al.* 2009), nacional (Machado e Costa, 1998), concelhia (Carmo e Santos, 2014), mas também à escala de um bairro de Lisboa (Costa, 1999). Aliás, é neste último estudo que a tipologia conhece uma das suas análises mais pormenorizadas e inovadoras.

Uma das novidades do presente artigo passa pela operacionalização deste indicador à escala da AML. Por seu intermédio iremos tentar medir até que ponto as desigualdades se inter-relacionam com a vulnerabilidade das condições de habitabilidade e as dificuldades económico-financeiras.

Desde o célebre livro de Engels (1984 [1887]) sobre a questão da habitação na cidade industrial do século XIX, e ainda com a obra, contemporânea daquela, de Booth (v. Spicker, 1990) sobre o mapeamento da pobreza, que se estabeleceu uma relação analítica entre as desigualdades sociais, designadamente as desigualdades de classe, e o acesso ou o direito à habitação condigna como um mínimo de qualidade. Aliás, o acesso à habitação representa um pressuposto básico do direito à cidade, seguindo a conceção de Lefebvre (1968) e de Castells (1973), com que concordamos. Muitos dos mais célebres trabalhos que contribuíram para solidificar o vasto campo interdisciplinar dos estudos urbanos têm de resto por base empírica os contextos habitacionais dos urbanitas. Salientamos o caso de Gans (1968) sobre segregação e planeamento urbano, de Suttles (1968) sobre a ordem social em bairros degradados e de Hannerz (1969) que,

sendo um autor central para a análise das cidades, desenvolveu o seu trabalho sobre os estilos de vida em bairros segregados. Além destes, destacamos Bourdieu que, sendo essencial para outros campos da sociologia, analisou a questão da habitação (Bourdieu e Christin 1990). Importa notar ainda que a relação analítica entre cidade e habitação é classicamente justificada no crescimento das cidades associado ao crescimento das populações em situações de acentuada diferenciação social (Wirth, 1997 [1938]).

No contexto português em geral, há um conjunto de autores que trabalharam concretamente, em bairros e muitas vezes alargando a discussão a um nível macro, a relação entre desigualdade e habitação. Desde logo, a produção relevante dos anos 90, donde se salienta o trabalho de Guerra (1994, 1997, 1998, 2001). A autora vê a habitação como um dos elementos que melhor refletem as desigualdades sociais. Contudo, esse enfoque é dado consoante a corrente de pensamento e, por isso, é defendido que o conceito de habitação pode ser abordado sob diferentes perspetivas, tornando-se multidisciplinar. Para além disso, faz uma abordagem às políticas de habitação em Portugal do ponto de vista de uma execução que deve levar em conta não só as necessidades do estado e do sector privado, mas que dialogue fortemente com as populações visadas. Também o trabalho de Freitas tem lugar de destaque na mesma década (Freitas 1990, 1994, 2001). Estas referências vão desde abordagens macro às questões do realojamento, a abordagens centradas na experiência concreta num realojamento, possibilitando uma perspetiva que, à semelhança de Guerra, traz uma visão não só teórica como prática à sociologia da habitação. Os realojamentos em massa verificados em Portugal no final dos anos 90 são os grandes motivadores destas reflexões. Porém, não devem ser esquecidos no campo da habitação associada às desigualdades outros pares colaboradores, como Ferreira (1988, 1994), Gros (1994, 1998), ambos determinantes para a história da habitação social no país, e Baptista (1999, 2001). Mais recentemente deve ser colocado em evidência o contributo da equipa de sociologia da Universidade do Porto neste domínio (Pinto, 2012; Pereira e Queirós, 2012, Queirós, 2013) e de alguns trabalhos que, embora isolados, têm contribuído para recuperar a temática com a questão do realojamento em habitação social (Cachado

2012, 2013; Ascensão, 2013) e além dela, como o papel da habitação na mudança social ao longo da vida (Nico, 2014).

Relativamente aos estudos realizados sobre a questão da habitação na AML é importante fazer uma resenha mais pormenorizada. Com múltiplas opções de abordagem, escolhemos uma que procura sintetizar a questão da habitação no sentido de a relacionar com as questões da desigualdade. De facto, sendo a habitação um direito central dos cidadãos (à semelhança da saúde e da educação), esta ligação é inerente e a análise, neste artigo, do cruzamento entre as dimensões da habitação e das desigualdades sociais é uma tautologia. Neste sentido, as políticas de habitação são naturalmente centrais para perceber a questão da habitação na AML (Ferreira, 1988, Gros, 1994, Baptista, 1999). Na década de noventa desenvolveu-se em Portugal uma linha de estudos importante e, por vezes, não devidamente valorizada, no LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil), com a colaboração de cientistas sociais. Salientamos, a este respeito, Soczka (1988), Freitas (1990), e Maia *et al* (1992). Ao mesmo tempo, a academia produzia trabalhos sobre núcleos residenciais na AML em várias universidades, onde a maior preocupação eram os bairros degradados, clandestinos. É interessante notar que, tanto no caso do LNEC como no caso da sociologia e dos estudos urbanos, os académicos dedicados a este tema pelo menos no contexto da AML estiveram muitos deles ligados a projetos no terreno, sobretudo através de gabinetes municipais de apoio à habitação.

Quando olhamos mais especificamente para as questões da promoção imobiliária, de cariz social ou não, raramente são analisadas sem refletir sobre as opções legislativas e processuais entre o mercado e a intervenção pública. No campo da sociologia, destacamos o trabalho de Silva (1994), e de Baptista (1999). A questão mais concreta do acesso à habitação relacionado com as classes sociais foi em Portugal abordada por Pereira (1994), entre outros, que ao estudar os pátios e vilas de Lisboa ilustra esta relação entre classes sociais mais desfavorecidas e determinados tipos de habitação (Carvalho, 2013). Este tema foi de resto explorado de diferentes maneiras a propósito do crescimento de uma sociologia da habitação, nos anos 80 e 90 (Almeida, 1994). Nessa altura, debatiam-se as condições de vida dos moradores em conjuntos residenciais degradados. O assunto estava na ordem do dia por via

do forte crescimento da AML, relacionado não só com as migrações internas da população com graves carências económicas e que foram construir as suas casas em nascentes bairros de *barracas* a partir dos anos 50, como também associado às migrações providas de países africanos. Mas o crescimento da AML em termos habitacionais não se fez apenas pela via da habitação precária; pelo contrário, a maior parte do crescimento habitacional deve-se às migrações internas e externas das chamadas classes médias (Fonseca 1990), que compraram e alugaram casas massivamente em toda a AML naquilo a que hoje comumente se chama processo de suburbanização (v.e.g. Nunes, 2011).

Há ainda um aspeto que não deve ser ignorado tendo em conta o nosso propósito de análise cruzada entre condições de habitação e desigualdades sociais. É que a habitação social<sup>3</sup> em Portugal tem uma história muito marcada pelo Programa Especial de Realojamento (PER), legislado em 1993 e implementado nos 20 anos que se lhe seguiram. O PER nasceu de uma necessidade político-social urgente ou, nas palavras da introdução do Decreto Lei 163/93 de 7 de Maio, que descreve o seu objetivo central, o PER visa "a erradicação das barracas, uma chaga ainda aberta no nosso tecido social." Uma urgência que olhou pouco para as condições reais dos bairros inscritos no programa e mais para a vertente política da transformação dos territórios degradados, isto é, imperou o estigma de que as populações residentes nestes bairros viviam um estilo de vida associado à pobreza. Este apriorismo resultou não só da falta de estudos concretos sobre condições de vida nos bairros chamados de barracas, como também de um discurso de política da pobreza, ou a pobreza como mote político, assinalado na altura por exemplo por Guerra (1994).

Este panorama da habitação, fortemente marcado pelas políticas de habitação social, deve servir de acautelamento na análise cruzada entre habitação e desigualdades que pretendemos fazer neste artigo. Ou seja, embora este-

<sup>3</sup> Não queremos aqui discutir a adequação ou não da expressão *política de habitação social* ou da alternativa mais vezes apresentada, *política social de habitação*. Defendemos contudo que não se deve esquecer a utilidade da expressão *habitação social*. De resto, concordamos com Luís Baptista quando diz que "A constituição de um 'campo social' (P. Bourdieu) em torno da defesa e afirmação do 'direito à habitação' leva a que se desenvolva um universo morfológico e social de referência a este propósito, que poderemos designar genericamente como 'habitação social' (Baptista 1999, 8-9).

jamos em presença de duas dimensões que do nosso ponto de vista lucram em ser compreendidas em conjunto, não concordamos com uma perspetiva que reforce o discurso sobre uma cultura da pobreza.

Antes de se avançar para a análise que parte dos nossos dados empíricos, é importante apresentar alguns dados inventariados pelo Instituto Nacional de Estatística sobre a composição e a evolução do parque habitacional (INE, 2013), tanto ao nível do país como da região de Lisboa, desde o início dos anos 2000. Este levantamento pretende enquadrar a reconfiguração das dinâmicas ocorridas no sector nestes últimos anos, tendo como especial enfoque o período mais recente que coincide com o aprofundamento da crise económico-financeira.

Não cabendo aqui uma análise crítica da situação de decréscimo na construção de habitação no atual contexto de crise, importa contudo notar que a sua desaceleração é, *per se*, positiva para o contexto português, onde se verificava uma desproporção acentuada entre as necessidades habitacionais e o parque habitacional. Esta situação é denunciada desde a década de 1960 (Pereira, 1963) e recentemente confirmada, por exemplo, pelo INE em 2012. Apesar de continuarem a verificar-se necessidades habitacionais, não tem havido políticas assertivas de compensação do desacerto entre parque existente e necessidades sociais de habitação<sup>4</sup> (v. a este respeito, Miranda e Babo, 2012). Como poderemos verificar, tendo por base o estudo do INE (2014a), onde foi feita uma estimativa para o ano 2013, neste período é visível o impacto que a crise teve na inversão de algumas tendências a partir de 2008. Portugal obteve em 2013 uma taxa de crescimento inferior à dos anos anteriores, situando-se nos 0,3%. Analisando esta questão de forma mais pormenorizada, verifica-se que este decréscimo se deu a partir de 2008 e que as taxas de crescimento têm vindo a diminuir desde então. Antes de 2008, a tendência era inversa, uma vez que a taxa anual média aumentou 1% até ao ano referido. Traduzindo esta informação, Portugal continental obteve, desde 2001 até 2013, 396 mil edifícios, verificando-se um crescimento de 12,4%. Quanto aos alojamen-

tos, o número aumentou em 567 mil alojamentos (10,6% de crescimento).

No que diz respeito às obras concluídas, Portugal teve um decréscimo de 11% em relação ao ano de 2012. Já as obras com fins de reabilitação tiveram um aumento de 26,8% em 2012 para 29,1% em 2013, a que não são alheias as, ainda que poucas, políticas de promoção da reabilitação urbana.

No mesmo sentido, relativamente às obras licenciadas, a tendência é decrescente desde 2008 até 2013, sendo que no último ano referido diminuiu cerca de 22,7% em relação ao ano de 2012. À semelhança do que se passa com a conclusão de construções novas (72,3% em 2008 e 58,2% em 2013) e com as obras de reabilitação (34,5% do total de licenciamentos em 2013), também os licenciamentos de construções novas têm vindo a diminuir, ao passo que os licenciamentos de obras de reabilitação têm vindo a aumentar (dentro das obras de reabilitação, teve maior importância as obras de ampliação que em 2008 o seu peso relativo era de 14,6% e em 2013 aumentou para 24,0%).

Se é verdade que, analisando os valores totais, as obras de reabilitação tenham diminuído de 2008 para 2013, verifica-se um aumento do peso relativo na realização destas obras no mesmo período (20,4% em 2008 e 29,1% em 2013). Convém ainda referir que, do total das obras de reabilitação realizadas em 2013, 64,9% foram realizadas em habitações familiares. Esta percentagem em 2008 era mais elevada, correspondendo a 70,8%.

Focando-nos na região de Lisboa, observa-se que esta, juntamente com os Açores, foi das únicas regiões em que o crescimento da construção foi superior à média nacional, tendo um crescimento de 14,3% para os edifícios e 14,6% para os alojamentos. Porém, a região de Lisboa foi a aquela que obteve igualmente um maior decréscimo do seu número de edifícios concluídos no ano de 2013 (-50,6%).

A região de Lisboa possuía em 2013 12,6% do total dos edifícios do país e 25% dos alojamentos. Relativamente ao número médio de habitantes por alojamento, verifica-se que a região de Lisboa possuía 2,1 em 2001 e passou em 2013 para 1,9. Verifica-se portanto um decréscimo. Quanto ao número médio de alojamentos por edifício, constata-se que a região de Lisboa é aquela que possuiu valores mais elevados a esse respeito. Tinha em 2001 um valor de 3,31 e em 2013 estimou-se uma ligei-

<sup>4</sup> Há contudo um esforço de resolução desta problemática num documento intitulado Plano Estratégico da Habitação (disponível em [http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/estudos/plano\\_estrategico/documentos\\_plano\\_estrategico\\_habitacao.html](http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/estudos/plano_estrategico/documentos_plano_estrategico_habitacao.html)), que tem servido de base a algumas políticas ad-hoc neste contexto.

ra diminuição, passando para 3,30. Finalmente, no que diz respeito às obras licenciadas, a região de Lisboa foi a que registou um decréscimo mais acentuado em 2013. Isto traduz-se em 6,0% em 2013 para 13,0% em 2012, dentro da proporção de edifícios licenciados na região em questão.

Este enquadramento teórico pretendeu deter a amplitude necessária para cruzar diferentes perspetivas e preocupações analíticas que continuam relativamente afastadas e que convinha aproximar e articular. Obviamente que não iremos aprofundar empiricamente todos os pontos que foram teoricamente desenvolvidos; de qualquer modo, consideramos que seria importante encetar e aprofundar este diálogo de forma a estabelecer uma plataforma analítica comum que conjugue os estudos urbanos e dos territórios, a problemática das desigualdades sociais e a temática do acesso à habitação condigna e com condições.

### 3. METODOLOGIA: INQUÉRITO, TIPOLOGIA TERRITORIAL E AMOSTRA

No âmbito do projeto projeto intitulado *Trajetos de sustentabilidade local: mobilidade espacial, capital social e desigualdade*, foi aplicado um inquérito por questionário dirigido à população residente na Área Metropolitana de Lisboa (AML). O seu principal objetivo foi aferir as múltiplas formas de desigualdade social, as práticas de mobilidade, as rotinas diárias e as formas de participação cívica da população. Para tal construiu-se um guião de questionário que contemplou um conjunto amplo de dimensões de inquirição: caracterização socioeconómica e profissional; mobilidade geográfica e residencial ao longo da vida, mobilidade quotidiana; prestação de apoios familiares; nível de confiança interpessoal e institucional; práticas de ação coletiva e participação associativa; condições de habitabilidade; despesas e problemas financeiros.

Tendo em conta a elevada dimensão do universo estatístico a tratar, surgiu a necessidade de se elaborar uma amostra representativa. Esta foi realizada a 1500 residentes na AML com idade igual ou superior a 18 anos de idade, abrangendo um total de 75 freguesias. A distribuição das freguesias fez-se com base numa tipologia territorial entretanto criada.

A elaboração da tipologia territorial para a AML advém da realização de uma análise de componentes principais (ACP) onde foram encontradas 4 dimensões que constituem os elementos chave para a diferenciação socio-territorial da AML e que explicam 78,5% da variância<sup>5</sup>. A primeira diz respeito ao *envelhecimento e consolidação urbana*. A segunda traduz variáveis relacionadas com *qualificação*. A terceira componente é constituída por variáveis que caracterizam o *despovoamento e desqualificação*. A quarta dimensão, intitulada de *renovação*, consiste sobretudo em variáveis relacionadas com o crescimento e ocupações recentes.

Posteriormente, realizou-se uma análise de *clusters*, através dos *scores* da ACP, tendo por base as dimensões identificadas anteriormente, através da qual se formaram 4 *clusters* que deram assim origem a 4 perfis territoriais (ver quadro nº2): *suburbano massificado*; *urbano qualificado*; *Rural, suburbano recente ou desqualificado*; *urbano antigo e em renovação*. De seguida far-se-á uma breve descrição de cada perfil que constitui a tipologia em causa:

a) *Sub/urbano massificado* é composto por 78 freguesias urbanas e suburbanas (correspondente a 58% da população da AML) que apesar de relacionarem negativamente com a qualificação também se definem por uma associação negativa ao despovoamento e desqualificação, apresentando um comportamento mais neutro tanto no que diz respeito ao envelhecimento e consolidação como à renovação.

b) *Urbano qualificado* é composto por 48 freguesias urbanas (28% da população residente na AML) associadas positivamente à qualificação e negativamente ao despovoamento e desqualificação. Tem um grande peso do concelho de Lisboa mas também algumas freguesias de Cascais, Oeiras ou Almada, entre outras freguesias sedes de outros concelhos.

c) *Rural, suburbano recente ou desqualificado* (59 freguesias onde residem apenas 11% da população da AML), define-se por um povoamento muito mais escasso que os outros grupos, e desqualificação da população e das

<sup>5</sup> Esta tipologia foi inicialmente concebida por Sofia Santos no âmbito do seu projeto de doutoramento e posteriormente adaptada e desenvolvida pelo presente projeto de investigação (*Localways - Trajetos de sustentabilidade local: mobilidade espacial, capital social e desigualdade*). Para mais pormenores sobre a construção da tipologia ver: Santos, 2014.

habitações. Apresenta também uma relação negativa com o envelhecimento e consolidação urbanos e um comportamento mais neutro com a renovação, sugerindo alguma dinâmica. Inclui portanto freguesias *rurais*, tanto as mais periféricas como sedes de concelho.

d) *Urbano antigo e em renovação*, corresponde a 26 freguesias *urbanas antigas* e apresenta a maior transformação: sendo definido pela associação ao envelhecimento e consolidação urbana é também um território, ainda que desqualificado, em renovação. Nestas freguesias reside apenas 4% da população da AML, que correspondem predominantemente ao centro histórico de Lisboa.

A amostra foi estratificada tendo por base a tipologia e organizada a partir das seguintes quotas selecionadas (o erro amostral é de 2,5%): idade, escolaridade, género e situação profissional. Isto significou, portanto, que todas as quotas foram utilizadas segundo a sua representatividade em cada território classificado na AML (ver quadro 1). Dentro de cada perfil foram selecionadas aleatoriamente um número proporcional de freguesias. A aplicação do inquérito decorreu segundo o método *random route*: em cada freguesia selecionada foram identificados os “pontos de partida” (moradas) a partir dos quais se iniciou os itinerários de seleção de cada lar.

**Quadro 1: Número de freguesias selecionadas.**

	G. Lisboa	Península de Setúbal	Total
Rural ou desqualificado	9	11	20
Sub/urbano massificado	21	10	31
Urbano antigo e em renovação	3	0	3
Urbano qualificado	18	3	21
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>24</b>	<b>75</b>

Fonte: PTDC/ATP-EUR/5023/2012.

#### 4. AVALIAÇÃO DO LOCAL DE RESIDÊNCIA E CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE

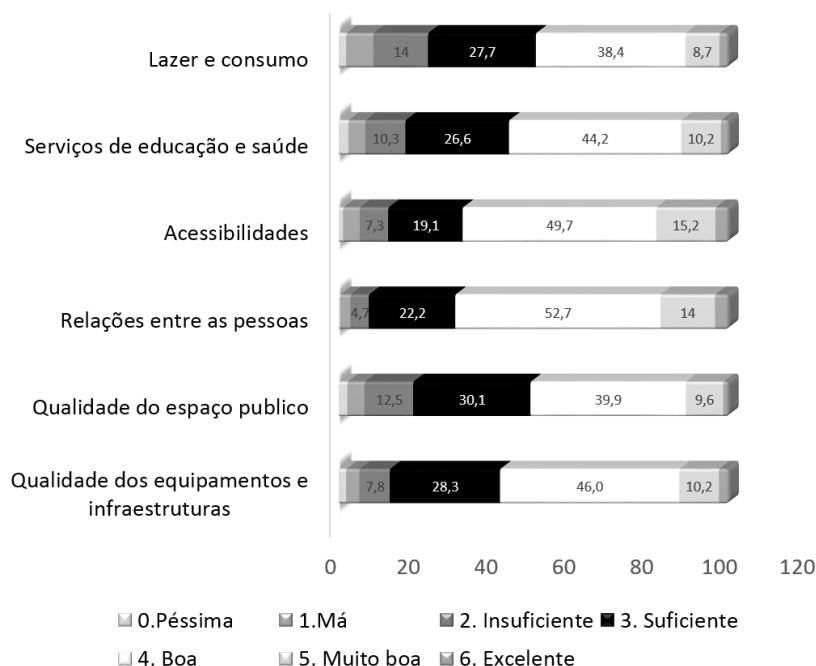
Nesta seção e na seguinte iremos apresentar a análise dos dados decorrentes dos resultados do inquérito aplicado aos residentes da AML. Como se referiu, o âmbito da análise circunscreve-se à relação entre as desigualdades multidimensionais e as distintas condições de habitabilidade. Este objetivo insere-se numa temática mais ampla que foi devidamente enquadrada na parte teórica deste artigo.

Iniciamos a leitura dos dados por focar uma componente mais subjetiva que diz respeito à apreciação sobre o local de residência. A maioria dos inquiridos avalia positivamente o local onde reside: mais de 55% tem uma avaliação positiva ou muito positiva, havendo apenas 10% que se posiciona de forma negativa. Estas percentagens resultam da construção de um índice que agrega uma lista de itens correspondentes a seis questões distintas que compuseram o guião de questionário. Apesar de no geral a apreciação ser bastante positiva, os itens onde se encontra uma menor satisfação refe-

rem-se à ‘qualidade do espaço público’, seguindo-se o ‘lazer e consumo’. Por sua vez, o item melhor avaliado diz respeito às relações entre as pessoas (ver figura 1). Curiosamente, os aspetos relacionados com equipamentos, serviços públicos e acessibilidades apresentam um nível de satisfação considerável. Este dado pode ser indicativo da melhoria geral das infraestruturas que muitos dos espaços metropolitanos conheceram nestas últimas décadas. Na verdade, segundo os resultados deste inquérito, já não são estes os fatores que provocam uma menor satisfação com o local de residência. Sublinhe-se que estamos a referir-nos a médias globais, que pela sua natureza, encobrem na medida estatística os casos de maior insatisfação com os serviços e infraestruturas.

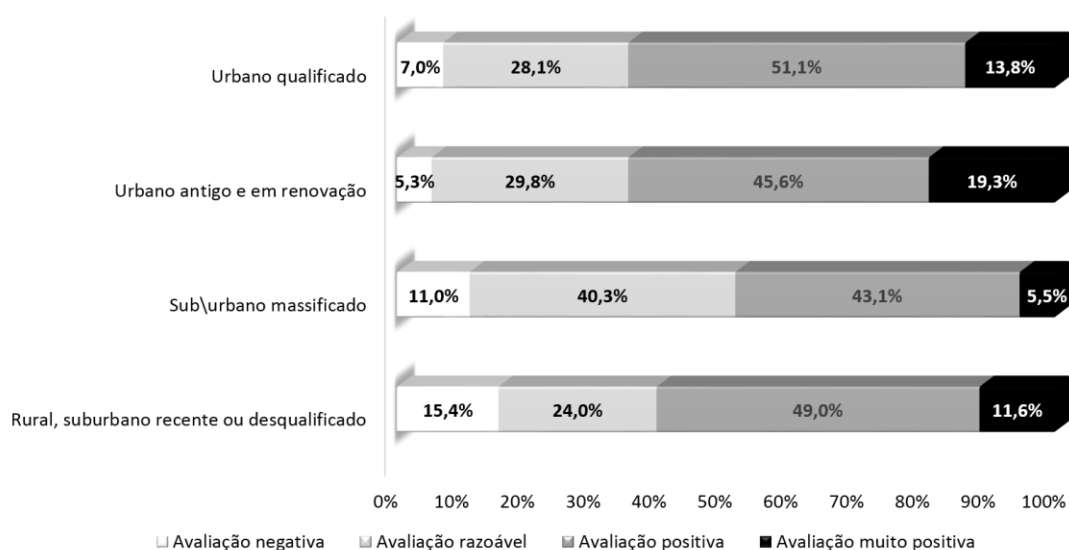
Tendo como referência a tipologia territorial que utilizámos para a construção da amostra, verifica-se que é no designado *suburbano massificado* que se encontra um nível mais baixo de avaliação, por comparação com o *urbano qualificado*, onde se identifica uma maior satisfação com o local de residência (ver figura 2).

**Figura 1 – Avaliação do local de residência (%).**



Fonte: PTDC/ATP-EUR/5023/2012

**Figura 2 – Índice de avaliação do local de residência por tipologia territorial (%).**



Fonte: PTDC/ATP-EUR/5023/2012

Se à escala do local de residência a apreciação é geralmente positiva, o mesmo se pode dizer sobre a identificação de problemas relacionados com as condições de habitabilidade do alojamento. De uma lista de seis problemas bem definidos, 63% dos inquiridos declarou que a sua habitação não detinha nenhum destes. Por seu lado, 15% identificou apenas um e os restantes 22% entre 2 a 6 problemas (ver

figura 3)<sup>6</sup>. Destes, o problema mais referido foi a ‘dificuldade em manter a casa adequa-

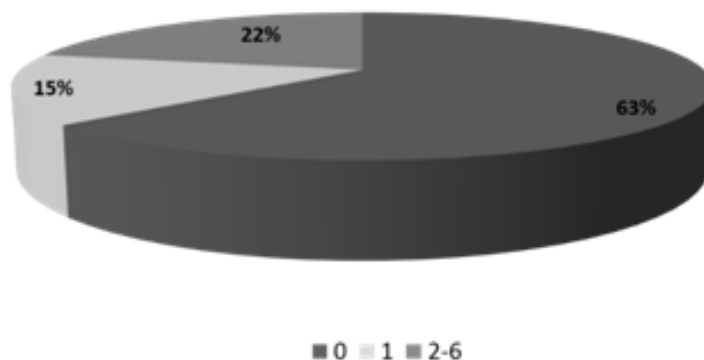
<sup>6</sup> A lista de problemas era composta por estes itens: teto que deixa passar água, humidade nas paredes ou apodrecimento das janelas ou soalho; luz natural insuficiente num dia de sol; ruído sentido no alojamento, vindo dos vizinhos ou da rua; poluição, sujidade, mau cheiro ou outros problemas ambientais na zona causados pelo trânsito ou indústrias; dificuldade em manter a casa adequadamente aquecida; problemas frequentes de canalização.

damente aquecida' (20,7%), seguindo-se 'teto que deixa passar água, humidade nas paredes ou apodrecimento das janelas ou soalho', que afeta 16,1% dos alojamentos, e 'ruído sentido no alojamento, vindo dos vizinhos ou da rua' (14,7%). Apesar de representar uma minoria, não deixa de ser sintomático depreender-se que um quinto dos alojamentos apresentam, segundo os seus residentes, problemas de aquecimento. Estes dados vêm confirmar a noção geral do senso comum sobre alguma má qualidade do nosso parque habitacional que se reflete no facto de muitas casas serem frias e/ou húmidas. Uma das variáveis que mais condicionam o número de problemas identificados no alojamento refere-se ao regime de ocupação (Figura 4). Na verdade, no caso em que a habitação é do próprio ou de um familiar, uma expressiva maioria declara não ter qualquer tipo de problemas (73,7%). Esta percentagem

decrece significativamente para os alojamentos que se encontram em regime de arrendamento ou subarrendamento (45,8%). Embora possa haver aqui um efeito de depreciação relativamente a um património não pertencente ao próprio, não há dúvida que é nas casas arrendadas que se encontram as situações de maior vulnerabilidade habitacional (de referir que em 35,4% são inventariados mais do que um problema). Este dado pode ter também a ver com o envelhecimento de muitos destes alojamentos.

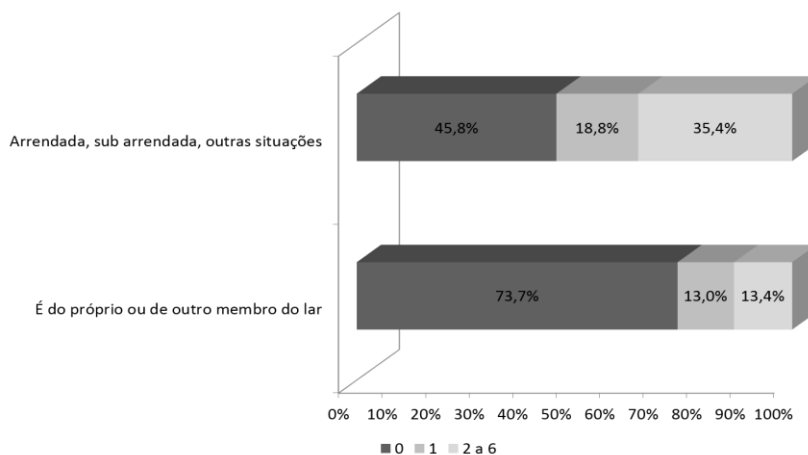
Esta última observação é, de certo modo, comprovada pelo facto de existir uma maior proporção de alojamentos em regime de arrendamento ou subarrendamento nas zonas correspondentes ao *urbano qualificado* (48,9%) e ao *urbano antigo* (61,7%), que representam as freguesias mais urbanas e centrais da AML, sobretudo na área norte do Tejo (figura 5). Isto

**Figura 3 – Número total de problemas identificados no alojamento (%).**



Fonte: PTDC/ATP-EUR/5023/2012

**Figura 4 - Número total de problemas no alojamento segundo o regime de ocupação (%).**



Fonte: PTDC/ATP-EUR/5023/2012

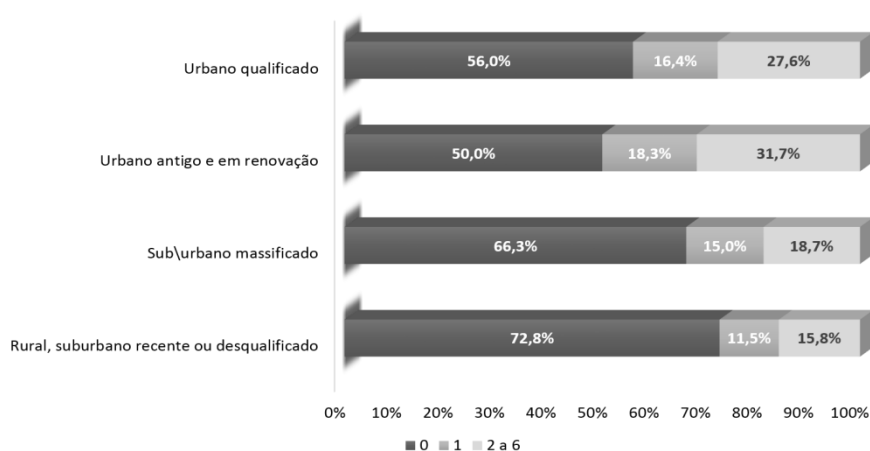
por comparação aos outros territórios onde o regime de arrendamento e subarrendamento é claramente minoritário. Não é portanto de estranhar que seja precisamente nestes dois tipos de território que se encontram as maiores percentagens relativas a problemas identificados no alojamento. Isto é, são áreas onde existe um maior número de alojamentos mais antigos em regime de arrendamento e que, por isso, apresentam maiores debilidades.

Em termos de dimensão, é nos alojamentos mais pequenos que se observa uma maior pro-

porção de problemas: só em 37,5% das habitações com menos de 60 m<sup>2</sup> de área não se identifica qualquer tipo de problema.

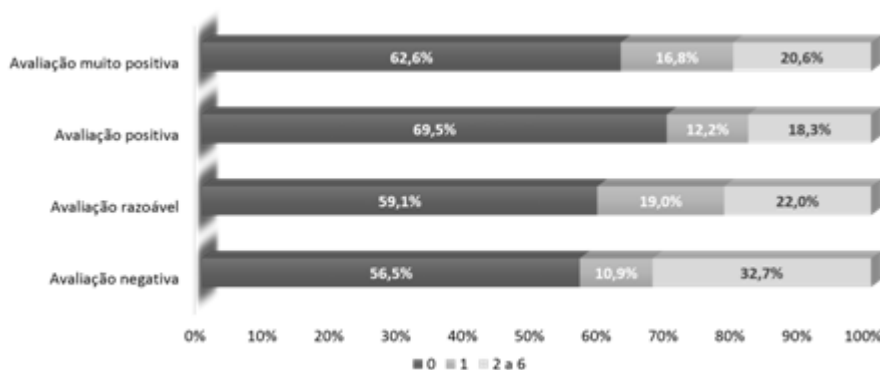
Estabelece-se alguma relação entre a avaliação mais negativa do local de residência e a amplitude dos problemas identificados no alojamento, como se pode verificar na figura 6. Esta relação não é de estranhar, já que as condições de habitabilidade são um pressuposto básico para a satisfação com a qualidade de vida da zona residencial.

**Figura 5 - Número total de problemas no alojamento na AML segundo a tipologia territorial (%).**



Fonte: PTDC/ATP-EUR/5023/2012.

**Figura 6 - Número total de problemas no alojamento segundo o índice de avaliação do local de residência (%).**



Fonte: PTDC/ATP-EUR/5023/2012.

## 5. DESIGUALDADES E VULNERABILIDADES: MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA

As condições de habitabilidade não resultam apenas de problemas de ordem física e arquitetónica, estas são também um indicador

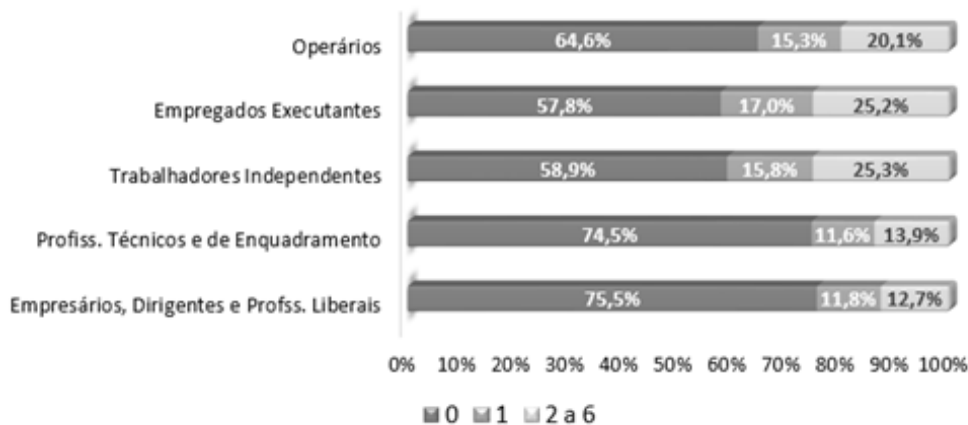
de vulnerabilidade social que afeta com maior incidência os grupos sociais menos favorecidos. Para se medir essa associação é fundamental enquadrar variáveis de carácter socioeconómico que incorporem dimensões de desigualdade. A tipologia de lugares de classe, designada de ACM, é um indicador consolda-

do que já foi testado em inúmeros estudos como referido antes. No âmbito do inquérito realizado à AML, construiu-se esse indicador a partir dos pressupostos metodológicos entretanto consolidados.

A figura 7 revela precisamente uma distinção saliente entre as classes mais favorecidas (EDL e PTE) face às restantes no que diz respeito à identificação de problemas de habitabilidade dos alojamentos. O que significa que o acesso à habitação, assim como a qualidade da

habitação, continuam a ser em parte uma questão de classe, como aliás tem sido defendido por uma série de autores (e.g. Castells 1973, Pereira 1994). Assim, observa-se que apesar do nível geral de satisfação com o local de residência - decorrente da melhoria geral das condições sociais e residenciais que o país e a AML conheceram nestas últimas décadas - persiste, ainda assim, uma desigualdade no conforto e nas condições físicas dos alojamentos, que variam em função da classe social.

**Figura 7 - Número total de problemas no alojamento por lugar de classe (%).**



Fonte: PTDC/ATP-EUR/5023/2012.

Como referimos no enquadramento teórico, as desigualdades são por natureza multidimensionais detendo na maior parte das situações um carácter sistémico. Na verdade, apesar de ser possível autonomizar analiticamente uma ou outra dimensão de desigualdade, são raros os casos em que não se depreendem múltiplas relações com diferentes aspetos sociais e culturais. A questão do acesso ou da qualidade da habitação detém uma importância fundamental na vida das pessoas, que não tem sido devidamente estudada pela sociologia das desigualdades sociais. No entanto, não é possível alcançar esse significado identificando apenas uma correlação entre classes e problemas de habitabilidade. Como iremos ver, a vulnerabilidade habitacional não pode ser desligada de outras vulnerabilidades que, infelizmente, se têm agravado com a crise económico-financeira que se abateu sobre a Europa e o nosso país desde há alguns anos.

A incapacidade financeira de pagar uma despesa extra ou de ter pagamentos em atraso são indicadores expressivos e objetivos de vulnerabilidade. Da população inquirida, cerca de 19% declarou deter pagamentos em atraso. Ou

seja, praticamente um quinto encontra-se numa situação eminente de endividamento. Além disso, quase um terço revelou que, face a uma despesa extra de 415 euros<sup>7</sup>, não teria modo de pagar sem recorrer a empréstimo ou ajuda (20% revelou mesmo que não tinha qualquer meio para pagar). Sublinhamos, portanto, que a vulnerabilidade habitacional é acentuada pela vulnerabilidade económica, no sentido em que grande parte das despesas está relacionada com a habitação – renda ou pagamento de empréstimo, consumos de água, gás, eletricidade, redes de televisão, telefone e internet, e ainda algumas despesas extra como a substituição de equipamentos diversos e eletrodomésticos, só para referir uma entre as despesas extras mais comuns.

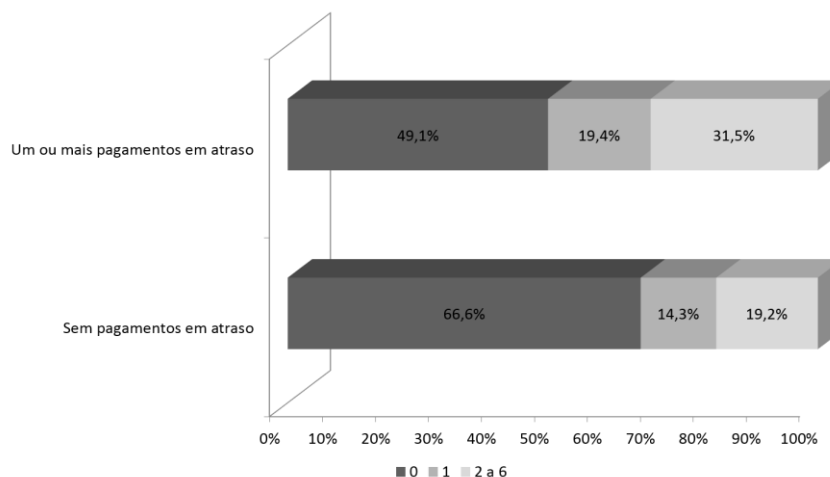
As figuras 8 e 9 são demonstrativas sobre a relação de carácter sistémico entre vulnerabilidades económicas e habitacionais: enquanto mais de dois terços das pessoas que não declararam pagamentos em atraso não identificaram

<sup>7</sup> Esta quantia corresponde ao valor aproximado da linha de pobreza em Portugal, calculado tendo como referência 60% da mediana do rendimento disponível por adulto equivalente.

qualquer problema no alojamento, esta proporção desce para menos de 50% no caso dos que declararam ter problemas de habitabilidade. A disparidade ainda é mais saliente quando se compara os inquiridos que poderiam pagar ou

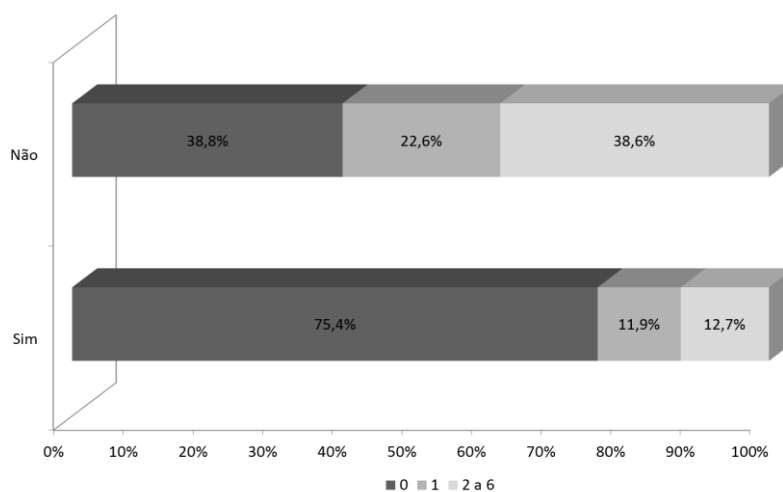
não uma despesa extra: 75% dos que podem pagar não identificaram qualquer problema de habitabilidade, por comparação a apenas 38,8% dos que não podem pagar e responderam no mesmo sentido.

**Figura 8 - Número total de problemas no alojamento segundo pagamentos em atraso (%).**



Fonte: PTDC/ATP-EUR/5023/2012.

**Figura 9 – Número total de problemas no alojamento segundo a capacidade para pagamento de despesa extra sem recorrer a empréstimo (%).**



Fonte: PTDC/ATP-EUR/5023/2012.

Embora não detenhamos dados que remetam para uma evolução diacrónica destes indicadores, é de crer que estas disparidades se tenham acentuado com o decorrer da atual crise económico-financeira. De qualquer modo, é muito claro que estes se relacionam com dimensões estruturais de desigualdade, que teimam em persistir na sociedade portuguesa.

Como foi demonstrado ao longo da análise anterior, verifica-se uma relação entre diferentes tipos de vulnerabilidade social, económica

e habitacional. Utilizando a tipologia definida pelo sociólogo Therborn (2006), podemos dizer que se estabelece uma relação entre distintas componentes das desigualdades de recursos. Tendo em conta a persistência estrutural das desigualdades em Portugal, como se referiu no ponto teórico, não será muito abusivo avançar com a hipótese de que esta relação detém um carácter sistémico que pode estar a ser agravado com o impacto da atual crise económico-financeira. Para esta hipótese ser ple-

namente testada, teríamos de efetuar uma análise diacrónica sobre as variáveis identificando a sua evolução nos últimos anos. Dado que não dispomos dessa informação, visto que se está a trabalhar sobre dados de um inquérito aplicado somente em 2013/14, é possível, de qualquer modo, construir um pequeno modelo estatístico do qual se poderá inferir algumas tendências relacionais.

Para tal, iremos elaborar uma regressão logística binária na qual se tentará medir a predição de uma série de variáveis independentes sobre a capacidade de assegurar uma despesa extra no valor de 415 euros. Ou seja, tentar-se-á perceber o sentido e a determinação estatística entre a posse desigual de um conjunto de recursos sobre a vulnerabilidade monetária declarada, na impossibilidade de se fazer face a uma dada despesa. De maneira a potenciar as possibilidades estatísticas e analíticas, procedemos a uma dicotomização das variáveis utilizadas de forma a captar as polaridades mais vincadas<sup>8</sup>.

O modelo com os diversos preditores é estatisticamente significativo para prever a capacidade de pagar uma despesa extra e cerca de 27% (Nagelkerke de 0,274) da variação sobre essa capacidade é explicada pelo modelo<sup>9</sup>. Em termos de predição, este lê-se da seguinte forma: o coeficiente de regressão (*logged odds*) da capacidade para pagar uma despesa extra cresce 0,860 nas pessoas que vivem em casa própria e decresce -1,188 nos que identificam problemas de habitabilidade nos seus alojamentos e assim sucessivamente (ver quadro 2).

Tendo em conta estes parâmetros estatísticos, depreende-se um efeito preditor entre a posse diferenciada de recursos e a vulnerabilidade face a despesas inesperadas. Isto é particularmente visível na relação determinada pelos fatores habitacionais (condições de habitabilidade e posse de casa própria pelo próprio ou familiar). Isto é, o modelo de regressão

logística confirma a análise estatística anterior, onde se salientou precisamente que as questões de ordem habitacional representam um dos aspetos mais determinantes que estão associados a outros tipos de vulnerabilidade, nomeadamente de ordem financeira. Aliás, o seu efeito de predição é mais elevado quando comparado com outras variáveis independentes como, por exemplo, o uso habitual de transporte particular nas deslocações quotidianas. Na verdade, se este uso representa, de facto, a posse de um recurso privilegiado perante a mobilidade diária, ele pode, simultaneamente, significar em muitos casos um constrangimento devido à maior carência de transporte público na área de residência, e não uma opção que derive de uma situação económico-financeira mais vantajosa.

Se encararmos os efeitos de predição como tendências, estes resultados tornam-se particularmente preocupantes no atual contexto, na medida em que sugerem que, com a continuidade da crise e a consequente probabilidade de aumentar a incapacidade de fazer face a despesas, pode depreender-se a prazo um agravamento nas condições de habitabilidade que devido a dificuldades financeiras não poderão ser devidamente resolvidas pelos particulares. Ou seja, o património habitacional da AML pode conhecer uma degradação progressiva se as atuais condições socioeconómicas dos seus residentes não melhorarem entretanto. Isto é particularmente notório nos alojamentos em regime de arrendamento ou sub-arrendamento. O efeito preditor também é preocupante no que diz respeito a quem está na situação de desempregado, mais exposto às vulnerabilidades económico-financeiras, em detrimento das pessoas que detêm ensino superior (menos vulneráveis ao desemprego, apesar dos sinais de esbatimento desta garantia com a atual crise) e pertencem às classes mais favorecidas (EDL e PTE). Dito de outro modo, são as pessoas menos escolarizadas e as que se encontram no desemprego aquelas que não só sofrem mais com o impacto da crise, como dificilmente conseguirão sair de um ciclo regressivo de vulnerabilidades acumuladas<sup>10</sup>.

<sup>8</sup> As variáveis utilizadas foram dicotomizadas: capacidade para pagar despesa extra com o valor 1 e 0 para os restantes; casa própria; problemas de habitabilidade; pertença às classes dos EDL ou PTE; tem ensino superior; situação de desempregado; uso habitual de automóvel.

<sup>9</sup> O modelo classifica corretamente 73% dos inquiridos e não se encontraram entre as variáveis problemas de multicolinearidade (VIF <5 e Tolerance >0,2). Para além disso, o Omnibus Tests apresenta um resultado <0,001. Quando às medidas de análise dos resíduos, não existem valores acima de 1 na medida Cook's distance; o Leverage values não apresenta valores 2 a 3 vezes superiores à média (0,004666); e não existem valores absolutos superiores a 1 nos DfBeta(s).

<sup>10</sup> Este dado tem sido comprovado por outras análises (cf. INE, 2014b).

**Quadro 2 – Capacidade para pagar despesa extra: fatores determinantes (regressão logística).**

Variáveis predictoras	Capacidade para pagar despesa extra Coeficiente de regressão (Odds ratio)
Casa própria	0,860**
Problemas de habitabilidade	-1,188**
EDL e PTE	0,729**
Ensino superior	0,691**
Uso de automóvel	0,413*
Desempregado	-,828**
Constante	0,221
X <sub>2</sub> model	334,580
Nagelkerke R <sup>2</sup>	0,274

\*\*&lt; 0,001 \*&lt;0,01

Fonte: Autores

## 6. CONCLUSÃO

Na linha de investigações desenvolvidas anteriormente, este artigo pretendeu demonstrar o caráter relacional e sistémico das desigualdades, incluindo, para o efeito, alguns recursos habitualmente não contemplados no estudo destas matérias e que tendem a focar e a realçar a questão da distribuição assimétrica dos rendimentos. Admitindo a importância do rendimento como uma dimensão incontornável, considerámos no entanto outras componentes fundamentais, como é o caso dos problemas residenciais e de habitabilidade no contexto territorial da AML, tanto no que diz respeito ao local de residência, como às condições físicas dos alojamentos.

Por um lado, constatou-se que apesar da satisfação geral em relação ao sítio onde residem, uma parte importante dos inquiridos refere a existência de problemas de habitabilidade que afetam a sua qualidade de vida. Verificou-se, por outro lado, uma relação entre este tipo de vulnerabilidade e a dificuldade em fazer face a despesas de um determinado valor. O modelo estatístico de regressão logística apresentado no final confirma, em parte, essa relação entre as desigualdades de recursos e um conjunto de vulnerabilidades cumulativas. Deste modo, surge como preocupante a situação de vulnerabilidade dos desempregados em detrimento dos que detêm curso superior e/ou

pertencem às classes sociais mais favorecidas. Aliás, como tem sido demonstrado por diversos estudos, o elevado nível de escolaridade ainda representa em Portugal uma proteção face a situações de maior vulnerabilidade social. Como o modelo estatístico assentou numa lógica de predição (e não de causalidade) das variáveis independentes sobre a incapacidade de pagar despesas eventuais, depreende-se a prazo um agravamento destas tendências se a crise continuar a provocar uma precarização acelerada das condições de vida, como vem acontecendo nos anos mais recentes em certos grupos sociais.

Neste artigo afluímos a questão da habitação como tema central no estudo sobre desigualdades. Como o próprio subtítulo do artigo sugere, as desigualdades em tempos de crise são desigualdades acentuadas em geral e agravadas nas condições de habitação em particular. No entanto a nossa análise teve por base um conjunto restrito de variáveis que resultaram da aplicação de um inquérito por questionário aos residentes da AML. Esta limitação não obstaculizou uma análise rigorosa e atenta à recente conjuntura social e económica. De qualquer modo, trata-se de um eixo de investigação que necessita de ser incrementado no futuro, de maneira a compreender melhor os mecanismos relacionais e sistémicos, produtores de vulnerabilidades e de desigualdades sociais.

## BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Paula (1994), “Habitação: a produção de um conceito”, *Sociedade e Território*, 20, pp.110-116
- Almeida, João Ferreira de (2013), *Desigualdades e Perspetivas dos Cidadãos: Portugal e Europa*, Lisboa, Editora Mundos Sociais
- Ascensão, Eduardo (2013), “Following engineers and architects through slums: the technoscience of slum intervention in the Portuguese-speaking landscape”, *Análise Social*, 206, xlviii (1º), pp. 154-180
- Baptista, Luís Vicente (1999), *Cidade e Habitação Social. O Estado Novo e o programa das casas económicas em Lisboa*, Oeiras, Celta
- Baptista, Luís Vicente (2001), “Cidades e Políticas Sociais de Habitação. Armadilhas conceptuais e metodológicas”, *Cidades. Comunidades e Territórios*, 3: pp. 71-81
- Bourdieu, Pierre, e Rosine, Christin (1990), “La construction du marche. Le champ administratif et la production de la politique du logement”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* 81/82, pp. 65-85
- Cachado, Rita d’Ávila (2012), *Uma Etnografia na Cidade Alargada. Hindus da Quinta da Vitória em Processo de Realojamento*, Lisboa, Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Fundação Calouste Gulbenkian
- Cachado, Rita (2013), “O Programa Especial de Realojamento: Ambiente histórico, político e social”, *dossiê Políticas de Habitação em Portugal. Os Planos e as Práticas Revisitados*, *Análise Social*, 206 (XLVIII), pp. 135-152
- Cantante, Frederico (2014), “Desigualdades económicas multi-escalares: Portugal no contexto global”, *Análise Social*, Vol. XLIX (3.º), pp. 534-566
- Carmo, Renato Miguel do, e Santos, Sofia (2014), *Social Capital and Socio-demographic Changes: From Non-differentiation to Multifocalisation*, *Sociologia Ruralis*, 54 (2), pp. 186-205
- Carmo, Renato Miguel do, e Nunes, Nuno (2013), “Class and social capital in Europe: a transnational analysis of the European Social Survey”, *European Societies*, 15 (3), pp. 373-387
- Carmo, Renato Miguel do (org.) (2013), *Portugal, uma Sociedade de Classes: Polarização Social e Vulnerabilidade*, Lisboa, Edições 70/Le Monde Diplomatique (Edição Portuguesa)
- Carvalho, Jorge (2013), “Ordenamento do Território e Política de Habitação: que caminhos para Portugal?”, *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, nº32, pp.79-83
- Castells, Manuel (1973), *La Question Urbaine*, Maspero, Paris
- Costa, António Firmino da (2012), *Desigualdades Sociais Contemporâneas*, Lisboa, Editora Mundos Sociais
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro*, Lisboa, Celta Editora
- Costa, António Firmino da, Machado, Fernando Luís, e Almeida, João Ferreira de (2009), “Social classes and educational assets. Atransnational analysis”, in Costa, António Firmino da, Machado, Fernando Luís e Ávila, Patrícia (orgs.), *Portugal in the European Context*, vol. II *Knowledge and Society*, Lisboa, Celta Editora, pp. 5-20
- Engels, Friedrich (1984 [1887]), *Para a Questão da Habitação*, Lisboa, Edições Avante
- Ferreira, António Fonseca (1988), “Política(s) de habitação em Portugal”, *Sociedade e Território*, 6, pp. 54-62
- Ferreira, António Fonseca (1994), “Habitação social: lições e prevenções para o PER”, *Sociedade e Território*, 20, pp. 8-10
- Fonseca, Maria Lucinda (1990), *População e Território. Do país à área metropolitana*, Memórias 14 Centro de Estudos Geográficos, Dissertação de doutoramento em Geografia Humana Lisboa, FLUL, Lisboa, INIC
- Freitas, Maria João (1990), *Satisfação Residencial e Atitudes Face ao Realojamento. Estudo de uma amostra de indivíduos residentes no Bairro do Relógio*, Lisboa, LNEC
- Freitas, Maria João (1994), “Os paradoxos do realojamento”, *Sociedade e Território*, 20, pp. 26-34
- Freitas, Maria João (2001), “Recentramento do olhar nas questões da habitação. Territórios relacionais generativos”, *Cidades. Comunidades e Territórios*, 3, pp. 21-39
- Gans, Herbert (1968), *People and Plans. Essays on Urban Problems and Solutions*, Middlesex, Penguin Books
- Gros, Marielle Christine (1994), “«Pequena» história do alojamento social em Portugal”, *Sociedade e Território*, 20, pp. 80-90

Gros, Marielle Christine (1998), Espaço Residencial e modo de vida. Contributos da sociologia para a reabilitação de uma área urbana degradada, Tese de doutoramento, Departamento de Ambiente e Ordenamento, Aveiro, Universidade de Aveiro

Guerra, Isabel (1994), “As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas”, *Sociedade e Território*, 20, pp. 11-16

Guerra, Isabel (1997), “Um olhar sociológico sobre o alojamento”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 24, pp.165-181

Guerra, Isabel (1998), “Grupos sociais, formas de habitat e estrutura do modo de vida”, *Sociedade e Território*, 25/26, pp. 118-128

Guerra, Isabel, Pinto, Teresa Costa, e Moura, Dulce (2001), “Políticas de habitação. À procura de novas problemáticas”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, 3, pp. 53-69

Hannerz, Ulf (1969), *Soulside. Inquiries into Ghetto Culture and Community*, New York, Columbia University Press

INE (2012), “Parque Habitacional em Portugal – Evolução da última década 2001-2011”, [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=149156177&DESTAQUESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=149156177&DESTAQUESmodo=2)

INE (2014a), “Estatísticas da Construção e Habitação, 2013”- [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=210767143&PUBLICACOESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=210767143&PUBLICACOESmodo=2)

INE (2014b), *Tipologias socioeconómica das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística

Lefebvre, Henri (1968), *Le Droit à la Ville*, Paris, Éditions Anthropos

Maia, Hugo, Freitas, Maria João, e Faísca, Luís (1992), Contributos para o estudo das representações sociais da pobreza em meio urbano, ITECS 18, Lisboa, LNEC

Machado, Fernando Luís, e Costa, António Firmino (1998) *Processos de uma modernidade inacabada, mudanças estruturais e mobilidade social*, in Viegas, José Manuel; Costa, António Firmino (Orgs.), *Portugal, que modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 17-44

Milanovic, Branko (2011), *The Haves and the Have-Nots. A Brief and Idiosyncratic History of Global Inequality*, New York, Basic Books

Miranda, Daniel, e Babo, Elisa (2013) “Estratégias de Habitação nos Processos de Reabilitação Urbana: O Caso do Programa

Estratégico de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Braga”, *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, nº32

Nico, Magda (2014), “Padrões de mudança de casa e eventos de vida: uma análise das carreiras habitacionais”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXVIII, pp. 103 – 127

Nunes, João Pedro Silva (2011), *Florestas de Cimento Armado. Os Grandes Conjuntos Residenciais e a Constituição da Metrópole de Lisboa (1955-2005)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

Pereira, Raul da Silva (1963), “Problemática da Habitação em Portugal – 1”, *Análise Social*, vol. I (1), pp. 33-66

Pereira, Nuno Teotónio (1994), “Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário”, *Análise Social*, 127, pp. 509-524

Pereira, Virgílio Borges, e Queirós, João (2012), *Na Modesta Cidadezinha: génese e estruturação de um bairro de casas económicas do Porto [Amial, 1938-2010]*, Porto, Afrontamento, Coleção O Estado, a Habitação e a Questão Social na Cidade do Porto, Vol. 1

Piketty, Thomas (2014), *Capital in the Twenty-First Century*, Cambridge (Mass.), The Belknap Press of Harvard University Press

OCDE (2011), *Divided We Stand. Why Inequality Keeps Rising*, Paris, OECD Publications.

Pinto, José Madureira (2012), “Instituições, disposições e práticas. O caso da produção de habitação”, in Veloso, Luísa, e Carmo, Renato Miguel do (orgs.), *A constituição social da economia*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 81-121

Queirós, João (2013), “Precariedade habitacional, vida quotidiana e relação com o Estado no centro histórico do Porto na transição da ditadura para a democracia”, *Análise Social*, 206, XLVIII, pp. 102-133

Rodrigues, Carlos Farinha (coord.), Figueiras, Rita, e Junqueira, Vítor (2012), *Desigualdade Económico em Portugal*, Lisboa, FFMS.

Salgueiro, Teresa Barata (1985), “A habitação na Área Metropolitana de Lisboa”, *Sociedade e Território*, 3, pp. 54-66

Santos, Sofia (2014), “Desigualdades socio-territoriais e mobilidade geográfica: um retrato da Área Metropolitana de Lisboa”, *CIES e-Working Paper*, Nº 195/2014, Lisboa, CIES-IUL, 28 p. (ISSN 1647-0893; Disponível em:

[http://www.cies.iscte.pt/np4/?newsId=453&fileName=CIES\\_WP195\\_Santos.pdf](http://www.cies.iscte.pt/np4/?newsId=453&fileName=CIES_WP195_Santos.pdf)

Silva, Carlos Nunes (1994), “Mercado e políticas públicas em Portugal: a questão da habitação na primeira metade do século XX”, *Análise Social*, 127, pp. 655-676

Soczka, L., Freitas, Maria João; Machado, P.; Boavida, E. (1988), Levantamento sócio-demográfico da população residente na área de intervenção do Plano Geral de Urbanização do Alto do Lumiar e Respectivas Condições Habitacionais, Lisboa, LNEC-MOPTC

Spicker, Paul; Booth, Charles (1990), “The Examination of Poverty”, *Social Policy and Administration*, 24 (1), pp. 21–38

Stiglitz, Joseph E. (2012), *The Price of Inequality*, Nova Iorque, W. W. Norton

Suttles, Gerarg (1968), *The social order of the slum*, Chicago, University of Chicago Press

Therborn, Göran (ed.) (2006), *Inequalities of the World. New Theoretical Frameworks, Multiple Empirical Approaches*, Londres, Verso

Wilkinson, Richard; Pickett, Kate (2010), *O Espírito da Igualdade. Por que Razão Sociedades mais Igualitárias Funcionam Quase Sempre Melhor*, Lisboa, Editorial Presença

Wirth, Louis (1997 [1939]), “O urbanismo como modo de vida”, in Fortuna, Carlos (org.), *Cidade, cultura e globalização*, Oeiras, Celta, 45-65.

# Shrinking Cities in Portugal – Where and Why<sup>1</sup>

## Declínio Populacional nas Cidades de Portugal – Onde e Porquê

**Maria Helena Guimarães**

mhguimaraes@uevora.pt

Research Centre for Spatial and Organizational Dynamics (CIEO)

Landscape Dynamics and Social Processes Group - Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas (ICAAM)

**Ana Paula Barreira**

Research Centre for Spatial and Organizational Dynamics (CIEO)

**Thomas Panagopoulos**

Research Centre for Spatial and Organizational Dynamics (CIEO)

### Abstract/Resumo

It may seem paradoxical that in a period of rapid urban growth, some cities are shrinking; however, they are two sides of the same coin of urban change. This article identifies cities that are shrinking in Portugal. Looking at the demographic evolution from the 1991 until 2011 we identified 17 cities that are losing inhabitants, 9 of them persistently and 8 since 2001. This decline is present in the two biggest cities of Portugal, Lisbon and Oporto that present 17% and 21% decline respectively. After this first screening, we crossed the history of each city with socio-economic data (e.g. employment rate, housing characteristics, and unemployment among others) and purposed that reasons for shrinking include: suburbanization, economic transformation, satellite effect and environmental drivers. However, several cities present a mixture of reasons underlying shrinking and further work should be undertaken to complement this exploratory analysis.

Na era do crescimento urbano pode parecer paradoxal que algumas cidades estejam em declínio populacional. Contudo, ambos os fenómenos são dois lados da mesma moeda. Este artigo identifica o declínio populacional nas cidades em Portugal. Observando a evolução demográfica de 1991 a 2011 verificou-se que 17 cidades estão a perder população: 9 persistentemente e 8 desde de 2001. Este grupo inclui as duas maiores cidades portuguesas: Lisboa e Porto que apresentam 17% e 21% de declínio respetivamente. Após esta primeira triagem, a história de cada cidade e dados socioeconómicos são cruzados (ex.: taxas de emprego, características da habitação, e desemprego, entre outras) permitindo propor as seguintes razões para o declínio populacional das cidades: a suburbanização, as transformações económicas, o efeito satélite e os fatores ambientais. Porém, diversas cidades apresentam uma mistura de razões que explicam o declínio da sua população. Esta análise exploratória deverá ser complementada com estudos mais aprofundados.

*Keywords:* Shrinking cities, pull and push factors, Portugal, urban planning and economics

*Palavras-Chave:* Declínio populacional nas cidades, fatores de atração e repulsão, Portugal, Planeamento Urbano e Economia

*JEL codes:* R50, R58, 020

*Códigos JEL:* R50, R58, 020

---

<sup>1</sup> This work was funded by FEDER funds through the Operational Programme for Competitiveness Factors - COMPETE and National Funds through FCT - Foundation for Science and Technology under the project: "EXPL/ATP-EUR/0464/2013 - "Policy guidelines for the regeneration in shrinking cities"

## 1. INTRODUCTION

In 2008, the world reached an invisible but momentous milestone: for the first time in history, more than half its human population was living in urban areas (UNFPA, 2007). At the same time in a significant number of cities population declined (Oswalt and Rieniets, 2006). This might seem contradicting; however, it also shows that cities are complex systems that are still evolving. In fact, shrinkage is a process as old as growth although the former is perceived as a symptom of failed planning while the latter is a synonym of success (Turok and Mykhnenko, 2007; Haase et al., 2012; Hospers, 2013). For this reason, in a city that is shrinking, the phenomenon tend to be ignored as long as possible while trying to invert such situation (Beauregard, 2005; Panagopoulos and Barreira 2012; Hospers, 2013). However, the fact that a city is shrinking does not inevitably mean it will disappear; however, it also doesn't mean it will be back to the point of being a very populated area (Power et al., 2010; Rink et al., 2012). Literature shows that in some cases the shrinkage phenomenon lead to a decline in living conditions of those that stay while in others it introduced opportunities to change, otherwise unavailable (Oswalt, 2005; Power et al., 2010; Maes et al., 2012).

In contrast to the abundance of research about urban growth and its patterns, there is not a “theory of shrinkage” (Rink and Kabisch, 2009; Haase et al., 2012). In Europe, the debate started in Germany and has spread internationally although it remains an underrepresented topic in comparative research (Oswalt and Rieniets, 2006; Pallagst, 2005; Haase et al., 2012; Großmann et al., 2013). In Portugal, studies about this topic are scarce but increasing (Balsas, 2000; Sousa, 2010; Panagopoulos and Barreira, 2012).

Shrinkage is not found exclusively in rural areas, neighbourhoods, city size or in specialized cities (Oswalt and Rieniets, 2006; Hospers, 2013). A recent phase of shrinkage started after the end of the II world war, accelerated by the fall of the Berlin Wall and the globalization process, where in many countries, urban growth was replaced by stagnation and/or shrinking (Kabisch et al., 2006; Rieniets, 2006). Shrinkage was frequent in Europe's old industrial regions (Northern England, the Scottish Clyde side, Lorraine, the

Rhine-Ruhr area), in large portions of European post-Socialist countries (Großmann et al., 2008; Kabisch, 2007) and in the “rust belt” in the US (Beauregard, 2009; Blanco et al., 2009). However, today shrinkage is registered in almost all countries and the number of shrinking cities has increased faster than the number of boomtowns (Oswalt and Rieniets, 2006; Turok and Mykhnenko, 2007). In 2006, and providing a perspective over the past 50 years, the *Atlas of Shrinking Cities* identified shrinkage in Western industrial countries, especially in the USA (59), Britain (27), Germany (26), Italy (23), and increasingly in former Warsaw Pact countries, like Russia (13), Ukraine (22), and Kazakhstan (13). Further, there have also been an above-average number of shrinking cities in South Africa (17) and Japan (12). Between 1995 and 1999, Wiechmann (2008) describes that the highest population loss was verified in northern Finland, in central and northern Sweden, and in large parts of the Central and Eastern states. According to the author considerable losses of population also took place in southern Italy, northern Spain, the central regions of France, Scotland, and in the Alentejo in Portugal. Data from Urban Audit, referred by Wiechmann (2008), highlight that out of 220 large and medium-sized European cities, 57 per cent lost population in the period from 1996 to 2001. Among them, Wiechman (2008) identifies Lisbon (Portugal capital) included in the group of cities with the highest relative loss of more than 1.75 per cent per year, from 1996 to 2001. This value is also accompanied by Oporto were population decline reached 1.37 per cent per year (Sousa, 2010; Panagopoulos and Barreira, 2012).

Demographic data shows that in the future Europe will barely participate in worldwide population growth. Some countries, such as Portugal, should even prepare for a general decrease in resident population. We hope that the present work contributes for such strategic thinking. Our goal is to provide an overview of the shrinking phenomenon in the cities of Portugal. Ultimately, we purpose a typology by identifying the process, understanding the reasons behind it and by uncovering patterns of behaviour. This work can be considered an exploratory analysis of the shrinking phenomenon in Portugal and an in-depth analysis will complement this effort. The typology sug-

gested here represented an intermediate achievement within an exploratory project<sup>2</sup> of one year duration that aimed at understanding the policies preferences of residents of shrinking cities towards the regeneration of shrinking cities. From the typologies that will be presented here the case studies were selected.

In the next section we provide an overview of the causes, consequences and types of shrinking. In section 3 we explain the data used and in section 4 the results obtained. In section 5 we compare our findings with previous works and provide some concluding remarks.

## **2. LITERATURE REVIEW – SHRINKING CITIES: CAUSES, CONSEQUENCES AND TYPES**

Shrinking cities have been discussed using several approaches and definitions (Haase et al., 2012; Rink et al., 2012). In the present work we use Turok and Mykhnenko (2007) definition of shrinking cities as urban areas where a perceptible population loss occurs and, behind which a variety of entwined cause effect processes can be concealed.

Wars, natural disasters, environmental disasters, epidemics, economic, political, and social transformations have affected population settlement and demographic change everywhere (Rieniets, 2009). Although the quantity of people living in a city does not provide a full depiction, population changes is an important consequence, as well as, cause of urban conditions, especially the availability of economic opportunities (Turok and Mykhnenko, 2007; Rink and Kabisch, 2009).

### **2.1. Causes for population decline**

One of the main reasons for population decrease is ageing which has become a process without precedents in the history of humanity (UN, 2013). This process leads to a relative reduction in the proportion of children and to an increase in the share of people in the main working ages and of older persons in the population. Global share of people aged 60 years or over increased from 9.2 % in 1990 to 11.7% in 2013 and will continue to grow reaching 21.1% by 2050 (UN, 2013). Further, the older

population is itself ageing; the share of older persons aged 80 years or over within the older population was 14% in 2013 and is projected to reach 19% in 2050 (UN, 2013). Most of all, the implication of this ageing process affects all facets of human life; economically (e.g. economic growth, saving investments, pensions), socially (e.g. family composition, living arrangements, healthcare services) and, politically (e.g. voting patterns and political representation).

Further, fertility rates have diminished in practically all OECD countries to levels that are well below those needed to secure generation replacement (OECD, 2003). The world population growth rate rose rapidly in the 20th century, reaching a peak at 2% per year in 1965-1970 (UN, 2013). This peak was followed by a decline mostly as a consequence of the reduction of fertility rate in the developing regions. By 2045-2050 the expected world population growth rate is expected to drop to 0.36%. While the population of the more developed regions is rising at an annual rate of 0.28%, that of the less developed regions is increasing almost five times faster, and the least developed countries as a group are experiencing even more rapid population growth, at 2.37% per year. Such disparities, although to some extent soothed, are predicted to continue until 2050.

Changes in city populations is not simply attributable to changes in birth and death rates; migration plays an important role (Portnov et al., 2000; Turok and Mykhnenko, 2007). Migration dynamics emerge unmistakably as being closely related to the causes of both growth and shrinkage. In an increasingly competitive world, shrinking territories are those where push factors surpass pull factors. Migration can be triggered by several factors: extraordinary factors (e.g. conflicts), political transformation, economic transformation, environmental factors and competition among local governments leading to urban sprawl and suburbanization.

A political transformation is mainly linked with the post-socialist transformation in Eastern Germany and Eastern Countries (Nuissl and Rink, 2005; Bontje and Musterd, 2012). Given the income gap between Eastern and Western countries or regions, population

<sup>2</sup> EXPL/ATP-EUR/0464/2013 - “Policy guidelines for the regeneration in shrinking cities (2014-2015).”

migrate to Western areas in search of improvements in wealth and quality of life conditions.

Economic transformations include, deindustrialization, sector decline (e.g. automotive, mining, agriculture), rapid economic breakdowns (e.g. collapse of the dot-com business), general economic cycles and macroeconomic trends, globalization, etc. Some authors consider economic transformation as the main cause of urban shrinkage (Friedrichs, 1993; Oswalt, 2005). Economic transformation alters the profile of employment, skills, education, accessibility, taxes, housing prices, etc., and affects lifestyle, standards of living, quality of life, and available urban amenities.

Environmental factors are becoming more acute due to climate change and increased health worries; hence the levels of pollution in cities, the availability of green areas and urban gardens (Kabisch and Haase, 2013) and the use of renewable energies (Hoornebeck and Schwarz, 2009) are factors that can induce migration. Weather factors by affecting urban quality of life are also important trigger factors for migration (Rappaport, 2007).

Amongst the spatial patterns of migration, suburbanization is the most debated topic and the definition of the concept is not yet consensual (Ewing et al., 2003). However, for the current work we use the definition proposed by Hesse (2006) that generally describes suburbanization as the sprawl of urban settlements, beyond the bounds of a core city and into its hinterland. Suburbanization occurred primarily in conditions of urban growth. However, partial or selective suburbanization processes can occur in conditions of shrinkage (Nuisl and Rink, 2005; Hesse, 2006; Siedentop and Fina, 2008). Suburbanization entails a specific type of out-migration which can be triggered by a variety of reasons alone or combined (Van den Berg et al., 1982). Due to local governments that compete to attract inhabitants, some neighbour municipalities of a city supply public amenities and favourable conditions for lower housing prices, thus leading to suburbanization. In other cases, due the small space available at the core city, city expands from the traditional boundaries into new sprawled areas. Besides, highway and cheap gasoline along with the middle class capacity to afford cars and single-family homes also have encouraged suburban growth (Baum-Snow, 2007; Rieniets, 2009).

## 2.2. Consequences for population decline

Most scholars do not a priori determine the causal and sequential relation between economic decline and demographic decline, but rather acknowledge that both types of decline are interrelated (Hoekveld, 2014). Hence, ageing previously described as a cause for population decline can be also considered a consequence (Haase et al., 2013; Hoekveld, 2014).

Currently, the characteristics of shrinkage mainly correspond to the consequences of shrinkage (Sousa, 2010). Other of the crucial aspects of shrinkage is the number of vacant dwellings and the amount of derelict land (Ahrens, 2005). This build-up environment implies the general hollowing-out of the inner city, declining target markets which erode the viability of neighbourhoods and the services within (Nevin and Lee, 2004). Further, population decline implies that many technical infrastructures will be used below capacity, malfunctions will increase and the costs of supplying drinking water, sewage disposal and other services rise (Moss, 2008; Schiller, 2007).

When features of a city became less attractive those that have the capacity to leave do so and those that stay are frequently disadvantaged population groups – the poor, the old, and foreigners – which can imply the rise of social problems in this areas (Strohmeier and Bader, 2004; Moraes, 2007). The out-migration of those in the middle-class condemns many businesses to unsustainability, joining to population also economic decline, which amplifies the territorial as well as the visual impact of shrinkage. Moreover, the declining population heterogeneity can lead to the death of social life, of public sphere, which constitutes the main source of creativity and innovation, creating a sweeping knowledge and cultural void (Borries and Böttger, 2004; Maes et al., 2012)

The generalized decay described above has an evident effect in the image of a territory (Beauregard, 2005). Borries and Böttger (2004) conclude that the above scenario might induce lack of motivation, hopelessness and sadness which can have a great impact on the mental maps or psychological conditions of residents. On the other hand, other authors show that for the ones who choose to stay, living in a shrinking city does not lead to less life satisfaction (Delken, 2008; Hollander,

2010). Hospers (2013) provides some examples of shrinking cities that while coping with it became more engaged and cohesive communities.

### 2.3. Typologies of shrinking cities

Shrinkage is a context-base process hence most authors propose typologies that have a national nature (Cunningham-Sabot and Fol, 2007; Martinez-Fernandez and Wu, 2007; Moraes, 2007; Beauregard, 2009). Nevertheless, attempts to propose general (Western) typologies exist (Pallagst, 2005; Wiechmann, 2008). For the time being there is no established global typology but the exercises already made are an important source of information.

Based on the causes of shrinkage, Pallagst (2005) proposed one typology divided in four motives: 1) long-term industrial transformation (e.g. from one production sector to another), 2) rapid economic breakdowns (e.g. collapse of the dot-com business), 3) environmental threats (e.g. hazards, pollution), and 4) political transformation (e.g. post-socialist systems and economic changes).

Also based in the causes of shrinkage, Wiechmann (2006) proposes four types: 1) suburbanization (e.g. hollowing out, sprawl, segregation), 2) industrial transformation (e.g. old industrial areas and Rustbelts), 3) economical, environmental and political selective collapses (e.g. oil crisis, abandonment of mining areas); and 4) political strategies (e.g. depopulation areas).

From countries away from the European and USA realities the above typologies don't fit. Moraes (2007) describes that in Brazil the emergence of empty rural towns and decaying metropolitan areas, in opposition to swollen slums on metropolitan outskirts, are the result of an unjust territorial dynamic generated by the Brazilian land oligopoly, the government's incapacity to produce jobs, the highly speculative real estate market, the lack of housing subsidies for low income workers, and the inadequate use of land policies.

Wu et al. (2008) further increments the discussion by adding other dimensions which includes characteristics of shrinkage and information about contemporary examples such as, the Chinese county towns. The typology includes imposing circumstances (e.g. conflicts/war and depletion of resources), com-

parative disadvantages (lifestyle attractions and climatic conditions) and societal/global changes (e.g. absolute decline of population).

Under the European framework, more precisely for France, Cunningham-Sabot and Fol (2007) describe three types of urban shrinking areas. Large urban areas suffering from deindustrialization and, the fact of their economies were based on single industries (e.g. mining, ports). Most of the shrinking cities in France are small urban areas, located in the middle of the country (from Ardennes to the Pyrenees, passing through the Massif Central). These areas are isolated from infrastructure and urban networks. Finally, urban shrinkage is occurring within urban areas that are growing as a whole but where city centres are declining and outer suburbs are gaining population (mainly in the south of France).

Finally and most relevant to the present work is the typology of shrinking cities in Portugal proposed by Sousa, 2010. The work is based on data from 1991-2001 and cluster analysis. From the cluster analysis at the city level, Sousa (2010) purposes 3 typologies: 1) metropolitan cores and (de)industrialized areas, composed of shrinking cities where important economic transformations have occurred; 2) small interior and coastal cities where the consequences typically associated with shrinkage are more visible than population decrease itself and, 3) cities from the north, centre and suburban cities of Lisbon Metropolitan Area suburban where almost all the consequences are not as remarkable as in the other clusters which makes it difficult to understand the reasons behind shrinkage.

## 3. MATERIAL AND METHODS

The main source of statistical information used in this empirical exploratory research is the Portuguese National Institute of Statistics (Instituto Nacional de Estatística - INE). Our analysis is mostly based on data gathered during the Censuses in the last 20 years: 1991, 2001 and 2011. We examine variables and indicators over a ten to twenty years period at different geographical levels. The data source used does not provide aggregated information at the city level beyond resident population data; hence our analysis was developed using an approximation of such geographic level. In INE the city concept was defined in 2004 and

named “statistical city”. Data aggregated at this level was not found for all the variables used and during the period of time analysed. Therefore we defined each city by the total number of parishes within and our first exercise was the identification of the parishes belonging to each city of Portugal. The considered number of cities was 158 which was the total number of cities in Portugal in 2011. Cities do not necessarily correspond to the complete parishes considered; however a finer definition was not possible. The error exists but its transversal to all cases and it is not detrimental for our study.

The variables used are listed in table 1. For some variables, information at the level of parish was not available and municipalities were used instead (e.g. housing prices, dependence of social security, crime indices). Qualitative data concerning each city history was also used to better understand and characterize the shrinkage process. We look at the Portuguese cities, but also at their close and extended surroundings; not only to their individual population change behaviour but also to their combined performance. The combination of these information lead to the typology suggested in the following section.

**Table 1: Variables used to characterize the shrinkage process in Portugal**

Variables	Information derived
Resident Population	Differentiate between cities that are growing from those that are shrinking by calculating the population growth rate.
Resident Population by age groups	Realise the proportion of inhabitants by age groups and understand how it varied along the 20 years.
Unemployment rate	Measure the evolution of unemployment during the 20 years and its influence on the decline of population.
Employment by activity sector	Track possible economic transformations.
Housing	Assess suburbanization using the quantity of built houses in the city and surrounding areas, as well as the quantity of vacant and old buildings in each city.
Housing price	Find how the price by square meter of land compares with other cities.
Dependence of social security	Check for the social fragility in each city.
Crime indices	Assess the level of insecurity.
Existence of high education institutions	Check how the lack of such institutions drives out-migration of young inhabitants.
Existence of highways	Assess the level of isolation of cities.
Purchase Power	Address differences regarding income.

#### 4. RESULTS AND INTERPRETATION

Portuguese population from 1991 until 2011 increased from 9.87 to 10.56 million inhabitants. This growth has not occurred at a constant rate and differences between the two decades are relevant. From 1991-2001 the average growth rate (0.489%) was more than the double of the one registered between 2001 and 2011 (0.197%). After 2007, Portugal has been registering a natural balance with negative values, a situation that had only occurred by the end of World War I (1918). At the same time, the strong positive net migration diminished as a consequence of the decline in migratory entrance flows and of the increase in the exit flows (Carrilho and Patrício, 2002). Since the year 2000, the ratio of aged people into total population exceeds the ratio of young population (Sousa, 2010). In 1991 the national

unemployment rate was 4.1% and after 10 years the percentage was practically the same (4% in 2001); however after 6 years the value was doubled (8% in 2007), reaching 13% in 2011 (source: INE). This number was already surpassed and in 2013 the unemployment rate was 16.3% (source: INE).

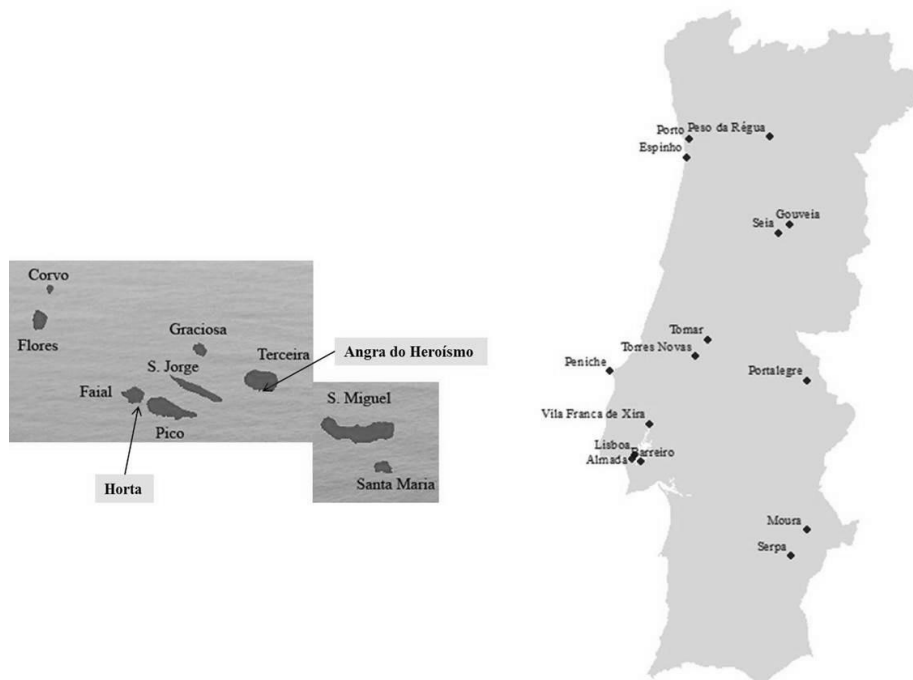
Portugal has 158 cities from which 31 show decrease when comparing the population records from 1991 to 2011. However, separating the analysis in two decades, five of those cities show an increase in population between 2001-2011 (i.e. Funchal, Ponte de Sor, Elvas, Amadora, Vila Nova de Santo André). From the remaining cities, 14 display a persistent decline and 12 cities lost population from 2001 onwards. From these 26 cities we excluded 9 cities since they were designated cities after 1991. From the remaining 17 cities, 8 show a recent shrinkage and 9 a persistent one.

#### 4.1 Population trends in shrinking cities

From the above screening we considered 17 shrinking cities (Figure 1). Angra do Heroísmo and Horta are located in the Azores archipelago. In the North we found two coastal shrinking cities, Oporto and Espinho and one in the interior (Peso da Régua). In the center of the country several cities are shrinking, in the

North (Seia and Gouveia), around river Tejo (Tomar, Torres Novas, Vila Franca de Xira, Lisboa, Barreiro and Almada) and in the coast-line (Peniche). Close to the border with Spain, in the Alentejo region, three cities are shrinking (Portalegre, Moura and Serpa). The southern area of Portugal, the Algarve region, includes 11 cities but none registered a population decline during the period in analysis.

**Figure 1: The shrinking cities considered in this work.**



The above shrinking cities vary largely in term of population size (table 2), as well as, in the amount of lost population. In 2011, Lisbon had close to 548 thousand inhabitants and lost around 116 thousand from 1991-2011. During the same period, Oporto the second biggest city in Portugal (around 238 thousand inhabitants in 2011), lost circa 65 thousand inhabitants, the most important loss in relative terms in 2011. The third biggest city, Almada with a population size around 90 thousand inhabitants lost close to 11 thousand inhabitants.

Nine cities have between 38 thousand (in Barreiro) and 10 thousand (in Peso da Régua) inhabitants. Barreiro, although ~2.5 times smaller than Almada, presents a similar population decline (~10 thousand inhabitants). Between 1991-2011, Espinho and Angra do Heroísmo population decline was around 3 thousand inhabitants in the former and 2 thousand inhabitants in the later, while all the other cities up to 10 thousand inhabitants show a de-

crease between 555 (Peniche) - 290 (Vila Franca de Xira).

The remaining five cities have less than 10 thousand inhabitants being Gouveia the smallest (circa 3 500 inhabitants). In this group, Gouveia is the only that show a persistent decline (~465 inhabitants) while the remaining cities (Moura, Seia, Serpa, Horta) lost inhabitants from 2001-2011. During this decade Moura presents the biggest loss (less 800 inhabitants).

The population decline presented in table 2 includes changes in birth and death rates, as well as, migratory dynamics. In most of this cases (e.g. Oporto, Lisbon, Portalegre, Torres Novas, Serpa, Gouveia) the decline is heavily influenced by the fact that the city population is aging which implies high death rates and low birth rates. However, we do not consider this phenomenon a typology of shrinkage, similarly to the followed approaches taken for instance by Haase et al. (2013) and Hoekveld

(2014). The results presented here are a stepping stone within a project targeting the development of policy guidelines for Portuguese shrinking cities. Therefore, aging of population is mainly considered a consequence of other

factors that lead to shrinkage. In addition, in each of the typologies suggested there are cities with positive and negative dynamics between births and deaths.

**Table 2: Shrinking cities divided by size (quantity of population)**

Cities	Population in 2011	91-01 $\Delta$ pop (%)		01-11 $\Delta$ pop (%)		91-11 $\Delta$ pop (%)	
Lisbon	547 733	-98 737	-15	-16 924	-3	-115 661	-17
Oporto	237 591	-39 341	-13	-25 540	-10	-64 881	-21
Almada	89 533	-7 884	-8	-3 072	-3	-10 956	-11
Barreiro	37 729	-7042	-15	-3130	-8	-10 172	-21
Espinho	26 868	-1 214	-4	-1 512	-5	-2 726	-9
Tomar	18 209	268	1	-695	-4	-427	-2
Vila Franca de Xira	18 197	-45	0	-245	-1	-290	-2
Torres Novas	16 302	27	0	-683	-4	-656	-4
Portalegre	15 642	-328	-2	-126	-1	-454	-3
Peniche	14 749	291	2	-846	-5	-555	-4
Angra do Heroísmo	10 887	-898	-7	-1461	-12	-2369	-18
Peso da Régua	9 959	-246	-1	-72	-1	-318	-3
Moura	8 419	579	7	-803	-9	-224	-3
Seia	6 342	463	7	-586	-8	-123	-2
Serpa	6 233	156	2	-330	-5	-174	-3
Horta	6 118	76	1	-346	-5	-270	-4
Gouveia	3 472	-62	-2	-403	-10	-465	-12

#### 4.2. Suburbanized cities in Portugal

Among the 17 shrinking cities in analysis are the country’s most important cities: Lisbon and Oporto. Oporto and Lisbon are the main examples of those suffering from suburbanization.

To understand if suburbanization is occurring we gathered data concerning the municipalities. For Oporto and Lisbon cases the cities embrace the total municipality; hence we gathered data for the respective metropolitan areas (table 3). Results show that four of the shrinking cities are included in growing municipalities which suggest that a process of suburbanization is taking place. Vila Franca de Xira is the municipality with the highest growing rate while the city is shrinking (-2% in 20 years), Almada present a much higher population decline (-11%) while the municipality grew 13%. Oporto and Lisbon cities are declining while the surrounding urban areas are increasing (9

and 8% respectively). Finally, Peniche also shows signs of suburbanization since the municipality grew around 6% while the city decreased 4% in inhabitants.

Shrinking is a multi-causal process and shrinking cities in Portugal are a good example of this. The following typology designated economic transformation also includes three cities where suburbanization was suggested: Oporto, Lisbon and Peniche.

#### 4.3. Portuguese shrinking cities where relevant economic transformations took place

To understand this process, three main sources of information were crossed. In table 4 we calculate the unemployment rate of each shrinking cities. Unemployment increases during the 20 years in analysis; which is a transversal phenomenon in Portugal. However, in some cases the value achieved in 2011 sur-

## Shrinking Cities in Portugal – Where and Why

passes the one registered in the remaining years in more than the double (e.g. Espinho) or are above the national average. To better understand this decrease of economic activity we

gathered information regarding the employment by sector of activity. With this data we realized that in some cases the decrease of employment is spread among the distinct sectors

**Table 3: The rates of population change in cities and corresponding municipality. Oporto and Lisbon data corresponds to the Metropolitan Areas.<sup>3</sup>**

Cities	% of $\Delta$ in population 91-2011	% of $\Delta$ in population 91-2011 in the corresponding municipality
Vila Franca de Xira	-2%	30.7%
Almada	-11%	13%
Oporto	-21%	9%
Lisbon	-17%	8%
Peniche	-4%	5.7%
Horta	-4%	-0.1%
Angra do Heroísmo	-18%	-0.4%
Torres Novas	-4%	-3.1%
Portalegre	-3%	-6.2%
Barreiro	-21%	-8%
Espinho	-9%	-10%
Serpa	-3%	-12.9%
Moura	-3%	-14.4%
Tomar	-2%	-14.4%
Seia	-2%	-19.1%
Gouveia	-12%	-20%
Peso da Régua	-3%	-20.7%

**Table 4: Unemployment rate for 2011, 2001 and 1991<sup>4</sup>**

	<i>Unemployment rate</i>	1991	2001	2011
1	Espinho	7%	7%	18%
2	Oporto	8%	13%	18%
3	Peniche	8%	10%	17%
4	Moura	12%	10%	17%
5	Barreiro	12%	10%	16%
6	Gouveia	5%	8%	14%
7	Peso da Régua	10%	9%	15%
8	Almada	9%	8%	15%
9	Serpa	13%	14%	14%
10	Portalegre	7%	6%	14%
	<b>Portugal</b>	<b>4%</b>	<b>4%</b>	<b>13%</b>
11	Seia	7%	8%	13%
12	Vila Franca de Xira	9%	7%	13%
13	Tomar	8%	8%	13%
14	Lisbon	7%	7%	12%
15	Angra do Heroísmo	4%	4%	10%
16	Torres Novas	6%	6%	10%
17	Horta	4%	4%	8%

<sup>3</sup> Lisbon Metropolitan Area includes the following municipalities: Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra and Vila Franca de Xira. Oporto Metropolitan Area includes the following municipalities: Arouca, Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Paredes, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Conde and Vila Nova de Gaia.

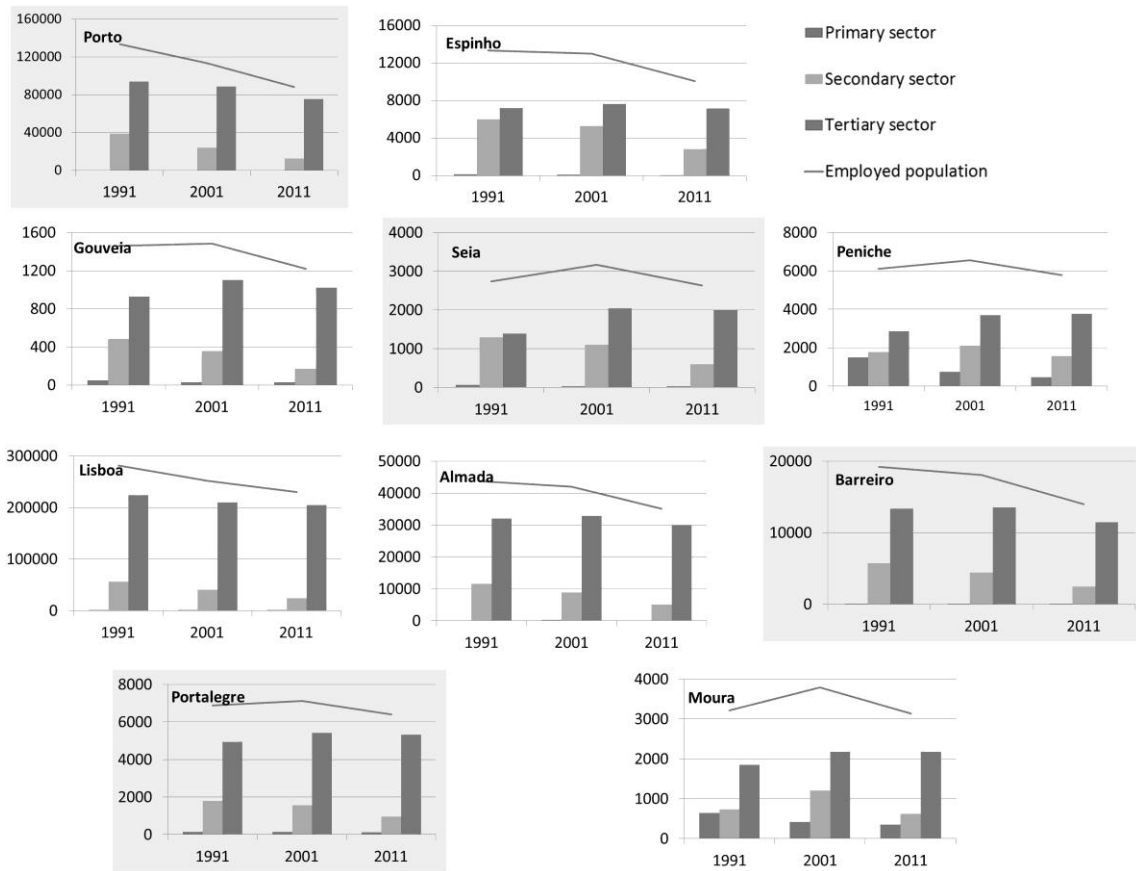
<sup>4</sup> Calculated using the following formula: (Unemployed inhabitants/ Economically Active inhabitants) x 100

of activity while in the cities identified in figure 2 the decrease is focused mainly in the secondary sector, specifically in the subsectors of constructions and or transformation industry (table 5). In these cases we propose that a process of economic transformation took place. The cities where this process was identified were Lisbon, Oporto, Barreiro, Almada, Espinho, Peniche, Gouveia, Seia, Moura and Portalegre.

In some other cases such as Peso da Régua, Torres Novas, Tomar, Horta and Angra do

Heroísmo suburbanization and economic transformation do not explain the decline in resident population since the respective municipality is also shrinking and the increase in unemployment is spread by the different sectors of activity. In these cases we explored the pull factors of the surrounding cities and for all this cases we found features that could induce the migration of one city to another close-by. Hence these cities have been included in a typology designated Satellite cities.

**Figure 2: Number of employed inhabitants (1991-2011) in the cities where economic transformation was identified.**



**Table 5: Decline of employment from 2001 to 2011 in the most affected sectors**

<i>Cities</i>	<i>Transformation industry</i>	<i>Construction sector</i>	<i>Fisheries sector</i>	
<b>Lisbon</b>	44%	43%	Not relevant	
<b>Oporto</b>	42%	45%		
<b>Barreiro</b>	45%	Not relevant		
<b>Almada</b>	49%	41%		
<b>Espinho</b>	46%	51%	Not relevant	
<b>Peniche</b>	Not relevant	56%		37%
<b>Gouveia</b>	57%	Not relevant		Not relevant
<b>Seia</b>	50%			
<b>Moura</b>	Not relevant	70%		
<b>Portalegre</b>	52%	Not relevant		

#### 4.4. Satellite shrinking cities

This effect can be defined as a silent competition between urban areas close-by. In these cases the pull factors from one city surpasses those of a neighbouring one which leads to the migration of inhabitants inducing a shrinkage process in the later due to less quantity or quality of pull factors or strong push factors.

In the case of Peso da Régua, there are 4 cities growing within a distant of ~50 km or less (figure 3). Peso da Régua lost around 300 inhabitants while the unemployment rate in 2011 was 15%. Vila Real in the same period

grew 33% and the unemployment rate was 11%. Hence the economic conditions are superior in this city. Further within Vila Real there is a public University while Peso da Régua does not have any institution for higher education. The combination of these characteristics are pull factors for young residents in Peso da Régua, lacking employment opportunities and or wanting to obtain higher education. The fact that from 1991 to 2011 the age group between 0-24 years was the one where the decrease was identified sustains the purposed typology (figure 4).

Figure 3: Peso da Régua and surrounding cities.

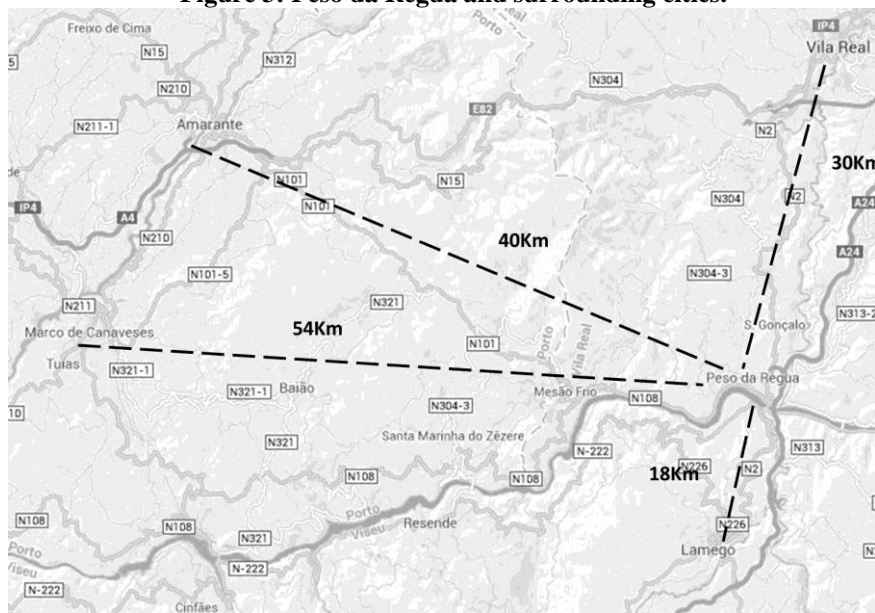
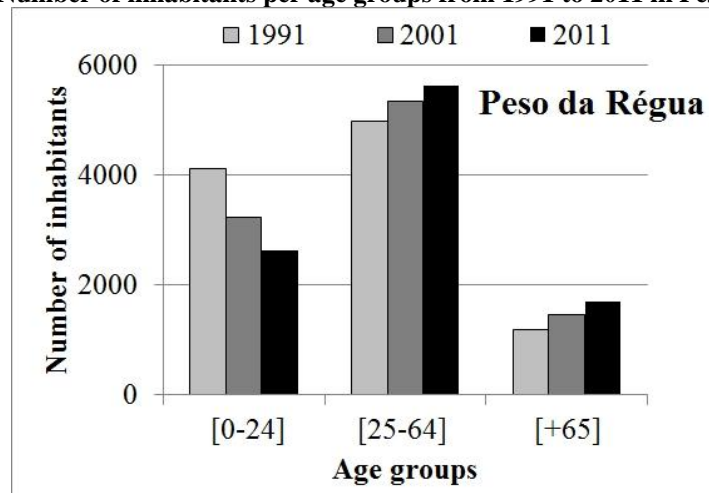


Figure 4: Number of inhabitants per age groups from 1991 to 2011 in Peso da Régua



Tomar and Torres Novas are two close-by shrinking cities (Figure 5) that show similar

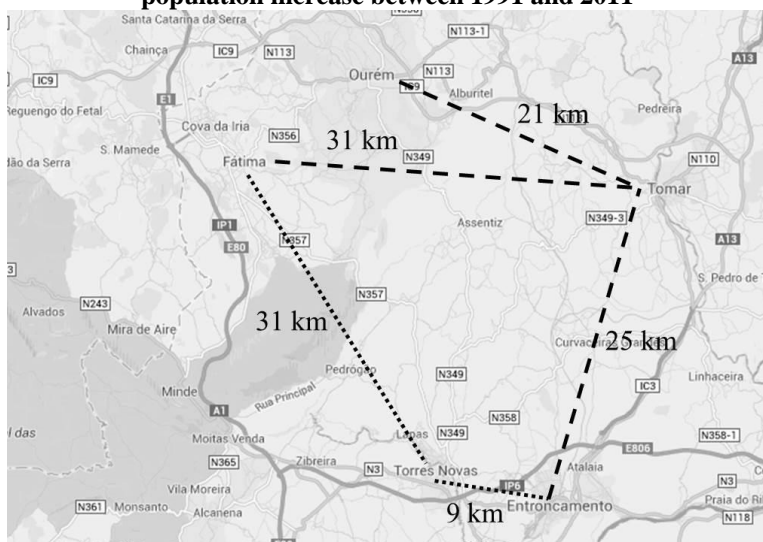
push factors. Nearby there are three growing cities: Fátima, Entroncamento and Ourém

(61%, 42% and 44% increased of population between 1991-2001, respectively) that act as attracting poles.

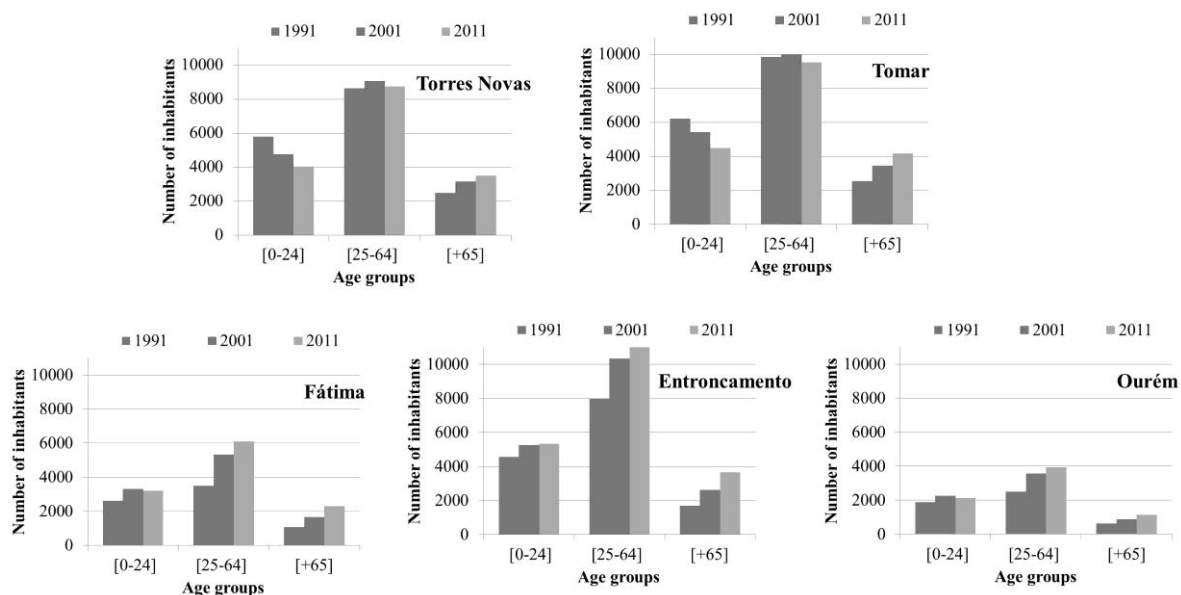
The unemployment rate (table 4) is equal to the national average in Tomar (13%) and below in the case of Torres Novas (10%). Although the values are not particularly high they are equal or above those of the nearby growing cities: Fátima (8% of unemployment),

Ourém (9%) and Entroncamento (10%). Hence, inhabitants of Tomar and Torres Novas might decide to move to nearby cities due to working opportunities. The fact that both cities present a decrease in population in the working ageing groups while the opposite is observed in all three growing cities supports the statements (figure 6).

**Figure 5: Location of two shrinking cities: Tomar and Torres Novas, as well as, the nearby cities where population increase between 1991 and 2011**



**Figure 6: Number of inhabitants by age groups in the cities of Tomar, Torres Novas and nearby cities between 1991 and 2011**



Another relevant feature that could promote this migratory movement is the housing prices. The data regarding the housing prices at the level of the Municipality show that the most expensive municipalities are Tomar and Torres

Novas (table 6). Even those individuals working in these shrinking cities can be living on one of the growing cities and do less than one hour per day of travelling between house and work. Between the growing cities Entronca-

mento registers the lowest crime rate, as well as, the biggest purchasing power.

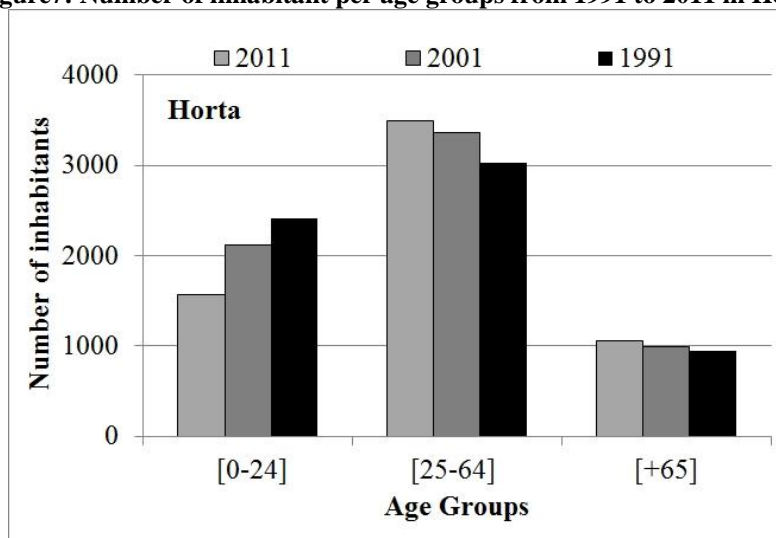
In this typology we also included two cities located in the Azores archipelago. In total the archipelago includes 6 cities; 3 in São Miguel (Ponta Delgada, Ribeira Grande and Lagoa), all of them showing an increase in population between 1991-2011, 2 in Terceira (Angra do Heroísmo shrinking and Praia da Vitória growing), 1 in Faial (Horta) that is losing population.

In the case of Horta, the city lost 300 inhabitants between 1991 and 2011. The fact that the island does not include any option for higher education can partially explain the possible migratory movement to the island of São Miguel and Terceira where the Azores University includes higher education opportunities. As in Peso da Régua, this possibility is supported by the fact that the decline is located within the younger age group (see figure 7).

**Table 6: Average housing price for the Municipalities where the cities of Entroncamento Fátima, Ourém, Tomar and Torres Novas are included.**

Municipalities	Average Housing price(€/m <sup>2</sup> )
Entroncamento	846
Ourém <sup>5</sup>	911
Torres Novas	919
Tomar	978

**Figure7: Number of inhabitant per age groups from 1991 to 2011 in Horta**



For Angra do Heroísmo the reasons for decline in population are different since this city includes the campus of Azores University which makes it an important city for students. Nevertheless, the population is decreasing while the neighbouring city, Praia da Vitória, grew 4% between 2001-2001. In 2009, Praia da Vitória and Angra do Heroísmo were connected by a fast road that implied a 20 minutes distance by car between the cities. Previously the same trip was done by a national road that

could imply around 40 minutes a journey. This might have been a triggering factor for the decision of inhabitants in Angra do Heroísmo to move to Praia da Vitória. In fact, this is supported by data about migratory movement. In Angra do Heroísmo the migration is negative while in Praia da Vitória it's positive. The fact that in the island there are only two municipalities allows us to use data of 2011 census regarding the individuals that have changed residency from one municipality to the other. Al-

<sup>5</sup> This municipality includes Fátima and Ourém cities

though this is a two way movement, we observed that went from Angra do Heroísmo to Praia da Vitoria is almost twice (around 800) than those that left Praia da Vitória to live in Angra do Heroísmo (around 490). Finally, in the next section we present the fourth and last typology purposed by us.

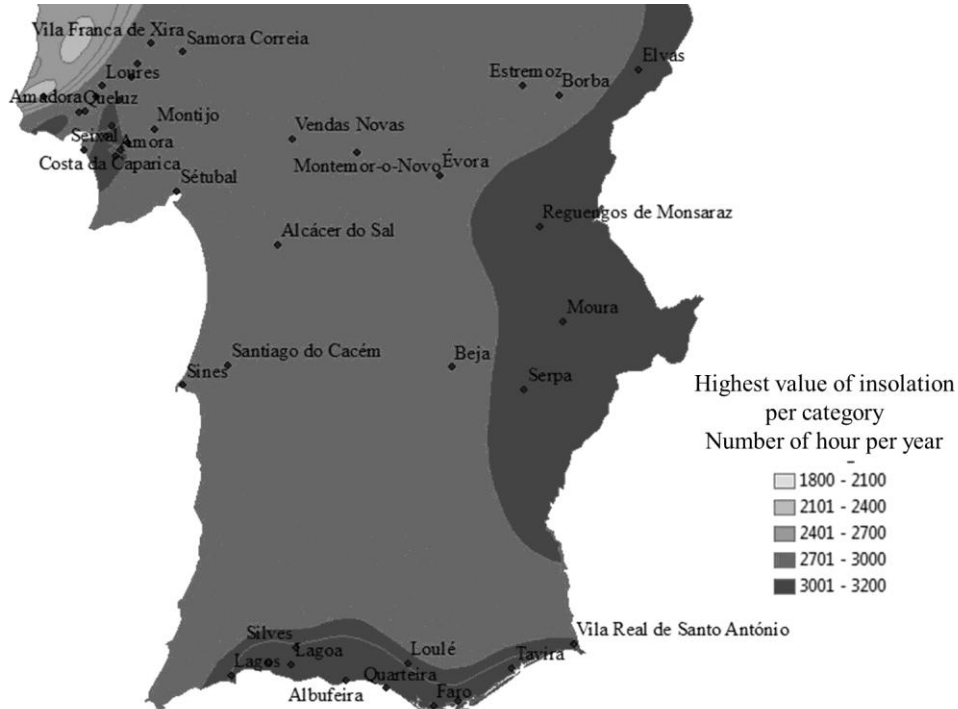
#### 4.5. Cities with environmental drivers towards shrinkage

In Portugal the shrinking phenomenon at municipal level has been more intense in the interior of the country mainly in the Alentejo region. This fact is partially explained by the combination of environmental push factors such as the heat intensity and lack of water (Figure 8 and 9).

Serpa and Moura are shrinking cities located in the region with highest quantity of hours of sun per year while having the lowest precipitation levels. These two features can constitute push factors. Nevertheless, as show

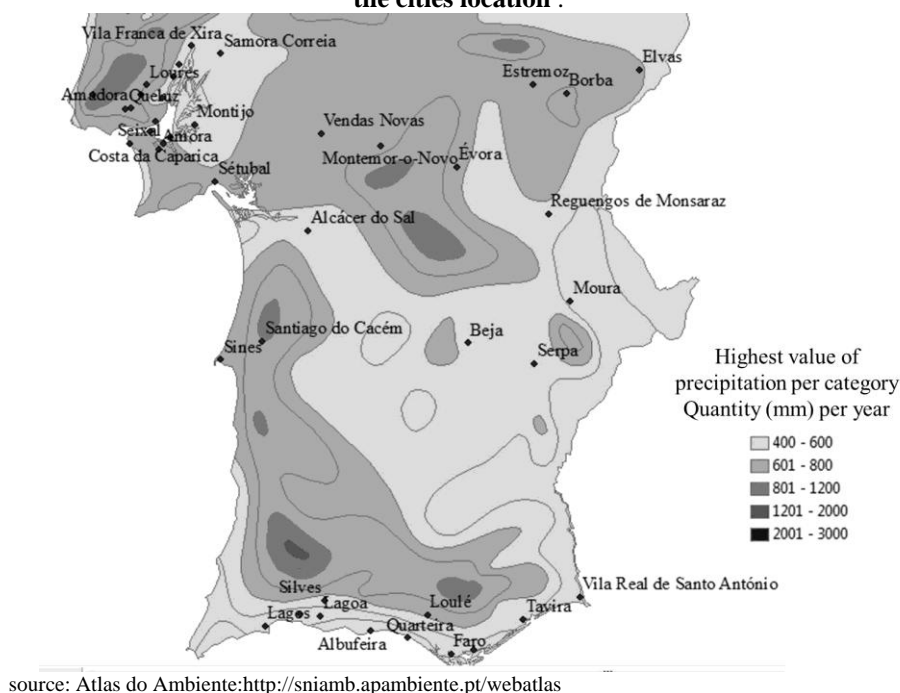
in figure 8 and 9 two cities where population increased are under the same conditions: Reguengos de Monsaraz and Elvas. This suggests that environmental drawbacks can be overcome by other features. In Elvas the proximity to a highway and to one important city of Spain (Badajoz) might contribute to the population growth registered. In the case of Reguengos de Monsaraz, the proximity to Évora (one of the most important cities of Alentejo), the industry of wine and tourism might also be pull factors. Moura as we mention earlier suffered a recent economic transformation and so far hasn't been able to revitalize the economic dynamic lost. In Serpa, the fact that it is located in one of the highest insolation areas in Portugal has been taken as an advantage and the instalation of the biggest sun panel park in Europe was done there. However, this per se has not been enough to prevent the decline or the effect of such strategy is yet to notice.

Figure 8: Map showing the quantity of hours per year of sun in the southern area of Portugal and the cities location.



Source: Atlas do Ambiente: <http://sniamb.apambiente.pt/webatlas>

**Figure 9: Map showing the quantity in millimeters of rain in one year in the southern area of Portugal and the cities location .**



## 5. DISCUSSION AND CONCLUSIONS

From the spread distribution of the shrinking cities in Portugal we can conclude that the phenomenon is not restricted to the interior and isolated areas (i.e. the coastal pull factor). These results endorse the argument that the dichotomy coast-interior is simplistic and the population decline is a process much more complex (Haase et al., 2013).

In all shrinking cities we found that the population and economic activity had a bigger decrease from 2001 until 2011. Further, in some cities we observed an increased economic activity followed by a heavy fall from 2001 to 2011 (Seia, Gouveia, Moura, Portalegre and Peniche). This behaviour is probably linked to what was observed at the country level. From 1991-2001 there was a small increase in births, a strong increment in immigration and decline of the emigration (Carrilho and Patrício, 2002). Up to 2004, several events could have had a relevant impact on the economic performance of the country: Expo 98, the introduction of the Euro (€) in 1999, the European Capital in Oporto in 2001 and the Euro cup in 2004.

Many developed countries face declining birth rates and an ageing population, whereas immigration might not balance the losses (Großmann et al., 2013). Portugal is included

in this group despite the fact the country presents a diversified situation where some areas don't follow this overall trend (see details in Jacinto and Ramos, 2010). Therefore increasing negative natural rates were mainly considered consequences of shrinking drivers.

From 1991-2011 we identified 27 shrinking cities in Portugal that were grouped around four drivers: suburbanization, economic transformation, satellite effect and environmental factors.

Suburbanization affected the two main cities of Portugal: Lisbon and Oporto. The decline trend in both cities is visible since 1970. According to Panagopoulos and Barreira (2012) one in five buildings in Lisbon is either abandoned or in poor condition. Nevertheless, in addition to the suburbanization process we found that both cities show considerable losses in the construction and transformation sectors. Specifically in Oporto, unemployment rate is the highest of the shrinking cities and 5% above the national average. In the case of Lisbon the city registers 5% increase of unemployment from 2001 to 2011; however it's still below the national average. This might imply that Lisbon is more resilient to economic transformations than Oporto.

Within the typology of economic transformation the cases of Peniche, Barreiro and Moura stand out. Peniche has one of the highest levels of fisheries dependence of all coastal

municipalities in Portugal (Moniz et al., 2000). The activity includes not only the harvesting sector but also several related activities occurring both upstream (shipbuilding, gear manufacture) and downstream (processing, distribution and trade). With one of the nationally most important fishing ports, the city also has a significant processing industry sector (Abreu et al., 2010). At present the sector is stagnant after registering a decrease in its overall importance in recent years. Further, the current global decline of marine resources also contributed to the shrinkage phenomenon in Peniche (Moniz et al., 2000; Abreu et al., 2010).

Barreiro was one of the main industrial centers of the Iberian Peninsula which attracted steadily new inhabitants after the 60's but due the deindustrialisation process, after the 90's the city loss population, reaching in 2011 figures equal to 1970.

In the case of Moura city, the building of Alqueva Dam (between 1998-2002) probably explains the high economic activity followed by an impressive decline (in construction more than 70%) between 2001-2011. Thus, Moura is a clear case of economic transformation. However, Moura is also a city located in the most environmentally harsh region of Portugal, the Alentejo. The region is characterized by a combination of high temperatures and low rain and such setting makes it a challenging region to live in. In the era of climate and environmental changes there is need for careful consideration of such conditions (Pallagst, 2005; Rappaport, 2007). For this reason we suggested a typology focus on environmental drivers towards shrinking.

Finally, we proposed another typology that is not frequently discussed in the literature, the satellite effect. Several authors refer the fact that in some cases economic activity is increasingly concentrated in certain urban areas which damages 'ordinary' cities and towns (Hospers, 2013; Merrilees et al., 2013). Within Portugal some cities such as Entroncamento are designated sleeping cities, since most residents live their but work somewhere else, mostly in Lisbon, Tomar and Torres Novas (CME, 2009). Peso da Régua is also an interesting case because although known as the international capital of wine and vineyard and located in a beautiful landscape in the center of the Douro region, such attribute are not enough to sustain inhabitants.

Comparing our typology proposal with Sousa (2010) we found some relevant similarities which strengths both analysis done. The author identified three clusters of shrinking cities. The first comprises the cities of Almada, Vila Franca de Xira and Lisbon where predominate aged and derelict building blocks. These results are in compliance with our findings regarding the process of suburbanization occurring in these cities. The second cluster includes the cities of Elvas, Portalegre, Silves, Figueira da Foz and Gouveia. Since our dataset includes an additional decade we found that Elvas, Silves and Figueira da Foz population has increased from 2001-2011. Despite this fact, we support her findings for the cases of Portalegre and Gouveia. The third cluster comprehends the following cities: Alcobaça, Amadora, Espinho, Fiães, Lamego, Lixa, Lourosa, Mangualde, Marinha Grande, Matosinhos, Odivelas, Penafiel and Santo Tirso. From this group we just considered Espinho as a shrinking city. Lourosa and Fiães were established cities in 2001; hence not considered by us. The remaining cases show a population increase between 2001-2011.

While uncovering a pattern of behaviour in shrinking cities of Portugal we found several chain reactions that make it difficult to separate the causes from the consequences of shrinkage. Barreiro for instance is perceived as a degraded residential area with sharp deterioration of buildings and public spaces, loss of environmental quality and urban and architectural distinctiveness, social degeneration with a decrease in population heterogeneity, growing segregation – poor, inactive, illiterate or uneducated, and foreigners (namely Romany) – and (perception) of growing insecurity are worries. Hence, economic transformation might have been the cause of the above scenario; however, such factors are also push factors that can induce a shrinking process. A similar process has been described for the case of Vila Franca de Xira where a process of suburbanization is taking place but socio-economic stratification is causing difficulties to territorial cohesion and social integration (Sousa, 2010).

Despite the manner used to define shrinking and its typologies, understanding the causal processes of population decline gains more importance when devising regional or city strategies. The present work is a step towards such planning effort. Nevertheless we highlight the fact that further analysis of shrinkage in

Portugal will be beneficial to complement the typology suggested. The use of the concept of functional city instead of administrative city when identifying shrinkage and typologies

might prove to provide further insights to the present discussion, thus offering future research developments.

## REFERENCES

- Abreu, S., Leotte, F., Arthur, R., 2010. Assessment of the status, development and diversification of fisheries-dependent communities: Peniche, Case Study Report.
- Ahrens, G-A., 2005. Demographic changes – consequences for the transportation sector. *Journal of Public Health* 13(1): 16–21.
- Balsas, C.J.L., 2000. City center revitalization in Portugal. Lessons from two medium size cities. *Cities* 7(1): 19–31.
- Baum-Snow, N., 2007. Did highways cause suburbanization? *Quarterly Journal of Economics* 122(2): 775–805.
- Beauregard R.A., 2005. Images of renewal and decline. Conference “Beyond the Post-Industrial City”, Camden.
- Beauregard, R.A., 2009. Urban population loss in historical perspective: United States, 1820-2000. *Environment and Planning A* 41 (3): 514–528.
- van den Berg, L., Drewett, R., Klaasen, L., 1982. *Urban Europe: a study of growth and decline* (Oxford).
- Blanco, H., Alberti, M., Forsyth, A., Krizek, K.J., Rodríguez, D.A., Talen, E., Ellis, C., 2009. Hot, congested, crowded and diverse: emerging research agendas in planning. *Progress in Planning* 71(4): 153–205.
- Bontje, M., Musterd, S., 2012. Understanding shrinkage in European cities. *Built Environment* 38(2): 153–161.
- Borries, F., Böttger, M., 2004. *BürgerMeister: New tactics for shrinking cities*. *Advances in Art, Urban Futures* 4: 53–60.
- Carrilho. M.J., Patrício, L., 2002. A situação demográfica recente em Portugal (The recent demographic situation in Portugal). *Revista de Estudos Demográficos* 32(2): 147–176.
- C.M.E. (Entroncamento Municipality), 2009. “Estratégia de Desenvolvimento 2020 e Plano de Acção 2013 para o Concelho do Entroncamento” (em Português). Development in 2020 and Action Plan 2013 Strategy for the Entroncamento Municipality.
- Cunningham-Sabot. E., Fol, S., 2007. Shrinking cities in France and Great Britain: A silent process?. *The Future of Shrinking Cities Symposium: Problems, patterns and strategies of urban transformation in a global context*, Institute of Urban and Regional Development, California.
- Delken, E., 2008. Happiness in shrinking cities in Germany: a research note. *Journal of Happiness Studies* 9: 213–221.
- Ewing, R., Pendall R., Chen D., 2003. Measuring sprawl and its transportation impacts. *Transportation Research Record* 1831(1): 175–183.
- Friedrichs, J., 1993. A theory of urban decline: Economy, demography and political elites. *Urban Studies* 30(6): 907–917.
- Großmann, K., Bontje, M., Haase, A., Mykhnenko, V., 2013. Shrinking cities: Notes for the further research agenda. *Cities* 35: 221–225.
- Großmann, K., Haase, A., Rink, D., Steinführer, A., 2008. Urban shrinkage in east central Europe? Benefits and limits of a cross-national transfer of research approaches. In: Nowak, M., Nowosielski, M. (Eds.), *Declining Cities/Developing Cities: Polish and German Perspectives*. Instytut Zachodni, Poznan: 77–99.
- Haase, A., Bernt, M., Grobmann, K., Mykhnenko, V., Rink, D., 2013. Varieties of shrinkage in European cities. *European Urban and Regional Studies* 0(0): 1-17.
- Haase, D., Haase, A., Kabisch, N., Kabisch, S., Rink, D., 2012. Actors and factors in land-use simulation: The challenge of urban shrinkage. *Environmental Modelling & Software* 35: 92–103.

Hesse, M., 2006. Suburbanization. In Oswalt P. (Eds.) *Atlas of Shrinking Cities*. Hatje Cantz, Ostfildern: 96–97.

Hoekveld, J.J., 2014. Understanding spatial differentiation in urban decline levels. *European Planning Studies* 22(2): 362-382.

Hollander, J., 2010. Can a city successfully shrink? Evidences from survey data on neighborhood quality. *Urban Affairs Review* 47(1): 129–141.

Hoornebeck, J., Schwarz, T., 2009. Sustainable infrastructure in shrinking cities: Options for the future. Report to Cleveland Urban Design Collaborative, Kent State University. Available at: [http://www.cudc.kent.edu/projects\\_research/research/shrinking\\_cities.html](http://www.cudc.kent.edu/projects_research/research/shrinking_cities.html). Accessed at: 2014-07-03.

Hospers, G., 2013. Coping with shrinkage in Europe's cities and towns. *Urban Design International* 18 (1): 78–89.

Jacinto, A.R., Ramos, P.N., 2010. Movimentos migratórios regionais do interior português: Quem saiu e quem entrou? *Revista Portuguesa de Estudos Regionais* 24: 71-85.

Kabisch, S., 2007. Shrinking cities in Europe - Reshaping living conditions in post-communist cities. Experiences from Eastern Germany. In: Komar, B., Kucharczyk-Brus, B. (Eds.), *Housing and environmental conditions in post-communist countries*. Gliwice: 175–192.

Kabisch, N., Haase, D., 2013. Green spaces of the European cities revised for 1990-2006. *Landscape and Urban Planning* 110: 113–122.

Kabisch S., Haase A., Haase D., 2006. “Beyond growth – Urban development in shrinking cities as a challenge for modelling approaches”, 3rd Biennial meeting of the International Environmental Modelling and Software Society, Vermont.

Maes, M., Loopmans, M., Kesteloot, C., 2012. Urban shrinkage and everyday life in post-socialist cities: Living with diversity in Hrušov, Ostrava, Czech Republic. *Built Environment* 37(2): 229–243.

Martinez-Fernandez, C., Wu, C.-T., 2007. Shrinking cities in Australia. State of Australian Cities Conference, Adelaide.

Merrilees B., Miller, D., Herington, C., 2013. City branding: A facilitating framework for stressed satellite cities. *Journal of Business Research* 66: 37–44.

Moniz, A.B., Kovács, I., Vicente, D.N.S., Ramos A.R., 2010. Fisheries development and

fisheries dependent communities in Portugal: socio-economic change and strategic planning. Munich Personal, RePEc Archive No. 7154.

Moraes, S., 2007. Inequality and urban shrinkage - a close relationship in Latin America. *The Future of Shrinking Cities Symposium: Problems, patterns and strategies of urban transformation in a global context*, Institute of Urban and Regional Development, California.

Moss, T., 2008. ‘Cold spots’ of urban infrastructure: ‘Shrinking’ processes in eastern Germany and the modern infrastructural ideal. *International Journal of Urban and Regional Research* 32(2): 436–451.

Nevin, B., Lee, P. 2004. Changing housing markets and urban regeneration: the case of the M62 corridor. In Project Office Philipp Oswalt (Ed.) *Shrinking cities complete works 1: Manchester/Liverpool*, Berlin: 17–21, Available at: [www.shrinkingcities.com](http://www.shrinkingcities.com).

Nuissl, H., Rink, D., 2005. The ‘production’ of urban sprawl in eastern Germany as a phenomenon of post-socialist transformation. *Cities* 22: 123–134.

OECD, 2003. Low fertility rates in OECD Countries: Facts and policy responses. OECD Social, Employment and Migration Working Papers, Paris.

Oswalt, P. (Ed.), 2005. *Shrinking cities: International Research*, Vol. 1. Ostfildern, Germany: Hatje Cantz.

Oswalt, P., Rieniets, T. (Eds.), 2006. *Atlas of shrinking cities*. Hatje, Ostfildern.

Pallagst, K. 2005. The end of the growth machine – New requirements for regional governance in an era of shrinking cities. Association of Collegiate Schools of Planning’s 46th Annual Conference, Kansas City, Missouri.

Panagopoulos, T., Barreira, A.P., 2012. Shrinkage perceptions and smart growth strategies for the municipalities of Portugal. *Built Environment* 38 (2): 276–292.

Portnov, B.A., Erell, E., Bivand R., Nilsen A., 2000. Investigating the effect of clustering of the urban field on sustainable population growth of centrally located and peripheral towns. *International Journal of Population Geography* 6(2): 133–154.

Power, A., Plöger, J., Winkler, A., 2010. *Phoenix cities: The fall and rise of great industrial cities*. Bristol: Policy Press.

Rappaport, J., 2007. Moving to nice weather. *Regional Science and Urban Economics* 37(3): 375–398.

Rieniets, T., 2006. Urban shrinkage. In: Oswalt, P., Rieniets, T. (Eds.), *Atlas of shrinking cities*. Hatje, Ostfildern: 30.

Rieniets, T., 2009. Shrinking cities: causes and effects of urban population losses in the twentieth century. *Nature and Culture* 4(3): 231–254.

Rink, D., Haase, A., Grossmann, C.C., Cocks, M., 2012. From long term shrinkage to re-growth? The urban development trajectories of Liverpool and Leipzig. *Built Environment* 38(2): 162–178.

Rink, D., Kabisch, S., 2009. Introduction: The ecology of shrinkage. *Nature and Culture* 4(3): 223–230.

Schiller, G., 2007. Demographic change and infrastructural cost – A calculation tool for regional planning, SUE-MoT Conference 2007, Glasgow.

Siedentop, S., Fina, S., 2008. Urban sprawl beyond growth: from a growth to a decline perspective on the cost of sprawl. Urban growth without sprawl: A way towards sustainable urbanization 44th ISCOCARP Congress.

Sousa S.A., 2010. Planning for shrinking cities in Portugal. PhD Thesis in Civil Engineering, Oporto, University of Oporto.

Strohmeier, K.P., Bader, S., 2004. Demographic decline, segregation, and social urban Renewal in Old Industrial Metropolitan Areas. *German Journal of Urban Studies* 44(1): 1–14.

Turok, I., Mykhnenko, V., 2007. The trajectories of European cities: 1960-2005. *Cities* 24(2): 165–182.

UNFPA, 2007. State of world population 2007. Unleashing the potential of urban growth. United Nations Population Fund Thoraya Ahmed Obaid, Executive Director.

United Nations (UN), 2013. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. World population ageing 2013. ST/ESA/SER.A/348.

Wiechmann, T., 2006. Types of shrinking cities – Introductory notes on a global issue. International Symposium “Coping with City Shrinkage and Demographic Change – Lessons from around the Globe”, Dresden.

Wiechmann, T., 2008. Errors expected — Aligning urban strategy with demographic uncertainty in shrinking cities, *International Planning Studies* 13(4): 431–446.

Wu, T., Zhang, X., Cui, G., Cui, S., 2008. Shrinkage and expansion in peri-urban China. Exploratory case study from Jiangsu province, Communication, ACSP-AESOP 4th Joint Congress, Chicago, July 6-11.



# Produção de Conhecimento e Variedades de Capitalismo: Resiliência Regional no Alvorecer da Turbulência Económica na Europa

## Knowledge Production and Varieties of Capitalism: Regional Resilience in the Dawn of Economic Turbulence in Europe

Hugo Pinto<sup>1</sup>

hpinto@ces.uc.pt

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra  
Faculdade de Economia, Universidade do Algarve

### Resumo/Abstract

Partindo da evolução recente de indicadores de I&D e de patentes, o artigo estuda alterações na ciência, tecnologia e inovação com a crise económica. Baseado na abordagem dos sistemas de inovação e dos estudos das variedades de capitalismo é estimada uma função agregada de produção de conhecimento com base em informação prévia à crise (de 268 regiões de 27 estados-membros da União Europeia). A produção de conhecimento, medida pelo número de patentes, está significativamente associada ao nível do PIB, educação, despesas de I&D, capacidade dos *clusters* regionais e desemprego. Foi encontrada uma diversidade relevante de comportamentos na produção de conhecimento quando se agrupam as regiões por variedades de capitalismo. Existem evidências econométricas que a produção de conhecimento nas regiões do Mediterrâneo é mais sensível a choques externos no desempenho da economia e no mercado de trabalho. O artigo conclui com implicações para a resiliência dos sistemas de inovação.

*Palavras-chave:* crise, função de produção de conhecimento, resiliência regional, sistemas de inovação, variedades de capitalismo.

*Códigos JEL:* C51; O31; O33; O52; R11

Departing from the recent evolution of R&D and patent indicators, this paper examines the change in science, technology and innovation with the economic crisis. Based in the innovation systems' approach and the studies of varieties of capitalism, the analysis estimates an aggregate knowledge production function based in information prior to the crisis (268 regions from the 27 European Union member-states). The production of knowledge, measured by the number of patents, is significantly associated with the level of GDP, educational attainment, R&D, capacity of regional clusters and unemployment. A significant diversity of behaviours in the knowledge production was found when the regions were clustered by varieties of capitalism. There is econometric evidence that the knowledge production in the Mediterranean regions is more sensitive to external shocks in the economic performance and in the labour markets. The article concludes with implications for the resilience of innovation systems.

*Keywords:* crisis, knowledge production function, regional resilience, innovation systems, varieties of capitalism.

*JEL Codes:* C51; O31; O33; O52; R11

---

<sup>1</sup> Hugo Pinto agradece o apoio financeiro da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia (bolsa individual com a referência SFRH/BPD/84038/2012 financiada pelo POPH – QREN – Tipologia 4.1 – Formação Avançada, participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do Ministério da Educação e Ciência). O artigo beneficia das discussões com o Doutor Tiago Santos Pereira (CES-UC) e do apoio gráfico de André Queda (CES-UC) e Ana Rita Cruz (DINÂMIA'CET - ISCTE-IUL). A investigação apresentada neste texto foi debatida no KITAB 2014 - *International Conference on Knowledge, Innovation and Technology Across Borders* (junho de 2014) e no XII Conlab - Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa (fevereiro de 2015). Uma versão preliminar do texto foi publicada no Livro de Atas deste congresso.

## 1. INTRODUÇÃO

O contexto deste estudo é a crise. A crise tem ameaçado muitos países sob diferentes perspetivas. A perspetiva que este artigo aborda é a económica e em particular o impacto que a crise financeira de 2007/08 teve nos países europeus. A turbulência económica refere-se à não linearidade e variabilidade no espaço e no tempo de determinados processos socioeconómicos, como o crescimento económico e o emprego, que têm influenciado as políticas públicas e as decisões dos atores na economia. A turbulência é marcada pela imprevisibilidade e pela incerteza na evolução do contexto económico e de como se devem os atores económicos comportar. Na União Europeia (UE) os estados-membros têm vindo a implementar medidas de austeridade, baseadas no controlo da despesa pública e na redução salarial, originando impactos diretos na contração do emprego e do produto<sup>2</sup>. A capacidade de resposta dos territórios a choques externos, como às situações geradas pela crise económica e que estiveram na génese das políticas de austeridade e programas de assistência financeira, tem vindo a incrementar o interesse pelo conceito de resiliência regional.

Alguns territórios foram mais afetados pela crise. A Figura 1 é reveladora de como algumas regiões na Europa foram atingidas de forma mais profunda pela crise enquanto outras conseguiram manter-se estáveis ou mesmo garantir trajetórias de crescimento. O caso das regiões mediterrânicas, onde o desemprego cresceu de forma intensa e o PIB teve contrações assinaláveis, é revelador de uma evidente fragilidade na capacidade de resposta à crise, uma resiliência regional limitada, em particular quando comparado com outras áreas da UE. Os chamados PIGS foram particularmente afetados pela crise. Este grupo, considerado relativamente homogéneo na perspetiva de alguns, inclui normalmente Portugal, Itália, Grécia e Espanha<sup>3</sup>. Esta é uma noção pejorativa mas não substancialmente diferente do ponto de

vista do agrupamento de países das propostas apresentadas pelos estudos das variedades de capitalismo, por exemplo em Amable (2005), que sugerem a existência de uma variedade, a mediterrânica, que se distingue dos outros tipos de capitalismo na Europa devido a especificidades institucionais nos mercados laborais, no nível de educação, na dinâmica de produção e no sistema científico e tecnológico.

O presente artigo tem como objetivo compreender a capacidade de adaptação dos sistemas de inovação na União Europeia à turbulência económica – por outras palavras a sua resiliência. A saída da crise necessita da definição de novos caminhos, nos quais as empresas inovadoras e o sistema científico e tecnológico podem dar um contributo essencial. O ambiente macroeconómico é visto recorrentemente como uma dimensão institucional central na dinâmica inovadora. Face ao abrandamento económico e à contração na despesa pública em várias regiões os desempenhos dos sistemas de inovação têm vindo a ser afetados.

Com este contexto e objetivo, o texto apresenta inicialmente as noções de sistema de inovação e as principais implicações dos estudos das variedades de capitalismo para enquadrar a relação de diferentes domínios institucionais com as dinâmicas inovadoras. Uma segunda parte do artigo exemplifica as alterações na ciência, tecnologia e inovação, apresentando indicadores de patentes e de I&D nos estados-membros da UE comparando a situação antes e após a crise (2000 vs. 2006 vs. 2013) e em termos de variedades de capitalismo (liberal, continental, social-democrata, mediterrânico e de leste). A terceira parte utiliza uma abordagem regional aos sistemas de inovação para estimar a função agregada de produção de conhecimento com base em informação prévia à crise para 268 regiões de 27 estados-membros. O artigo conclui com implicações para as políticas de inovação e resiliência regional.

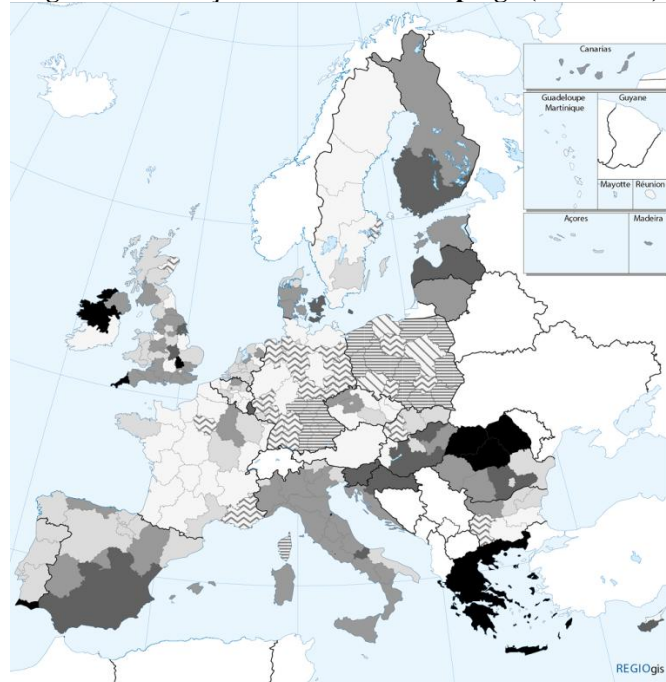
## 2. SISTEMAS DE INOVAÇÃO E VARIEDADES DE CAPITALISMO

A inovação tem vindo a ser compreendida como um processo complexo que envolve um leque alargado de atores incrustados num determinado contexto institucional e territorial (OECD, 1999). A avaliação das políticas de inovação, estimuladas por diferentes países

<sup>2</sup> Ver por exemplo, o estudo de Jan in't Veld sobre os impactos da austeridade (Veld, 2013).

<sup>3</sup> Inicialmente a Irlanda não era incluída neste grupo, porque a sua dívida estava significativamente abaixo da média da Zona Euro e possuía um elevado excedente orçamental. Em 2010, sofrendo os efeitos da crise, o défice orçamental subiu para 32% do PIB, devido à dívida do setor bancário. Neste contexto, a Irlanda substituiu por vezes a Itália neste agrupamento de países, outras vezes optou-se pela alteração da designação para PIIGS ou pela geração de uma nova definição não menos discriminatória (GIPSI).

**Figura 1 Mudança no PIB e no Desemprego (2008-2013)**

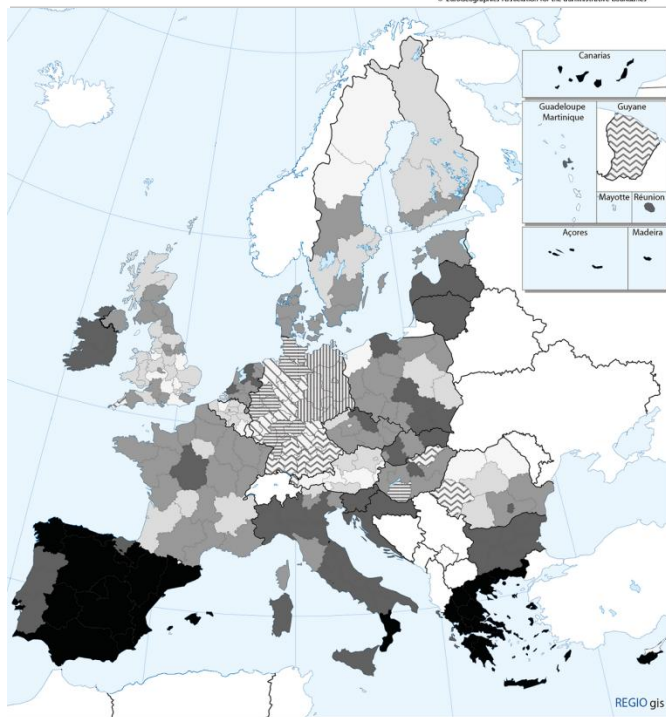


Growth of GDP per head in real terms, 2008-2011



0 500 Km

© EuroGeographics Association for the administrative boundaries



Change in unemployment rate, 2008-2013



0 500 Km

© EuroGeographics Association for the administrative boundaries

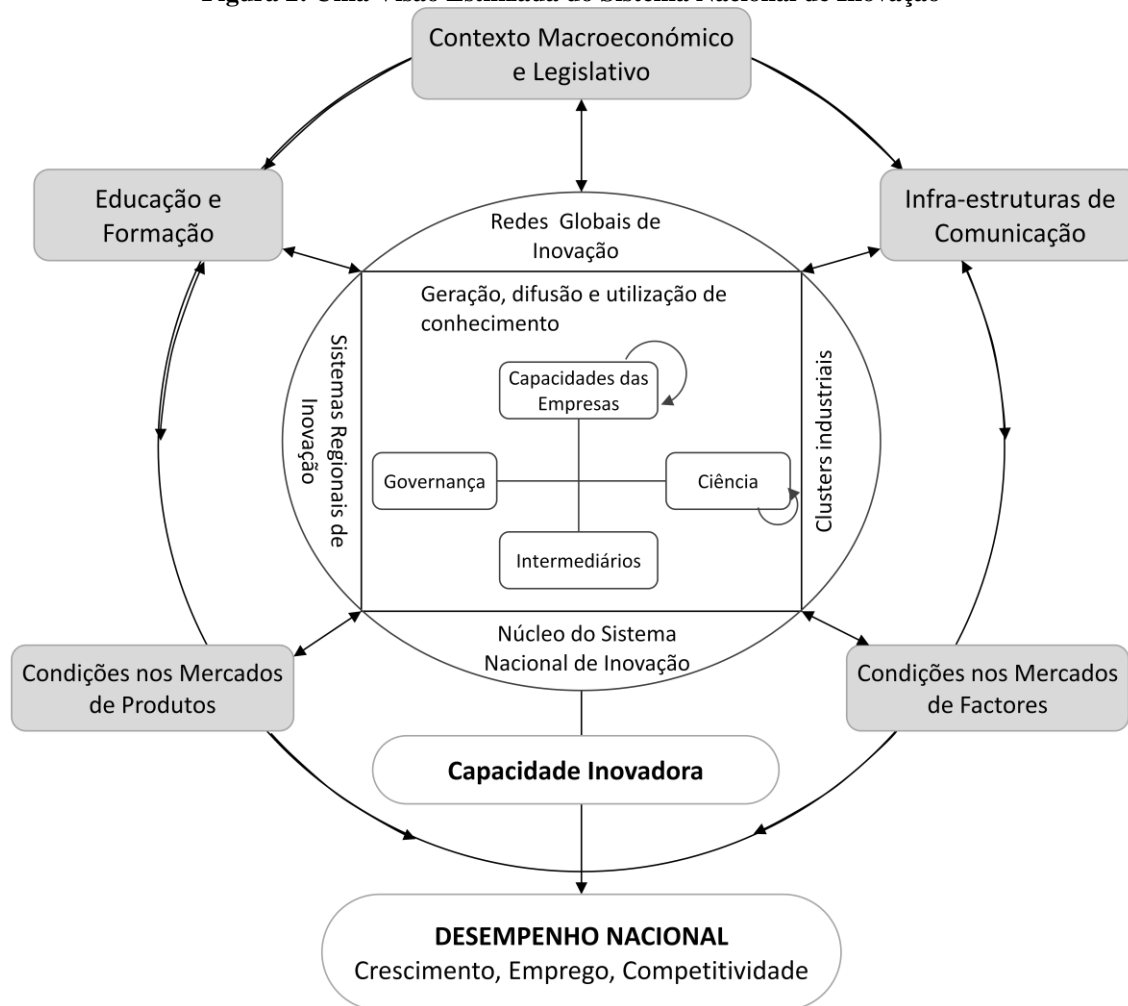
Fonte: Mapas gerados através do sítio web da Comissão Europeia – DG Política Regional disponível em <https://cohesiondata.ec.europa.eu/>

mas também por organizações internacionais como a OCDE, tem sublinhado que a dinâmica inovadora é alavancada e restringida por um contexto externo que engloba várias dimensões institucionais.

O sistema de inovação pode ser entendido como o conjunto de atores e de instituições que afetam a dinâmica inovadora (Edquist, 2005). A escala utilizada na análise dos sistemas de inovação foi inicialmente a nacional, considerando que é ao nível do estado-nação que as arquiteturas institucionais se configuram e adquirem especificidades próprias (Freeman, 1995). O contexto do sistema nacional de inovação (SNI) é caracterizado pelo sistema de educação e formação profissional, pelas infraestruturas de comunicação e de transporte, pelas condições do mercado laboral, pelas características dos mercados de bens e serviços e também pelo enquadramento legislativo e macroeconómico (Figura 2).

Normalmente na perspetiva sistémica da inovação dá-se atenção central às interações das empresas com os atores públicos de ciência, como as universidades ou centros de investigação. Nestas interações é relevante quer a capacidade das empresas compreenderem e utilizarem novo conhecimento, a sua ‘capacidade de absorção’ (Cohen e Levinthal, 1990) quer a capacidade da ciência académica gerar resultados relevantes que possam ter impactos na sociedade e serem transferidos e valorizados pelo mercado (Larsen, 2011). Para além destas interações, existem aspetos aos quais se tem vindo a dar cada vez mais atenção como fulcrais ao desempenho do sistema: os intermediários de inovação (Nauwelares, 2011), as redes de inovação (Fisher, 2006), e os *clusters* industriais (Ebbekink e Legendijk, 2012).

**Figura 2: Uma Visão Estilizada do Sistema Nacional de Inovação**



Fonte: Adaptado de OECD (1999)

Atualmente tem vindo a ser discutida a necessidade de se desenvolver uma teoria mais robusta sobre os SNI, alicerçada em tipologias que sejam capazes de explicar a diversidade de casos nacionais mas também semelhanças partilhadas entre diferentes contextos (Lorenz, 2013). Os primeiros trabalhos sobre os SNI davam grande ênfase às interações entre as esferas pública e privada na geração de inovação. Um exemplo associa-se à própria gênese do conceito de SNI com o estudo seminal de Nelson (1993). Outro dos instigadores deste conceito (ver contribuição de Lundvall, 1992), Lundvall tem vindo a sublinhar que a noção de SNI deve ser alargada, considerando elementos menos analisados como a existência de capital social e confiança entre os atores do sistema, em particular numa economia onde o conhecimento científico é tão relevante (Lundvall, 2007a, 2007b). Este alargamento da noção de sistema de inovação tem beneficiado de outras perspetivas que incluem aspetos menos tidos em conta nas análises “tradicionais”, como o papel do Estado e a cooperação interempresarial, elementos centrais nas análises dos sistemas empresariais (Whitley, 2007).

A maior amplitude do conceito e das análises sobre SNI coincide com alguns dos pressupostos que ressaltam dos estudos sobre as variedades de capitalismo. A tese central dos estudos sobre variedades do capitalismo é que os países não estão a convergir para um modelo único de governação devido a diferentes arquiteturas institucionais. As arquiteturas institucionais criam por vezes problemas e por vezes benefícios em determinadas atividades económicas. Quando uma determinada arquitetura institucional beneficia um domínio específico, por exemplo, a flexibilidade do mercado laboral com a facilidade de contratação permite a expansão de setores emergentes, diz-se que existe uma vantagem institucional comparativa. Hall e Soskice (2001) aprofundaram o estudo das variedades de capitalismo mostrando que existem dois tipos-ideais de capitalismo. As economias liberais de mercado (ELM - cujo principal exemplo são os EUA) e as economias coordenadas de mercado (ECM - o exemplo é a Alemanha) contrastam na forma como se comportam os agentes nos mercados laborais, no papel do Estado, no tipo de educação e formação dos recursos humanos, nas relações empresariais, nas ligações universidade-indústria e na dinâmica inovadora.

Um dos corolários das variedades do capitalismo é que as economias coordenadas de mercado têm maior potencial para a concretização de inovações incrementais enquanto as economias liberais de mercado geram inovações disruptivas. A inovação radical é particularmente relevante em setores tecnológicos caracterizados por uma rápida mudança e que carecem de uma capacidade de risco em novas estratégias e da célere implementação das mesmas. A inovação incremental tende a ser mais valorizada para a manutenção da competitividade na produção de bens de capital, de modo a manter a qualidade do produto e garantir a fidelização dos clientes, o que se enquadra com os pressupostos relacionais e de estabilidade das ECM. Esta visão tem vindo a ser discutida e por vezes contrariada. Um exemplo é debatido em Casper, Leher e Soskice (1999), onde se apresenta o caso das empresas de *software* e biotecnologia na Alemanha que conseguiram entrar com sucesso em setores avançados. Este caso revela o maior potencial das ECM em segmentos especializados em tecnologia baseada em conhecimento cumulativo e com menor risco de implantação no mercado.

As contribuições da escola francesa da regulação e dos sistemas sociais de inovação e de produção (SSIP) vieram alargar o número de tipologias de variedades de capitalismo e explicitar as dimensões institucionais que estão na gênese desta diversidade (Amable, Barré e Boyer, 1997). A análise dos SSIP revela o núcleo de um sistema de inovação, constituído pelo triângulo ciência, tecnologia e indústria, é interdependente de três dimensões distintas: a educação e formação, os recursos humanos e o sistema financeiro. Amable (2005) analisou cinco dimensões institucionais essenciais: a competição no mercado dos produtos, a negociação salarial e o mercado laboral, a intermediação financeira e a governação empresarial, a proteção social, e o setor da educação), identificando quatro modelos de SSIP na União Europeia [economias liberais de mercado (ou modelo anglo-saxónico), economias social-democratas, capitalismo europeu continental e capitalismo do sul da Europa (mediterrânico)]. Estas variedades de SSIP, foram ainda adicionadas de uma quinta, o capitalismo do Leste Europeu (Amable e Lung, 2008). Utilizando um conjunto alargado de dados estatísticos, incluindo variáveis relacionadas com a dinâmica interna dos SNI, Pinto e Pereira (2013)

encontraram, através da análise de indicadores estatísticos, evidências da existência desta variedade de perfis institucionais ao nível nacional em quinze países europeus.

Por outro lado, a visão sistémica da inovação tem vindo a ganhar uma perspectiva regionalizada. A regionalização dos sistemas de inovação tem sido mesmo um dos traços caracterizadores dos estudos de inovação<sup>4</sup>. Tal traço está relacionado com a importância central que a proximidade geográfica tem na dinâmica inovadora, alicerçando as relações entre atores e facilitando a troca de conhecimento (Boschma, 2005). O conceito de sistema regional de inovação (SRI) começou a entrar em uso no início dos anos 1990, devido ao conjunto crescente de estudos sobre as regiões europeias e os seus desempenhos em termos industriais (Uyarra e Flannagan, 2012). Um SRI pode ser compreendido como um sistema de inovação geograficamente definido a uma escala sub-nacional, apoiado por entidades de governação específicas, com instituições, atores e redes próprias e interações regulares para o reforço dos resultados inovadores das empresas na região (Cooke e Schienstock, 2000). Todas as regiões passaram a ser vistas como operando algum tipo de sistema regional de inovação apesar de não ser evidente que estes sistemas estejam de facto presentes em todas as regiões (Uyarra, 2009). Nas regiões europeias existe uma grande variedade de tipologias de sistemas regionais de inovação (Pinto e Guerreiro, 2006). Mesmo regiões relativamente semelhantes em termos de nível económico e de estrutura produtiva apresentam contrastes em termos da arquiteturas institucionais, governação e densidade de atores de C&T, fazendo distinguir os desempenhos dos seus sistemas de inovação (Pinto, Guerreiro e Uyarra, 2012).

Alguns estudos têm tentado cruzar ideias dos SRI com as variedades de capitalismo. Tödting e Trippel (2012) discutem a transformação interna dos SRI, sugerindo que os principais catalisadores de mudança diferenciam-se pela arquitetura e complementaridades institucionais existentes. Deste modo, consideram que as variedades de capitalismo são o contex-

to no qual os SRI evoluem e se desenvolvem. Em economias liberais de mercado, são normalmente as empresas, como as *start-ups* académicas ou outras empresas jovens de rápido crescimento em novos setores, que marcam o desenvolvimento de um determinado SRI. O capital de risco e as grandes empresas têm também um papel relevante. As universidades têm uma atenção grande na valorização económica da investigação e por esse motivo são consideradas atores centrais na dinâmica produtiva. Esta situação também é refletida pelo papel importante que incubadoras e gabinetes de transferência de tecnologia assumem na dinâmica do SRI através da criação de *spin-offs* e licenciamento de propriedade industrial. As políticas públicas têm grande influência ao nível nacional através de apoio ao investimento em I&D enquanto a nível local destacam-se através da provisão de infraestruturas. Em economias coordenadas de mercado, os atores da governação têm um maior protagonismo. A governação da inovação é complexa e multinível. Existe uma maior gama de instrumentos de estímulo à interação sistémica na inovação, quer ao nível nacional quer regional. Para além dos investimentos na ‘ciência pública’, há um incentivo direto através do apoio à criação de *clusters*, de estratégias de inovação e de redes de inovação.

Asheim e Herstad (2005) defendem uma visão semelhante mas acrescentam que a perspetiva tradicional de SRI está mais ligada às economias coordenadas de mercado, devido ao seu enfoque em estruturas de longo prazo e relações cooperativas entre empresas. Outros exemplos de cruzamento dos SRI com variedades de capitalismo são de carácter empírico. Gambarotto e Solari (2007) estudam a distribuição das variedades de capitalismo pelas regiões europeias (EU-15), encontrando evidência da existência de quatro variedades em termos regionais [análogas às identificadas por Amable (2005)]. Carricazeaux e Gaschet (2012) utilizam informação regional, para encontrar tipologias de regiões seguindo o referencial dos sistemas sociais de inovação e de produções sugeridos por Amable, Barré e Boyer (1997).

A parte empírica deste artigo procurará cruzar estas duas perspetivas – sistemas de inovação e variedades de capitalismo - nas próximas secções. Em primeiro lugar, o texto irá apresentar a mudança no desempenho inovador na UE ao nível nacional agregado por variedades

<sup>4</sup> Uma abordagem teórica que teve também impactos na definição de políticas europeias. Para tal basta sublinhar que o conceito de SRI foi estruturante, por exemplo, na definição das estratégias regionais de inovação (RIS, 1994-2001), estratégias regionais de inovação e transferência de tecnologia (RITTS, 1994-2001), no Programa de Ações Inovadoras do FEDER (2000-2006) e, mais recentemente, nas RIS3 - Estratégias de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente.

de capitalismo. De seguida, o texto irá adicionar uma perspetiva regional aos sistemas de inovação para compreender a relevância do contexto institucional na sua capacidade de resposta à crise.

### 3. A EVOLUÇÃO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NOS PAÍSES EUROPEUS

Esta secção explora a evolução recente de indicadores de inovação. Apresenta-se a alteração da percentagem do PIB afeta a diferentes tipos de I&D e do número de pedidos de patente, respetivamente, os principais indicadores de *input* e de *output* de inovação. Qualquer destes dois tipos de indicadores tem sido sujeito a um número elevado de críticas e alvo de debate nos estudos focados na quantificação da inovação. A I&D está associada a uma visão linear do processo de inovação no qual a invenção é o estágio que precede a abordagem ao mercado (Godinho, 2003). A despesa em I&D depende de numerosos fatores e o seu crescimento deriva do patamar de desenvolvimento de cada sistema de inovação. Sistemas em fases iniciais tendem a crescer rapidamente em dimensão apesar de ainda relativamente limitados em termos do seu desempenho global (Fagerberg e Godinho, 2004). Também as patentes verificam o mesmo tipo de fenómeno. As patentes são particularmente úteis para descrever alguns setores mas menos precisas a compreender a inovação noutros, por exemplo, nos serviços, o que sugere que a especialização produtiva do território influencia em alguma medida a capacidade das patentes serem utilizadas como indicador fiável de inovação (Pinto, 2013). Atualmente, enquanto alguns países já tem relativamente amadurecidos os seus regimes de propriedade industrial, vários países europeus estão ainda a consolidar estes mecanismos (van Pottelsberghe de la Potterie, 2011). Apesar destes e de outros limites, quer a despesa em I&D quer os pedidos de patente permanecem os indicadores mais utilizados para descrever o processo de inovação.

A análise desta secção pretende somente dar uma visão geral da evolução recente. Considerou o nível agregado dos países e informação de 2000, 2006 e de 2013, ou o ano mais próximo disponível, utilizando os dados disponibilizados pela OCDE através da plataforma *Innovation Policy* (<https://www.innovationpolicyplatform.org>).

Apesar de cada país seguir uma trajetória específica e individual assume-se neste artigo que existem arquiteturas institucionais que tornam os desempenhos dos países mais aproximados uns dos outros. A análise das estatísticas individuais para cada país permitem aceitar esta perspetiva. Deste modo, após se calcular a variação entre os anos de referência, agruparam-se os dados dos países por variedade de capitalismo e calcularam-se os respetivos valores médios.

A organização dos países resultou largamente das propostas de Amable e Lung (2008), adotando a seguinte lógica sempre que existiu a imprescindível informação estatística:

- Capitalismo Europeu Continental (CEC): Áustria, Bélgica, Republica Checa, França, Alemanha, Luxemburgo e Holanda.
- As Economias Liberais de Mercado (ELM): Reino Unido e Irlanda.
- As Economias Social-democratas (ESD): Dinamarca, Finlândia e Suécia.
- Capitalismo Mediterrânico (CM): Grécia, Portugal, Itália e Espanha.
- Capitalismo do Leste Europeu (CLE): Bulgária, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, Eslováquia, Eslovénia.

A Tabela 1 sublinha a evolução entre 2000, 2006 e 2013 na despesa de I&D em percentagem do PIB. Em geral podemos notar que não existiu uma quebra em termos agregados (GERD – *Gross Expenditure in R&D*) em nenhum grupo de países mas que o crescimento foi mais intenso apenas nos países de CLE e nas ELM. No caso do GERD até pode ser notada uma aceleração deste tipo de despesas em percentagem do PIB. Apenas os estados-membros do capitalismo mediterrânico desaceleraram comparando a variação entre 2000-2006 e 2006-2013.

O investimento das empresas (BERD - *Business Expenditure in R&D*) seguiu uma lógica distinta. No período 2000-2006 apenas os agrupamentos de países menos desenvolvidos (CM e CLE) tiveram um crescimento intenso do BERD, enquanto os restantes tiveram variações quase nulas ou ligeiramente negativas. No período 2006-2013 muito se alterou neste contexto. Uma vez mais, as economias do Mediterrâneo verificaram uma forte

quebra na sua taxa de crescimento, enquanto as economias liberais de mercado e as social-democratas cresceram no investimento das empresas em I&D. A situação do capitalismo continental e das economias de Leste permaneceu quase inalterada. Esta evolução das despesas de I&D ilustra um aspeto que tem vindo a ser apresentado na literatura recente sobre a crise e a inovação. Enquanto algumas empresas têm reduzido ou abandonado as atividades de inovação e eliminando despesas relacionadas com a I&D (Paunov, 2012) outras empresas estão a explorar a turbulência económica como uma oportunidade para a destruição criativa e para ganharem vantagens competitivas (Archibugi, Filippetti & Frenz, 2013; Frenz & Prevezer, 2012).

O investimento das instituições de ensino superior em investigação (HERD – *Higher Education R&D*) sofreu contrações no ritmo de crescimento se comparamos os valores de 2000-2006 e 2006-2013. Em particular nos países do capitalismo mediterrânico o crescimento deste tipo de investimento esteve estagnado. É de realçar também que neste indicador

particular os países do CEC superaram o aumento das ELM. As economias de Leste mantiveram um nível muito elevado no crescimento deste tipo de despesas, fruto essencialmente do peso exíguo que as despesas tinham no PIB, o que gerou taxas de variação positivas muito elevadas. Estes resultados sublinham a existência de uma associação, com impactos assimétricos entre países, da crise económica com o investimento e a dinâmica no Ensino Superior. Esta ligação no caso português foi explorada em detalhe por Baltazar, Rego e Caleiro (2013).

Estes resultados ilustram que o investimento em I&D, em particular nas empresas, assumiu por vezes um carácter contra cíclico em particular nos países com estruturas produtivas capazes de detetarem e aproveitarem oportunidades da crise. Mas nos casos das economias do sul da Europa a convergência anterior à crise em termos de I&D foi interrompida, ou no mínimo desacelerada. Estas conclusões são consistentes com reflexões anteriores sobre o tema (e.g. Makkonen, 2013).

**Tabela 1 Variação da Despesa em I&D 2000-2006-2013 por tipologia de I&D (em % do PIB) por Variedade de Capitalismo**

Variedade de Capitalismo	GERD		BERD		HERD	
	2000-2006	2006-2013	2000-2006	2006-2013	2000-2006	2006-2013
<b>Liberal de mercado</b>	1,8%	23,8%	-4,2%	25,0%	37,5%	16,7%
<b>Social-democrata</b>	0,2%	8,2%	-0,7%	4,6%	21,8%	4,8%
<b>Mediterrânico</b>	22,0%	19,1%	77,5%	14,2%	3,8%	0,0%
<b>Leste</b>	21,8%	44,6%	59,0%	68,3%	161,1%	198,3%
<b>Continental</b>	3,6%	4,2%	-0,6%	-1,0%	0,0%	18,1%

Fonte: Elaboração própria com base em informação da OCDE

Relativamente aos pedidos de patente (Tabela 2) vale a pena destacar que o período 2000-2006 é caracterizado por uma expansão generalizada dos números de patentes. Este é um resultado esperado, com o alargamento dos pedidos de patente, estimulado pelo aparecimento de políticas a favorecer a proteção e licenciamento de direitos de propriedade industrial, como legislação inspirada no Bayh-Dole Act (Mowery, 2011) e a emergência de novos protagonistas internacionais como a China (van Zeebroeck, van Pottelsberghe de la Potterie, & Guellec, 2009). Todos os países viram aumentar o número de patentes, apesar de apresentarem ritmos diferentes, devido às dinâmicas internas relacionadas com a maturi-

dade dos seus regimes de propriedade industrial. Os países que mais cresceram neste período foram as economias mediterrânicas e de Leste. As ELM, que se centram fortemente na utilização ativa de direitos de propriedade industrial, foram o terceiro grupo que mais cresceu.

Entre 2006 e 2013 os países pareceram sofrer efeitos associados quer com a crise quer com dinâmicas internas dos seus sistemas de inovação. Alguns países, aqueles com sistemas de inovação mais maduros, como as ELM, países social-democratas e os países de capitalismo continental experienciaram uma contração do número de pedidos de patente. Por outro lado, países como as economias de Leste

e do Mediterrâneo estão ainda em fase de aumento de pedidos, em particular nas patentes PCT - *Patent Cooperation Treaty*. No caso das patentes triádicas, registadas simultaneamente nos três principais gabinetes de patentes, *European Patent Office (EPO)*, *United States Patent and Trademark Office (USPTO)* e

*Japan Patent Office (JPO)*, a quebra é evidente, com todos os grupos de países a apresentarem reduções no número de pedidos de patente, excetuando as economias de Leste que aumentarem igualmente neste tipo de patentes a sua atividade de proteção.

**Tabela 2 Variação de Pedidos de Patente 2000-2006-2013 (por milhão de habitantes) por Variedade de Capitalismo**

Variedade de Capitalismo	PCT		Triádica	
	2000-2006	2006-2013	2000-2006	2006-2013
<b>Liberal de mercado</b>	40,4%	-15,4%	58,3%	-5,7%
<b>Social-democrata</b>	16,9%	-5,1%	25,6%	-4,1%
<b>Mediterrânico</b>	113,6%	7,8%	159,5%	-4,9%
<b>Leste</b>	59,9%	12,3%	108,6%	31,1%
<b>Continental</b>	38,9%	-2,9%	20,8%	-2,4%

A apresentação sintética destes números permite reter algumas ideias centrais. O investimento em I&D esteve durante a crise relativamente estagnado, não aumentou na maioria dos países, sendo o CLE uma exceção na UE, devido principalmente ao nível reduzido de partida que a I&D tinha nesses casos. Em termos de investimento em I&D das empresas, podemos destacar as ELM, entre as variedades de capitalismo com sistemas de inovação mais consolidados, que viram maiores incrementos durante a crise. Em termos de investimento da 'ciência académica', verificou-se uma desaceleração do crescimento de investimento em I&D nas instituições de Ensino Superior. O capitalismo mediterrânico revelou um crescimento pequeno em 2000-2006 e uma quebra significativa na evolução do investimento em I&D. Considerando que estes países apresentavam à partida uma situação já deficitária, este crescimento inferior no investimento em I&D resulta na divergência face aos outros países mais desenvolvidos. Em termos de resultados de *output*, os números de patentes sugerem a quebra de pedidos (quer PCT quer triádicas) nas ELM, nas economias escandinavas e nos países de capitalismo continental. As patentes PCT cresceram, no Mediterrâneo e nos países de Leste, mas apenas este último agrupamento manteve a mesma dinâmica nas patentes triádicas, provavelmente devido ao nível muito baixo de utilização destes mecanismos que existia no início do período em análise.

Os números sugerem que a crise iniciada em 2007 teve, de facto, efeitos nas atividades

inovadoras, com impactos quer nos *inputs* e quer nos *outputs* de inovação. Estes efeitos são consistentes ao agregarmos esta evolução em termos de variedades de capitalismo. A próxima secção tenta aprofundar um pouco esta discussão. Partindo do momento pré-crise, o estudo aprofunda como determinadas variáveis influenciam a produção de conhecimento em sistemas regionais de inovação nas diferentes variedades de capitalismo.

#### **4. VARIEDADES DE CAPITALISMO E RESPOSTAS DAS REGIÕES FACE À CRISE**

##### **4.1 Resiliência Regional e a Função de Produção de Conhecimento**

A operacionalização do estudo dos impactos da crise nos sistemas regionais de inovação pode beneficiar da inclusão de dois conceitos: resiliência regional e produção de conhecimento. Estes dois conceitos são relevantes para enquadrar por um lado a perspectiva da capacidade do sistema se adaptar a choques e por outro ao facilitarem uma avaliação desses mesmos impactos no desempenho do sistema.

A resiliência é uma noção importada de outros campos da ciência, nomeadamente a engenharia dos materiais e a ecologia, e remete para a capacidade de um determinado sistema recuperar a sua trajetória de longo prazo e o seu equilíbrio. A noção clássica de resiliência foca o ponto crítico do estado-estacionário do sistema e o tempo de regresso ao equilíbrio

(*bounce back* em Língua Inglesa) ou centra a sua atenção no nível de tolerância a um choque sem alterar a estrutura do sistema em estudo. A esta perspetiva eminentemente estática, a migração do conceito para as ciências sociais tem vindo a adicionar um carácter evolucionista, dependente da história, da composição industrial, das redes de conhecimento e das estruturas institucionais (Boschma e Pinto, 2015). A resiliência evolucionista é a capacidade dinâmica de uma região, entendida como um sistema adaptativo complexo de escala variável, para recuperar e eventualmente melhorar a trajetória de crescimento após um choque (*bounce forward*) (Martin e Sunley, 2015). A resiliência regional passa assim a ser compreendida enquanto potencial de adaptação, uma vez que é a capacidade diferencial dos atores e das instituições de um território específico se adaptarem às mudanças e aos choques nos contextos de mercado, de tecnologia, de política e nas condições relacionadas com a dinâmica evolutiva e trajetórias ao longo do tempo (Simmie e Martin, 2010). A resiliência é a capacidade de uma economia regional de se adaptar no longo prazo, não só recuperando determinada trajetória de crescimento, mas também escolhendo novos caminhos alternativos. Martin e Sunley (2015) defendem que a resiliência regional é muito influenciada pelo comportamento dos territórios em quatro sub-sistemas em interação: estrutura empresarial e industrial, condições dos mercados laborais, sistema financeiro e governação. Estas dimensões têm uma grande sobreposição com as dimensões de análise normalmente consideradas fundamentais nos estudos das variedades de capitalismo, em particular na abordagem dos SSIP.

Mas a resiliência é um conceito de operacionalização complexa. A sua definição relativamente ampla permite que a utilização nos estudos regionais foque diferentes tipos de sistema. A noção tem problemas de delimitação. Qual o sistema a analisar? Fala-se de territórios e regiões resilientes. Uma proposta possível é a utilização dos sistemas de inovação como unidade de análise (Pinto e Pereira, 2014) uma vez que o desempenho deste tipo de sistema é considerado essencial para a resiliência regional (Christopherson, Michie e Tyler, 2010; Simmie, 2014). Neste artigo utiliza-se uma definição estrita de resiliência do sistema regional de inovação - enquanto capacidade do sistema regional de inovação gerar resultados

inovadores, medidos por indicadores de *output* como patentes ou publicações científicas, sem sofrer impactos negativos resultantes da crise económica, nomeadamente com a contração do produto regional e o aumento do desemprego.

A análise desta definição de resiliência dos sistemas regionais de inovação pode ser operacionalizada através da estimação de uma função de produção de conhecimento. A produção de conhecimento refere-se essencialmente ao processo que acontece num determinado território e que permite transformar determinados *inputs* em *outputs* de inovação. A função de produção de conhecimento tenta compreender os impactos de determinadas variáveis, como o investimento em I&D, os recursos humanos científicos e tecnológicos, a estrutura produtiva, na capacidade de produzir conhecimento, medido normalmente pelos números de patentes. Esta abordagem tem vindo a ser aplicada em diferentes contextos regionais (Paci e Usai, 2009) desde que foi introduzido nos trabalhos de Griliches (1979). Atualmente um ponto de partida importante é que a estimação da função de produção de conhecimento deve focar o nível sistémico adequado para explicar as principais relações entre atores. É por este motivo que na presente análise se utilizarão dados regionais para estimar a função de produção de conhecimento nos SRI. Em suma, quanto mais independente for a produção de conhecimento das variáveis estritamente económicas, como o PIB, o desemprego, ou a despesa pública, mais resiliente será o SRI a choques externos de natureza económica.

#### **4.2 aspetos Metodológicos: Variáveis e Estatística Descritiva**

O estudo empírico desta secção parte da perspetiva teórica dos sistemas regionais de inovação para estimar a função de produção de conhecimento nos 27 estados-membros e 268 regiões (NUTS II) utilizando informação anterior à crise.

Os dados foram extraídos do EU *Regional Competitiveness Index* 2010 (Annoni e Kozovska, 2010) e complementada com informação do EUROSTAT para o ano 2007 ou ano mais próximo. Os modelos a estimar utilizam como variáveis explicadas o número de pedidos de patente por milhão de habitantes (PAT) e de publicações científicas por milhão de habitantes (PUBL). Os pedidos de patentes são normalmente uma variável muito utilizada

para compreender a dinâmica inovadora porque remetem para a proteção de tecnologia com potencial de valorização económica. As publicações científicas são particularmente úteis para compreender a capacidade de gerar novo conhecimento através da ‘ciência acadé-

mica’. A utilização destes dois indicadores permite contrastar as dinâmicas associadas à invenção face às dinâmicas associadas à inovação. A estatística descritiva destas duas variáveis é apresentada na Tabela 3.

**Tabela 3 Variáveis Explicadas**

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
<b>PUBL - publicações científicas por milhão de habitantes</b>	0,70	4206,00	882,74	816,18
<b>PAT - pedidos de patente por milhão de habitantes</b>	0,00	673,10	90,43	114,05

Fonte: Elaboração própria

As variáveis explicativas estão listadas na Tabela 4. As variáveis procuram analisar diferentes elementos na dinâmica do sistema regional de inovação. Em primeiro lugar, o modelo tenta controlar os impactos de um conjunto de variáveis relacionadas de forma positiva com a dinâmica interna do sistema de inovação. São incluídos a despesa em I&D, normalmente apontado como catalisador das dinâmicas inovadoras (Griliches, 1979), o capital humano, enquanto qualificação dos recursos humanos e instigador da capacidade de absorção das empresas (Cohen e Levinthal, 1990), a presença da classe criativa, ligada às ocupações tecnológicas, científicas, culturais e artísticas e motor da dinâmica dos lugares (Florida, 2002), o investimento direto estrangeiro que tem efeitos normalmente positivos na região e nos setores existentes (Barba Navaretti e Venables, 2004) e o desempenho dos *clusters* regionais que favorece a dinâmica inovadora (Porter, 1998). Um segundo grupo de variáveis aponta para o contexto macroeconómico. As variáveis do PIB e da taxa de desemprego foram incluídas porque são normalmente utilizadas para medir a resiliência de determinado sistema socioeconómico (Davies, 2011). O valor do saldo orçamental público foi incluído porque tem sido um instrumento e um indicador central na aplicação das medidas de resposta à crise, uma vez que a argumentação das políticas de austeridade se baseou na premissa do descontrolo da dívida e de défices públicos excessivos.<sup>5</sup>

A Tabela 4 apresenta a estatística descritiva das variáveis explicativas. Vale a pena sublinhar que as diferentes variáveis apresentam, em geral, níveis elevados de dispersão. Esta elevada dispersão justifica também o interesse em incluir agrupamentos de regiões. As regiões foram agrupadas na lógica anteriormente apresentada (cf. secção anterior), 38 regiões nas economias liberais de mercado, 96 no capitalismo continental europeu, 18 regiões em economias social-democratas, 62 regiões no capitalismo mediterrânico e 54 nas economias do Leste Europeu. Foram criadas *dummies* para desagregar as regiões pertencentes a cada variedade específica.

A matriz de correlação (Tabela 5) permite constatar algumas das ideias referidas sobre as variáveis explicativas da produção de conhecimento. As variáveis que caracterizam a dinâmica interna do sistema têm entre si correlações positivas elevadas e estatisticamente significativas. É relevante sublinhar a relação positiva entre o nível de PIB e as variáveis de publicações e de patentes. O PIB é positivamente relacionado com todas as variáveis exceto com o IDE. O desemprego, por outro lado, apresenta uma relação negativa e significativa com todas as variáveis incluídas, exceto com o saldo orçamental. Os números de patentes e de publicações são associados de forma significativa com todas as variáveis exceto com o IDE.

<sup>5</sup> Neste caso utilizou-se, para consistência da análise, devido à indisponibilidade de informação para várias regiões, o saldo orçamental ao nível nacional.

**Tabela 4 Variáveis Explicativas**

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
I&D – Despesa total em I&D em percentagem do PIB	0,10	6,80	1,40	1,17
EDUCSUP – População com 25-64 anos com educação superior	7,30	42,50	23,04	7,95
CC – Emprego na classe criativa (média 2006-2007)	2,50	15,00	7,15	2,33
IDE – Número de novas empresas estrangeiras por milhão de habitantes (2005-2007)	0,00	6813,00	173,39	493,33
CLU – Força dos clusters territoriais - <i>European Cluster Observatory</i> (2006)	2,00	52,00	14,48	8,49
PIB – Produto Interno Bruto em paridade de poder de compra, Índice EU27=100	25,60	275,20	95,61	34,14
DES – Desemprego em percentagem da população ativa	1,90	24,80	7,01	3,74
SO – Saldo orçamental público em percentagem do PIB (média 2006-2008)	-6,00	4,60	-1,62	2,22

Fonte: Elaboração própria

**Tabela 5 Correlação**

	PIB	EDUC SUP	PUBL	PAT	I&D	CC	IDE	CLU	DES	SO
PIB	1	0,54**	0,58**	0,57**	0,49**	0,66**	0,10	0,32**	-0,34**	0,34**
EDUC SUP		1	0,59**	0,31**	0,48**	0,83**	0,13*	0,18**	-0,14*	0,37**
PUBL			1	0,40**	0,56**	0,68**	0,06	0,21**	-0,19**	0,23**
PAT				1	0,65**	0,47**	-0,03	0,41**	-0,31**	0,37**
I&D					1	0,59**	0,03	0,24**	-0,19**	0,31**
CC						1	0,26**	0,27**	-0,33**	0,33**
IDE							1	0,05	-0,15*	-0,13*
CLU								1	-0,25**	0,29**
DES									1	-0,11
SO										1

\*\*Correlação é significativa a 0.01; \* Correlação é significativa a 0.05

Fonte: Elaboração própria com base em dados do EUROSTAT

## 5. EVIDÊNCIA ECONOMETRICA

Esta secção utiliza as variáveis apresentadas para estimar de modo exploratório a função de produção de conhecimento. Os modelos estimados têm a seguinte forma funcional:

$$(1) \quad \text{Produção de conhecimento} = \beta_0 + \beta_1 \text{I\&D} + \beta_2 \text{EDUCSUP} + \beta_3 \text{CC} + \beta_4 \text{IDE} + \beta_5 \text{CLU} + \beta_6 \text{PIB} + \beta_7 \text{DES} + \beta_8 \text{SO} + \varepsilon$$

A modelação utilizou o Estimador dos Mínimos Quadrados Ordinários (EMQO), considerando o melhor estimador linear não enviesado quando a natureza dos dados é adequada, como neste caso de variáveis contínuas

(Wooldridge, 2006). Os modelos estimados são globalmente satisfatórios (rejeitando a hipótese de variáveis independentes nulas no teste F - exceto no caso do modelo com a variável dependente PUBL para o agrupamento de países social-democratas - e com capacidades explicativas (R-quadrado) sempre superiores a 0,5. Resultados da estimação dos modelos são apresentados em anexo<sup>6</sup>.

As tabelas seguintes sumarizam a informação dos modelos, indicando claramente a significância estatística das relações e o sentido do

<sup>6</sup> O software utilizado foi o IBM SPSS Statistics v.19. Foram utilizadas estimações complementares utilizando o estimador TOBIT como método confirmatório. Os resultados são, em geral, consistentes. O software utilizado neste caso foi o E-Views v.6.

impacto. Os dois primeiros modelos estimados da função de produção de conhecimento são modelos gerais, incluindo as diferentes variáveis *dummy* das variedades de capitalismo,

explicando no primeiro caso a produção de conhecimento através das patentes e no segundo através das publicações científicas (Tabela 6).

**Tabela 6 Função de Produção de Conhecimento nas Regiões UE-27**

Variáveis	PAT	PUBL
(Constante)	+++	----
I&D	++++	++++
EDUCSUP	----	+
CC	+	++++
IDE	-	---
CLU	++++	-
PIB	+++	++++
DES	--	++++
SO	+	--
Liberal de mercado	--	-
Social-democrata	--	+
Mediterrânico	----	+
Europa de Leste	----	+

[Legenda: - coeficiente negativo não significativo; -- coeficiente negativo significativo a 0.1; --- coeficiente negativo significativo a 0.05; ---- coeficiente negativo significativo a 0.01; + coeficiente positivo não significativo; ++ coeficiente positivo significativo a 0.1; +++ coeficiente positivo significativo a 0.05; ++++ coeficiente positivo significativo a 0.01].

Fonte: Elaboração própria com base em dados do EUROSTAT

As variáveis mais relevantes para o número de patentes são a I&D (impacto positivo), a qualificação dos recursos humanos (impacto é negativo o que sugere que podem existir efeitos *crowding-out*), a força dos *clusters* (positivo), o PIB (positivo) e o desemprego (negativo). No caso das publicações, o I&D é também relevante e com coeficiente positivo. A classe criativa tem um impacto positivo nas publicações, assim como o nível do PIB e a taxa de desemprego. A presença de investimento direto estrangeiro e saldo orçamentais públicos menores têm efeitos negativos na produção de conhecimento. As *dummies* das variedades de capitalismo expressam diferentes pontos de partida na dinâmica da produção de conhecimento.

Alguns destes resultados não têm uma explicação evidente. Uma explicação plausível para estes resultados contraditórios é a grande heterogeneidade de regiões incluídas. Esta variedade não permite traçar uma única função de produção de conhecimento comum para as várias regiões dos 27 estados-membros uma vez que apresentam maturidades e níveis de desenvolvimento dos seus sistemas regionais de inovação muito díspares. Nesse sentido o passo seguinte, foi elaborar uma análise análoga mas agrupando os casos por variedades de capitalismo.

Com base nos mesmos pressupostos económicos foi estimada a função de produção de conhecimento para o conjunto de regiões de cada variedade de capitalismo. O objetivo foi conseguir obter relações entre as variáveis explicativas e a variável explicada que sejam mais precisas fazendo realçar os aspetos que distinguem a função de produção de conhecimento nos SRIs europeus nas diferentes variedades de capitalismo. A Tabela 7 apresenta o sumário dos resultados desta estimação.

O agrupamento por variedades de capitalismo permite sublinhar os resultados seguintes tendo em conta a dinâmica de patenteamento. Nas economias liberais de mercado a produção de conhecimento depende largamente do investimento em I&D e da intensidade do emprego em áreas avançadas e criativas. No capitalismo continental, a I&D continua a ser um catalisador central mas o desempenho dos *clusters* territoriais é também relevante. O número de empresas estrangeiras e o nível de desemprego têm um impacto negativo na dinâmica dos sistemas. Nas economias social-democratas a I&D é o principal catalisador da produção de conhecimento, sendo que o desemprego tem impactos negativos estatisticamente significativos. Nas regiões mediterrânicas, a função de produção de conhecimento é influenciada pelo investimento em I&D, pelo

nível do PIB, pela capacidade dos *clusters*, e negativamente pelo desemprego. Às regiões do capitalismo de Leste Europeu está associada uma função de produção de conhecimento bastante distinta. O I&D deixa de ser o principal determinante positivo passando essa relevância para a presença da classe criativa. O

IDE e a educação têm impactos negativos. Quer isto dizer que no capitalismo de Leste Europeu muitas regiões com número menor de empresas estrangeiras e nível inferior qualificação dos recursos humanos apresentam desempenhos inovadores superiores, medidos pelo número de patentes.

**Tabela 7 Função de Produção de Conhecimento nas Regiões UE-27 por Variedades de Capitalismo**

Produção de Conhecimento	ELM		Continental		Social-democrata		Mediterrânico		Europa de Leste	
	PAT	PUBL	PAT	PUBL	PAT	PUBL	PAT	PUBL	PAT	PUBL
(Constante)	-	----	+	----	+	-	-	+	-	----
I&D	++++	+	++++	+	++++	+	+++	+++	+	-
EDUCSUP	-	+	+	+	-	-	-	-	--	+
CC	++++	+	+	++++	+	+	-	++	+++	+
IDE	-	----	--	+	+	-	--	-	---	----
CLU	+	++	++++	-	-	+	++++	+	+	+
PIB	-	++++	+	+	-	+	++++	-	-	++++
DES	-	+	--	+	--	+	----	-	-	-
SO	+	----	-	--	+	-	+	+	+	-

Legenda: ver tabela anterior

Fonte: Elaboração própria com base em dados do EUROSTAT

Caso estejamos a considerar a dinâmica da produção de conhecimento na ‘ciência pública’, medida pelas publicações científicas, os resultados são distintos. Nas ELM a dinâmica dos *clusters* e o nível do PIB são fatores significativos com um impacto positivo, enquanto o saldo orçamental e o IDE têm impactos negativos. No capitalismo continental, o principal determinante da produção de conhecimento da ‘ciência académica’ é a existência de emprego da classe criativa. O saldo orçamental público apresenta novamente um contributo negativo. Nas economias do Mediterrânico os principais motores do número de publicações são a despesa em I&D e a presença da classe criativa. As economias de Leste revelam um impacto negativo do IDE e o contributo positivo do PIB na dinâmica de produção de conhecimento.

## 6. CONCLUSÕES

A crise tem sido associada a grande turbulência na economia em diversos estados-membros da União Europeia. A crise resultou em níveis crescentes de desemprego e em contrações relevantes do PIB. As políticas postas em marcha basearam-se em princípios de aus-

teridade com o controlo da despesa pública e redução de défices considerados excessivos. Os impactos da crise na dinâmica inovadora nos estados-membros e nas suas regiões ainda carecem de estudo e análise aprofundada.

O artigo procurou dar um contributo neste debate. Apresentando limitações várias, desde as dificuldades em operacionalizar um conceito de resiliência dos sistemas regionais de inovação até à implementação de uma componente econométrica estática, o estudo permite, apesar destes limites, relacionar os efeitos da recente crise com o desempenho dos sistemas de inovação e, simultaneamente, com as variedades de capitalismo. Este é um tema relevante e que merece atenção na Ciência Regional.

Este artigo defende que a dinâmica inovadora pode ser melhor compreendida através de uma perspetiva sistémica da inovação. Os sistemas de inovação têm diferentes escalas e estão dependentes de condições macrocontextuais, que foram entendidas neste artigo como as variedades de capitalismo. O artigo analisou numa primeira parte, a evolução de indicadores de *input* e de *output* de inovação para evidenciar que se deu uma estagnação do ritmo de crescimento de I&D e uma redução nos

pedidos de patente. O artigo sustentou que a capacidade dos sistemas de inovação não sofrerem impactos diretos de variáveis económicas pode ser vista como uma medida da sua resiliência face a choques externos. Numa segunda parte, foram estimadas funções de produção de conhecimento ao nível regional, que sublinharam que o nível do PIB, a qualificação dos recursos humanos, a dinâmica de *clusters* e o desemprego influenciam fortemente a dinâmica inovadora. Foi encontrada uma relevante diversidade de comportamentos na produção de conhecimento quando agrupamos as regiões por variedade de capitalismo. Encontrámos evidência econométrica que a produção de conhecimento nas regiões mediterrânicas é mais sensível a choques no nível económico (medido pelo PIB) e na dinâmica do mercado laboral (medido pelo desemprego).

Os resultados econométricos têm um conjunto de implicações para as políticas públicas. Um primeiro aspeto a ter em consideração é a diversidade de falhas sistémicas. Alguns grupos de regiões encontram problemas específicos em transformar *inputs* em *outputs* de inovação evidenciando problemas nas ligações entre atores na produção de conhecimento. Nestas regiões o esforço essencial é ligar os atores da ‘ciência académica’ aos atores da esfera produtiva. Por outro lado, várias regiões são limitadas também por fatores económicos, como o desemprego ou o nível de PIB. Nestes casos para além da criação de ligações entre atores é muitas vezes necessário ultrapassar barreiras de carácter contextual.

Por exemplo, as regiões mediterrânicas apresentam uma dinâmica inovadora dependente das variações no emprego e no produto. Esta situação pode ser problemática para a resiliência dos seus SRI, uma vez que são estas regiões mais suscetíveis de sofrerem impactos negativos na dinâmica inovadora que têm visto recentemente o emprego e o produto contraírem mais com a implementação de medidas de austeridade.

A inovação tem sido considerada uma das formas dos países saírem da crise mas a evidência empírica deste artigo sublinha que os resultados da crise têm afetado mais a dinâmica inovadora de determinados estados-membros do que de outros. Para além de efeitos assimétricos e geradores de divergência entre regiões e países, este processo revela causalidades cumulativas nas quais as consequências da crise, como o aumento do desemprego e a quebra no produto, irão restringir o potencial inovador, reduzindo as tentativas de relançamento das economias com base na ciência, tecnologia e inovação. Esta diversidade regional é algo a que os fundos estruturais da União Europeia e também os seus programas de incentivo à investigação e ao desenvolvimento tecnológico, como as Estratégias de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente ou o Programa Horizonte 2020, devem tomar em consideração na implementação de iniciativas e projetos futuros.

## REFERÊNCIAS

Amable, B. (2005) Les cinq capitalismes: Diversité des systèmes économiques et sociaux dans la mondialisation. Paris: Seuil.

Amable, B.; Barré, R.; Boyer, R. (1997) Les Systèmes d’Innovation à l’Ère de la Globalisation. Paris: Economica.

Amable, B.; Lung, Y. (2008) The European Socio-Economic Models of a Knowledge-based Society. Main Findings and Conclusion, Cahiers du GREThA 2008-26. Groupe de Recherche en Economie Théorique et Appliquée. Bordeaux.

Annoni P.; Kozovska, K. (2010) EU Regional Competitiveness Index 2010, measures the competitiveness of European regions at the NUTS2 level by developing a series of indica-

tors and a composite index, JRC Scientific and Technical Report.

Asheim, B.T.; Herstad, S. (2005) Regional innovation systems, varieties of capitalisms and non- local relations: Challenges from the globalising economy, In R.A. Boschma; R.C. Kloosterman (Eds.), Learning from Clusters: A critical Assessment for an Economic- Geographical Perspective, Dordrecht: Springer.

Baltazar, M.S.; Rego, M.C.; Caleiro, A. (2013) Ensino superior e crise económica: contributos para o estudo do caso Português, Revista Portuguesa de Estudos Regionais, 33(2), 65-78.

Barba Navaretti, G.; Venables A.J., with Barry, F.G., Ekholm, K., Falzoni, A. M.,

Haaland, J. I., Midelfart, K. H. e A. Turrini (2004). *Multinational firms in the world economy*. Princeton University Press.

Boschma, R. (2005) Proximity and Innovation: A Critical Assessment, *Regional Studies*, 39(1), 61-74.

Boschma, R.; Pinto, H. (2015) Introduction: Resilient territories, in Pinto, H; (Ed.) *Resilient territories Innovation and creativity for new modes of regional development*, Cambridge Scholars Publishing, Newcastle upon Tyne, 1-7.

Carrincazeaux, C.; Gaschet, F. (2012) Knowledge and diversity of innovation systems: a comparative analysis of European regions, *Cahiers du GREThA, CNRS, UMR 5113*.

Casper, S.; Leher, M.; Soskice, D. (1999) Can high-technology industries prosper in Germany: institutional frameworks and the evolution of the German software and biotechnology industries *Industry and Innovation*, 6, 6-23.

Cohen, W.; Levinthal, D. (1990) Absorptive Capacity: A New Perspective on Learning and Innovation, *ASQ*, 35, 128-152.

Cooke, P.; Schienstock G. (2000) Structural Competitiveness and Learning Regions. *Enterprise and Innovation Management Studies*, 1(3), 265–280.

Christopherson, S.; Michie, J.; Tyler, P. (2010) Regional resilience: theoretical and empirical perspectives. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 3(1), 3–10.

Davies, S. (2011) Regional Resilience in the 2008-2010 downturn: comparative evidence from European countries, *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 4, 369-382.

Ebbekink, M.; Lagendijk, A. (2012) What's Next in Researching Cluster Policy: Place-Based Governance for Effective Cluster Policy, *European Planning Studies*, 21(5), 276–286.

Edquist, C. (2005) Systems of Innovation: Perspectives and Challenges. In Fagerberg, Jan; Mowery, David; Nelson, Richard (Eds.), *Oxford Handbook of Innovation* (pp. 181-208). Oxford, UK: Oxford University Press.

European Commission (2013) *The urban and regional dimension of the crisis – Eighth progress report on economic, social and territorial cohesion*, 48 pp., doi:10.2776/74866.

Fagerberg, J.; Godinho, M.M., (2004). Innovation and Catching-up, in Fagerberg, J.; Mowery, D.; Nelson, R. (Eds.), *The Oxford*

*Handbook of Innovation*. Oxford: Oxford University Press, 514-544.

Fischer, M. (Ed) (2006) *The New Economy and Networking In Fischer M (Ed) Innovations networks and knowledge spillovers*. Springer, Viena. pp. 95-115.

Florida, R. (2002) *The rise of the creative class: And how it's transforming work, leisure, community, and everyday life*. New York: Basic.

Freeman, C. (1995) The 'National System of Innovation' in historical perspective. *Cambridge Journal of Economics*, 19, 5–24.

Frenz, M.; Prevezer, M. (2012). What Can CIS Data Tell Us about Technological Regimes and Persistence of Innovation? *Industry & Innovation*, 19(4), 285–306.

Godinho, M. M. (2003) “Inovação: Conceitos e Características Fundamentais” in Rodrigues, M. J.; Neves, A. e Godinho, M. M. (eds.), *Para uma Política de Inovação em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote, 27-51.

Griliches, Z. (1979) Issues in Assessing the Contribution of R&D to Productivity Growth, *Bell Journal of Economics*, 10, 92-116.

Hall, P. A.; Soskice, D. (2001) An Introduction to Varieties of Capitalism, In Hall, P. A.; Soskice, D. (eds.), *Varieties of Capitalism: The institutional foundations of comparative advantage*. Oxford: Oxford University Press, 1-68.

Larsen, M.T. (2011) The implications of academic enterprise for public science: An overview of the empirical evidence, *Research Policy*. 40(1), 6-19.

Lorenz, E. (2013) *Innovation, Work Organization, and Systems of Social Protection*, In Jan Fagerberg, Ben R. Martin, Esben Sloth Andersen (Eds.) *Innovation Studies: Evolution and Future Challenges*, Oxford: Oxford University Press.

Lundvall, B.A. (2007a) *Innovation System Research: Where it came from and where it might go*, Globelics Working Paper Series, No. 2007-01.

Lundvall, B.A. (2007b) *National Innovation Systems – Analytical Concept and Development Tool*, *Industry & Innovation*, 14, 95-119.

Lundvall, B.A. (ed.) (1992) *National Systems of Innovation: Towards a Theory of Innovation and Interactive learning*. 1st Edition, London: Pinter Publishers.

Makkonen, T. (2013) Government science and technology budgets in times of crisis. *Research Policy*, 42(3), 817–822.

Martin, R.; Sunley, P. (2015) On the notion of regional economic resilience: conceptualization and explanation. *Journal of Economic Geography*, DOI por 15(1), 1-42.

Mowery, D. (2011) Learning from one another? International policy “emulation” and university–industry technology transfer, *Industrial and Corporate Change*, 20(6), 1827-1853.

Nauwelaers, C. (2011) Intermediaries in Regional Innovation Systems: Role and Challenges for Policy, In Cooke, P., Asheim, B., Boschma, R., Martion, R., Schwartz, D., Tödtling, F. (eds.) *Handbook of Regional Innovation and Growth*, Edward Elgar, Cheltenham, pp. 467-481.

Nelson, R. R. (ed.) (1993) *National Systems of Innovation: a comparative studies*, Oxford: University Press.

OCDE (1999) *Managing National Systems of Innovation*. Paris: OECD Publications.

Paci, R.; Usai, S. (2009) Knowledge flows across European regions, *The Annals of Regional Science*, 43(3), 669-690.

Paunov, C. (2012) The global crisis and firms’ investments in innovation. *Research Policy*, 41(1), 24–35.

Pinto, H (2013) Means becoming Ends? Recent Evidence from Patent Registration in Portugal, *International Journal of Technology Transfer and Commercialization*, Vol. 12 No. 1/2/3, 121-138.

Pinto, H.; Guerreiro J.; Uyarra, E. (2012) Diversidades de Sistemas de Inovação e Implicações nas Políticas Regionais: Comparação das Regiões do Algarve e da Andaluzia, *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 29, 3-14.

Pinto, H.; Guerreiro, J. (2006) As Dimensões Latentes da Inovação: o Caso das Regiões Europeias, *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 13, 83-101.

Pinto, H.; Pereira, T.S. (2013) Efficiency of Innovation Systems in Europe: An Institutional Approach to the Diversity of National Profiles, *European Planning Studies*, 31(6), 755-779.

Porter, M. (1998) *Clusters and the new economics of competition*, Harvard Business Review, 76(6), 77–90.

Simmie, J.; Martin, R. (2010) The economic resilience of regions: towards an evolutionary approach. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 3, 27–43.

Simmie, J. (2014) Regional Economic Resilience: A Schumpeterian Perspective. *Raumforschung Und Raumordnung*, 72(2), 103–116.

Tödtling, F.; Trippel, M. (2012) Transformation of Regional Innovation Systems: From old legacies to new development paths, In Cooke, Phil (Ed.), *Reframing Regional Development*, Cheltenham: Edward Elgar Publishing.

Uyarra, E. (2009) What is evolutionary about “regional systems of innovation”? Implications for regional policy. *Journal of Evolutionary Economics*, 20(1), 115–137.

Uyarra, E.; Flanagan, K. (2012) Reframing regional innovation systems: evolution, complexity and public policy. In Cooke, Phil (Ed.), *Reframing Regional Development*, (pp. 146–163), Cheltenham: Edward Elgar Publishing.

van Pottelsberghe de la Potterie, B. (2011) The quality factor in patent systems. *Industrial and Corporate Change*, 20(6), 1755–1793.

Van Zeebroeck, N.; van Pottelsberghe de la Potterie, B.; Guellec, D. (2009) Claiming more: the Increased Voluminosity of Patent Applications and its Determinants. *Research Policy*, 38(6), 1006–1020.

Veld, J. (2013) Fiscal consolidations and spillovers in the Euro area periphery and core - European Commission (No. 506). *European Economy. Economic Papers*.

Whitley, R. (2007) *Business Systems and Organizational Capabilities – The Institutional Structuring of Competitive Competencies*. Oxford: Oxford University Press.

Wooldridge, J. (2006) *Introductory Econometrics. A Modern Approach*, 2ª edição 2009, MIT Press, Cambridge, Massachusetts.

## ANEXO

Tabela A1 Modelo PAT – Geral

Coeficientes						
Modelo		Coeficientes não estandardizados		Coeficientes estandardizados	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constante)	71,516	31,386		2,279	0,024
	I&D	38,315	4,969	0,393	7,711	0,000
	EDUCSUP	-3,757	1,205	-0,258	-3,117	0,002
	CC	7,074	4,705	0,142	1,504	0,134
	IDE	-0,013	0,010	-0,056	-1,319	0,188
	CLU	2,173	0,586	0,160	3,709	0,000
	PIB	0,531	0,226	0,158	2,345	0,020
	DES	-3,591	1,765	-0,093	-2,035	0,043
	SO	5,384	3,444	0,104	1,564	0,119
	Liberal de mercado	-45,162	18,398	-0,139	-2,455	0,015
	Social-democrata	-53,422	24,941	-0,115	-2,142	0,033
	Mediterrânico	-75,120	13,848	-0,273	-5,425	0,000
	Europa de Leste	-83,426	16,544	-0,295	-5,043	0,000

Tabela A2 Modelo PUBL – Geral

Coeficientes						
Modelo		Coeficientes não estandardizados		Coeficientes estandardizados	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constante)	-1659,550	246,882		-6,722	0,000
	I&D	125,023	39,084	0,181	3,199	0,002
	EDUCSUP	7,391	9,481	0,072	0,780	0,436
	CC	159,864	37,008	0,453	4,320	0,000
	IDE	-0,165	0,076	-0,101	-2,157	0,032
	CLU	-0,067	4,608	-0,001	-,015	0,988
	PIB	7,337	1,781	0,309	4,119	0,000
	DES	37,204	13,884	0,135	2,680	0,008
	SO	-48,469	27,087	-0,132	-1,789	0,075
	Liberal de mercado	-44,148	144,717	-0,019	-0,305	0,761
	Social-democrata	309,737	196,181	0,094	1,579	0,116
	Mediterrânico	69,481	108,925	0,036	0,638	0,524
	Europa de Leste	186,709	130,134	0,093	1,435	0,153

**Tabela A3 Modelo PAT - Economias Liberais de Mercado**

Coeficientes						
Modelo		Coeficientes não estandardizados		Coeficientes estandardizados	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constante)	-71,612	79,371		-0,902	0,374
	I&D	12,842	4,109	0,355	3,125	0,004
	EDUCSUP	-1,867	1,949	-0,176	-0,958	0,346
	CC	28,935	7,056	0,923	4,101	0,000
	IDE	-0,009	0,025	-0,082	-0,362	0,720
	CLU	1,593	2,016	0,138	0,790	0,436
	PIB	-0,437	0,544	-0,237	-0,803	0,429
	DES	-1,180	3,801	-0,041	-0,310	0,758
SO	10,294	16,154	0,108	0,637	0,529	

**Tabela A4 Modelo PUBL - Economias Liberais de Mercado**

Coeficientes						
Modelo		Coeficientes não estandardizados		Coeficientes estandardizados	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constante)	-8139,907	2091,444		-3,892	0,001
	RD	102,328	108,281	0,148	0,945	0,352
	EDUCSUP	26,213	51,360	0,129	0,510	0,614
	CC	-169,449	185,928	-0,283	-0,911	0,370
	IDE	-1,463	0,661	-0,687	-2,212	0,035
	CLU	94,410	53,114	0,428	1,777	0,086
	PIB	43,045	14,337	1,221	3,002	0,005
	DES	137,687	100,165	0,251	1,375	0,180
SO	-1238,851	425,649	-0,680	-2,910	0,007	

**Tabela A5 Modelo PAT - Capitalismo Europeu Continental**

Coeficientes						
Modelo		Coeficientes não estandardizados		Coeficientes estandardizados	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constante)	6,185	74,073		0,083	0,934
	I&D	49,914	10,935	0,402	4,565	0,000
	EDUCSUP	-4,806	3,487	-0,199	-1,379	0,172
	CC	1,553	12,297	0,022	0,126	0,900
	IDE	-0,197	0,101	-0,184	-1,956	0,054
	CLU	5,518	1,653	0,309	3,339	0,001
	PIB	1,404	0,523	0,303	2,684	0,009
	DES	-8,193	4,156	-0,180	-1,972	0,052
SO	-0,179	11,617	-0,002	-0,015	0,988	

**Tabela A6 Modelo PUBL - Capitalismo Europeu Continental**

Coeficientes						
Model		Coeficientes não estandardizados		Coeficientes estandardizados	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constante)	-2237,139	441,812		-5,064	0,000
	I&D	95,375	65,224	0,126	1,462	0,148
	EDUCSUP	22,258	20,796	0,152	1,070	0,288
	CC	240,151	73,348	0,555	3,274	0,002
	IDE	0,221	0,600	0,034	0,368	0,714
	CLU	-8,279	9,856	-0,076	-0,840	0,403
	PIB	4,890	3,120	0,174	1,567	0,121
	DES	28,232	24,787	0,102	1,139	0,258
	SO	-135,712	69,292	-0,189	-1,959	0,054

**Tabela A7 Modelo PAT - Capitalismo Social-Democrata**

Coeficientes						
Model		Coeficientes não estandardizados		Coeficientes estandardizados	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constante)	335,203	269,382		1,244	0,249
	I&D	45,407	10,108	0,821	4,492	0,002
	EDUCSUP	-2,251	13,286	-0,103	-0,169	0,870
	CC	2,976	32,530	0,058	0,091	0,929
	IDE	0,422	0,375	0,426	1,123	0,294
	CLU	-3,543	2,671	-0,561	-1,326	0,221
	PIB	-0,779	1,551	-0,162	-0,502	0,629
	DES	-36,385	19,622	-0,747	-1,854	0,101
	SO	22,727	42,859	0,202	0,530	0,610

**Tabela A8 Modelo PUBL - Capitalismo Social-Democrata**

Coeficientes						
Model		Coeficientes não estandardizados		Coeficientes estandardizados	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constante)	-4991,866	4603,416		-1,084	0,310
	I&D	28,858	172,728	0,050	0,167	0,871
	EDUCSUP	-6,860	227,038	-0,030	-0,030	0,977
	CC	571,590	555,905	1,061	1,028	0,334
	IDE	-4,406	6,414	-0,426	-0,687	0,512
	CLU	55,802	45,645	0,844	1,223	0,256
	PIB	1,205	26,506	0,024	0,045	0,965
	DES	472,495	335,319	0,927	1,409	0,196
	SO	-643,533	732,412	-0,548	-0,879	0,405

**Tabela A9 Modelo PAT - Capitalismo Mediterrânico**

Coeficientes						
Model		Coeficientes não estandardizados		Coeficientes estandardizados	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constante)	-4,782	26,910		-0,178	0,860
	I&D	17,644	7,872	0,206	2,242	0,030
	EDUCSUP	-1,424	0,964	-0,291	-1,477	0,146
	CC	-1,972	4,274	-0,075	-0,461	0,647
	IDE	-0,275	0,137	-0,198	-2,002	0,051
	CLU	1,528	0,331	0,398	4,615	0,000
	PIB	0,813	0,202	0,478	4,025	0,000
	DES	-2,920	1,047	-0,254	-2,788	0,008
SO	2,304	3,352	0,102	0,687	0,495	

**Tabela A10 Modelo PUBL - Capitalismo Mediterrânico**

Coeficientes						
Model		Coeficientes não estandardizados		Coeficientes estandardizados	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constante)	212,148	550,241		0,386	0,701
	I&D	352,980	160,951	0,374	2,193	0,033
	EDUCSUP	-16,403	19,714	-0,304	-0,832	0,409
	CC	152,969	87,386	0,530	1,750	0,086
	IDE	-1,355	2,808	-0,088	-0,482	0,632
	CLU	3,442	6,770	0,081	0,508	0,613
	PIB	-1,794	4,129	-0,096	-0,434	0,666
	DES	-9,385	21,415	-0,074	-0,438	0,663
SO	67,274	68,530	0,271	0,982	0,331	

**Tabela A11 Modelo PAT - Capitalismo do Leste Europeu**

Coeficientes						
Model		Coeficientes não estandardizados		Coeficientes estandardizados	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constante)	-5,555	7,625		-0,728	0,470
	I&D	3,154	3,243	0,172	0,973	0,336
	EDUCSUP	-0,860	0,492	-0,522	-1,748	0,087
	CC	5,289	2,502	1,068	2,114	0,040
	IDE	-0,005	0,002	-0,453	-2,563	0,014
	CLU	0,095	0,265	0,044	0,361	0,720
	PIB	-0,047	0,106	-0,128	-0,439	0,663
	DES	-0,200	0,618	-0,051	-0,323	0,748
SO	0,499	0,691	0,098	0,722	0,474	

**Tabela A12 Modelo PUBL - Capitalismo do Leste Europeu**

Coeficientes						
Modelo		Coeficientes não estandardizados		Coeficientes estandardizados	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constante)	-611,048	216,038		-2,828	0,007
	I&D	-83,772	91,869	-0,088	-0,912	0,367
	EDUCSUP	4,040	13,940	0,047	0,290	0,773
	CC	89,498	70,875	0,349	1,263	0,213
	IDE	-0,175	0,053	-0,319	-3,306	0,002
	CLU	-12,167	7,500	-0,107	-1,622	0,112
	PIB	12,235	3,012	0,649	4,062	0,000
	DES	-10,764	17,511	-0,053	-0,615	0,542
	SO	-24,237	19,566	-0,092	-1,239	0,222

# **Chaves do êxito do Turismo em Espaço Rural (TER): evidências a partir da lealdade turística na *Rede das Aldeias do Xisto*<sup>1</sup>**

## **Keys to the success of Rural Tourism: evidence from tourist loyalty in the Rede das Aldeias do Xisto**

**Fidel Martínez-Roget**

fidel.martinez@usc.es

Universidade de Santiago de Compostela

**José Alberto Tavares Moutela**

j.moutela@sapo.pt

Universidade de Santiago de Compostela

**Juan Carlos Estévez Núñez**

ecadrian.estevez@usc.es

Universidade de Santiago de Compostela

### **Resumo/Abstract**

O Turismo em Espaço Rural (TER) cresceu de forma assinalável nos últimos anos, ancorado por fatores que incidiram tanto na oferta como na procura. Pelo lado da oferta, muitos territórios rurais apostaram no TER como alternativa para atenuar os seus múltiplos problemas. Pelo lado da procura, um importante e crescente número de pessoas começaram a procurar modelos turísticos em contato com a natureza, em ambientes rurais, relaxantes e tranquilos.

Num contexto tão competitivo como é o atual, o êxito dos destinos rurais vai depender, em grande medida, da lealdade turística. Neste trabalho analisa-se a lealdade dos turistas portugueses que visitaram uma ou mais das "Aldeias do Xisto" no Centro de Portugal, bem como as relações com a motivação e com a satisfação turística. Os resultados deveriam servir de ajuda para a tomada de decisões e para o desenho de estratégias de marketing efetivas no meio rural.

*Palavras Chave:* Turismo em Espaço Rural, motivação, satisfação, lealdade

*Códigos JEL:* R11, L83, D12

Rural Tourism (RT) has shown a remarkable growth in recent years, due to factors that affected both supply and demand. On the supply side, many rural areas have invested on RT as an alternative to alleviate their multiple problems. On the demand side, a large and growing number of people began looking for tourist products and models in contact with nature, in rural, quiet and relaxing environments.

In such a competitive environment as the present, the success of rural destinations will depend to a large extent on tourist loyalty. This paper analyses the loyalty of Portuguese tourists who visited one or more of the "Aldeias do Xisto" in Central Portugal, as well as the interconnections with motivation and tourist satisfaction. The results should serve as an aid to decision-making and to design effective marketing strategies in rural areas.

*Keywords:* Rural Tourism, motivation, satisfaction, loyalty

*JEL Codes:* R11, L83, D12

---

<sup>1</sup> O trabalho de investigação apresentado não foi financiado por qualquer instituição ou empresa, sendo os gastos suportados a custos próprias dos investigadores.

## 1. INTRODUÇÃO

O Turismo em Espaço Rural (TER), definido de uma forma simples, como as atividades turísticas que têm lugar no meio rural (Lane, 1994; San Martín e Herrero, 2012), tem sido impulsionado a partir de alterações e transformações que se produziram no mercado turístico após a segunda guerra mundial. Estas alterações incidiram tanto sobre a procura como sobre a oferta.

Do lado da procura um importante número de pessoas começou a refletir, indo contra determinados hábitos ou comportamentos próprios das sociedades atuais, os quais resultam em perdas de qualidade de vida. Estas pessoas, geralmente procedentes dos grandes centros urbanos, passaram a procurar fórmulas turísticas que as colocassem em contato com a natureza, em ambientes naturais e humanos diferenciados, relaxantes e tranquilos. Pouco a pouco foi-se gerando um crescente desejo de conhecer a arquitetura popular, as paisagens, a cultura e a forma de vida tradicionais em meio rural (Gilbert, 1989; WTO, 1994; Cavaco 1995; Sharpley e Sharpley, 1997; Butler e Hall, 1998). As zonas rurais possuem um estilo de vida e uma cultura que responde às necessidades dos atuais turistas, ao oferecer um antídoto ao frenético ritmo de vida urbano (Page 1994; Urry 2002; Cawley e Gillmor, 2008).

Paralelamente, muitos territórios rurais, conscientes do seu amplo e variado património, desenvolveram a sua oferta turística com o objetivo de captar este crescente segmento de procura e contribuir através do turismo para o crescimento económico e do bem-estar da população local. O TER foi visto como um complemento para muitos territórios nos quais se assistia à perda de protagonismo das atividades primárias, sendo que esta nova atividade vem oferecer uma alternativa para atenuar a desertificação demográfica, contribuindo para a conservação do património e para a criação de emprego no meio rural (Kieselbach e Long, 1990; Gannon, 1994; Opperman, 1996; Williams e Shaw, 1998; Péres, 2009). Ao mesmo tempo, considerava-se uma estratégia de desenvolvimento económico mais fácil e menos custosa face a outras alternativas, tais como a indústria, para o meio rural (Wilson et al. 2001). Ao turismo, em muitos países, associou-se um importante papel no seio das políticas de desenvolvimento rural, com especial incidência no seio da União Europeia, de onde

se veio a considerar ser esta uma importante atividade para a regeneração e para a diversificação da economia rural (Hegarty e Przezborska, 2005; Panyk et al., 2011). Ainda que apresentando alguns inconvenientes, comparativamente com outras atividades com melhores salários ou uma maior estabilidade no emprego, o TER revelou-se como uma das poucas estratégias de desenvolvimento económico viável para as zonas rurais (Wilson et al. 2001). Dado que o TER também gera efeitos negativos nos respetivos territórios e nas suas comunidades, investigadores como Kastenholz et al. (2014) reclamam a aposta num desenvolvimento sustentável da experiência turística em meio rural, da qual devem de beneficiar o maior número possível de *stakeholders*. Estes autores, no âmbito do projeto de investigação ORTE<sup>2</sup>, debatem e propõem alternativas para a renovação do TER em Portugal, através da cocriação de experiências sustentáveis. Portugal é um bom exemplo da preocupação pelos impactes negativos do turismo nas comunidades locais e pela busca de alternativas que minimizem tais impactes. Disso é prova a celebração de um congresso internacional em Aveiro no ano de 2013<sup>3</sup>, donde se extraiu matéria para a publicação de um número especial da revista Pasos<sup>4</sup>.

O TER tem crescido de forma bastante assinalável nos últimos anos. Por exemplo, em Espanha, um dos principais destinos do turismo internacional, ocupando o terceiro lugar no ranking de chegadas internacionais no ano de 2013 (WTO, 2014), ainda que, tratando-se de um destino iminentemente de “sol e praia”, o número de estabelecimentos de turismo rural passou de 5.497 no ano de 2001, para 15.078 no ano de 2013 e capacidade de alojamento cresceu exponencialmente de 42.925 para 139.828 no mesmo período (INE-Espanha, 2014b). No caso de Portugal, marco de referência para este trabalho, o número de estabelecimentos e capacidade de alojamento em turismo rural, também cresceram de forma assinalável, ainda que mais moderadamente em comparação com o caso de Espanha. Os esta-

<sup>2</sup> “A experiência global em turismo rural e desenvolvimento sustentável de comunidades locais” (em inglês, The Overall Rural Tourism Experience and sustainable local community development).

<sup>3</sup> “Re-inventing rural tourism and the rural tourism experience - Conserving, innovating and co-creating for sustainability”. Aveiro, Setiembre de 2013

<sup>4</sup> PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural 12(3), 2014. Special Issue. Rural Tourism Experiences.

belecimentos de TER e Turismo de Habitação (TH) incrementaram de 685 unidades no ano de 2001 para 1.193 unidades em 2009, decrescendo então para 714 unidades em 2013, enquanto que a capacidade de alojamento quase que duplicou nesse mesmo período (2001-2013), passando de 6.476 a 11.441 (INE-Portugal 2002; INE-Portugal 2014).

Na atualidade coexistem uma série de fatores extemporâneos que desenham um cenário incerto para o futuro do TER. De um lado positivo, nos últimos anos surgiu com força o denominado “*slow tourism*” que oferece um importante potencial para as zonas rurais. O *slow tourism* é uma tipologia de turismo que procura uma maior qualidade na experiência turística, em contato com a cultura local e numa atmosfera de desfrute em harmonia com o meio natural. Os espaços rurais podem satisfazer estas motivações incidindo aspetos como a autenticidade, a identidade cultural, o vínculo com as raízes e a consciencialização meio-ambiental (Cánoves, Herrera e Villarino, 2005). Pelo lado negativo, o atual contexto de crise económica tem um efeito impeditivo sobre os turistas que reduzem as suas segundas viagens e as “escapadelas” em pontes e fins-de-semana, as quais constituem uma parte importante da procura do TER. Este abrandar da procura já teve um impacto negativo nas percentagens de ocupação e estadias em TER, já por si baixas e, em consequência, implicações negativas na rentabilidade dos respetivos estabelecimentos. No ano de 2013 a taxa líquida de ocupação-cama dos estabelecimentos de turismo rural foi de 13,4% no caso de Espanha e de 18,0% no caso de Portugal, considerando (TER+TH). Em ambos os casos, constata-se que estas taxas de ocupação são substancialmente inferiores às taxas de ocupação nos estabelecimentos hoteleiros, tendo estas últimas no mesmo ano sido de 53% em Espanha (INE-Espanha, 2014) e 40,7% em Portugal (INE-Portugal 2014).

Num contexto tão competitivo como é o atual, de incerteza económica e com os problemas que se apontaram, que incidem na viabilidade económica dos estabelecimentos, o êxito dos destinos rurais vai depender, em grande medida, da lealdade turística, dado constituir uma promoção muito efetiva sem incorrer em importantes gastos de marketing (Neuts et al., 2013). Por lealdade entende-se a intenção de voltar a visitar e/ou recomendar o destino a outros (Halstead et al., 1994). Conhe-

cer a lealdade permite antecipar o comportamento do turista procurando prever a sua futura viagem. As intenções futuras dos turistas com relação ao destino visitado, recomendação ou querendo-o visitar de novo, são chaves para as estratégias a curto e médio prazo dos destinos de turismo rural.

A análise da lealdade turística insere-se dentro do estudo da conduta pós-compra. O comportamento está influenciado pela satisfação e pela motivação, que determina desde a eleição de um destino até à intenção de revisita-lo e/ou recomendá-lo a outras pessoas (Yoon e Uysal, 2005; Chi e Qu, 2008). Yoon e Uysal afirmam “*num mercado cada vez mais saturado, o êxito do marketing dos destinos deveria guiar-se por uma análise exaustiva da motivação turística e da sua interação com a satisfação do turista e da lealdade*” (Yoon e Uysal, 2005). No caso concreto do TER, Devesa et al. consideram que a satisfação e a lealdade não dependem unicamente da qualidade do serviço, senão que estão estritamente vinculadas com as preferências e as motivações dos turistas (Devesa et al., 2008). O conhecimento das motivações turísticas, é a chave para a tomada de atenção por um destino turístico de um conjunto de aspetos que melhoram as experiências dos turistas e, em consequência, para o incremento da competitividade do próprio destino (Pansiri, 2014).

Na literatura existem múltiplos exemplos nos quais analisam-se de forma separada a motivação, a satisfação e a lealdade; contudo, poucos autores o fazem de forma conjunta. Este trabalho está em linha com os estudos que analisam o turismo rural sob a perspetiva do marketing e da gestão (Park e Yoon, 2009; San Martín e Herrero, 2012) e com o mesmo pretende-se dar a conhecer um pouco melhor o comportamento dos turistas e, mais concretamente, saber como tomam as suas decisões e o que influencia as mesmas. Neste caso, interessa-nos saber o que é que influencia o comportamento pós-compra do turismo doméstico que visita os estabelecimentos de turismo rural pertencentes à “Rede das Aldeias do Xisto” no Centro de Portugal. Para tal, estudou-se a relação, utilizando contrastes de independência e análise de correlações, das motivações com a satisfação e com a lealdade. Os resultados obtidos deveriam servir de ajuda para a tomada de decisões e para o desenho de estratégias de marketing efetivas em meio rural.

O trabalho estrutura-se da seguinte forma:

Depois desta introdução, no segundo ponto apresenta-se uma breve descrição da situação atual do TER em Portugal, tanto do ponto de vista da oferta como da procura. O terceiro ponto é o elemento central da investigação e no mesmo analisam-se as determinantes da lealdade dos visitantes da “Rede das Aldeias do Xisto”. Este ponto inicia-se com a contextualização geográfica da Rede e com a apresentação do marco teórico das relações entre a motivação, a satisfação e a lealdade. No seguimento, apresenta-se a metodologia utilizada, e finaliza-se o terceiro ponto com os principais resultados da investigação. No quarto e último ponto, recolhem-se as principais conclusões e recomendações que poderão ser

úteis para os gestores e para as instituições implicadas em TER.

## 2. O TER EM PORTUGAL

Em termos elencados na legislação nacional, o TER é descrito como um conjunto de atividades, serviços de alojamento e animação para turistas, em empreendimentos e espaços de natureza familiar, realizados e oferecidos em zonas rurais. É, assim uma atividade localizada e enraizada em locais rurais e orientada para a exploração dos seus recursos naturais e culturais.

**Quadro 1 - Estabelecimentos e capacidade de alojamento no Turismo em Espaço Rural (TER) e Turismo de Habitação (TH)**

Anos	Estabelecimentos de TER	Turismo de Habitação	Total (TER+TH)	Capacidade de Alojamento Total
1990	104	112	216	1.811
1991	114	119	240	1.957
1992	206	147	358	2.984
1993	259	155	417	3.795
1994	262	167	429	3.989
1995	307	177	484	4.417
1996	312	181	493	4.711
1997	336	198	534	4.984
1998	356	213	569	5.375
1999	392	214	606	5.776
2000	439	229	668	6.293
2001	457	228	685	6.476
2002	622	244	866	8.533
2003	690	246	936	9.337
2004	718	247	965	9.815
2005	805	248	1.053	10.792
2006	778	232	1.010	10.842
2007	792	233	1.025	11.305
2008	814	233	1.047	11.692
2009	943	250	1.193	13.211
2010	944	243	1.185	13.267
2011	945	237	1.182	13.495
2012	645	183	828	11.625
2013	554	160	714	11.441

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo 2009 a 2014; Anuário Estatístico do Turismo de Portugal

Segundo a metodologia classificativa do INE-Portugal, o Turismo no Espaço Rural é “o conjunto de atividades e serviços de alojamen-

to e animação em empreendimentos de natureza familiar, realizados e prestados a turistas mediante remuneração, e no espaço rural. Os

*empreendimentos de turismo no espaço rural podem ser classificados numa das seguintes modalidades de hospedagem: turismo de habitação, turismo rural, agroturismo, turismo de aldeia, casa de campo, hotéis rurais, e parques de campismo rurais”, (INE-Portugal, 1995)<sup>5</sup>.*

Desde que foi introduzido e reconhecido legalmente em Portugal no ano de 1990, o número de unidades de TER cresceu a uma taxa média do 6,3% ao longo das duas últimas décadas. Verificou-se nos mais recentes anos, e até ao ano de 2010, um assinalável incremento na oferta de TER e TH, sendo que nos anos de 2011 a 2013, registam-se quebras anuais na oferta, em termos de unidades de estabelecimentos e por consequência, na capacidade de alojamento. A expansão observada, nomeadamente até ao ano de 2010, advém da formulação e implementação regular de políticas setoriais, quer nacionais quer comunitárias, para aproveitamento e adaptação de patrimónios edificados para fins de alojamento turístico em espaços rurais. Em 2013, encontramos distribuídos pelo território português, 714 estabelecimentos, com uma capacidade de alojamento para 11.441 pessoas.

O peso relativo do número de unidades de TER e TH no âmbito alargado da oferta ho-

teleira nacional em Portugal assume algumas características de análise interessantes. Das 1.991 Unidades de Alojamento Turístico Coletivo registados na Direção Geral do Turismo no ano de 2013, 714 tinham a classificação de unidades de TER ou TH; ou seja, as unidades denotadas como TER e TH correspondem a 35,9% das unidades de alojamento turístico coletivo registados em território continental. Contudo, é assinalável que o TER e TH apenas detêm uma capacidade de alojamento de 4,6% em relação ao total da capacidade de alojamento no continente. Este elemento pode evidenciar um potencial de crescimento futuro para este particular setor de atividade. Tal se verifica no quadro 2.

No que se refere à distribuição espacial das unidades turísticas de TER e TH, é no Norte de Portugal onde se patenteia o maior número de estabelecimentos, bem como a maior capacidade de alojamento. A este facto não é alheia a existência no Norte de numerosas propriedades rurais e suas edificações seculares, as quais foram sofrendo ao longo dos anos um processo de abandono e afastamento dos fins para que foram criadas: o trabalho agrícola. As zonas de Lisboa e Algarve são, pela sua natureza e história socioeconómica, as regiões de menor

**Quadro 2 - Estabelecimentos, alojamento e representação do TER e TH, ano de 2013**

NUTS II	Estabelecimentos Turísticos		TER e TH		Total		Percentagens de TER e TH no total	
	Unidades	Capacidade de Alojamento	Unidade	Capacidade Alojamento	Unidades	Capacidade Alojamento	Estabelecimentos	Capacidade Alojamento
<b>Norte</b>	286	34.478	322	4.762	608	39240	52,96%	12,14%
<b>Centro</b>	284	35.451	145	2.310	429	37761	33,80%	6,12%
<b>Lisboa</b>	235	52.124	28	454	263	52578	10,65%	0,86%
<b>Alentejo</b>	106	10.900	182	3.216	288	14116	63,19%	22,78%
<b>Algarve</b>	366	104.609	37	699	403	105308	9,18%	0,66%
<b>PORTUGAL</b>	1.277	237.562	714	11.441	1.991	249.003	35,86%	4,59%

Fonte: Construção própria a partir de Anuário das Estatísticas do Turismo 2013. INE

<sup>5</sup> Decorrente do Regulamento Comunitário nº 692/2011 de 6 de julho, das alterações legislativas introduzidas pelo Decreto-Lei nº 39/2008 de 7 de março, o INE passou a partir do ano de 2012 a reclassificar os empreendimentos turísticos com uma nova nomenclatura. Deste modo, passou-se a diferenciar em termos de recolha estatística, os estabelecimentos de Turismo em Espaço Rural (Agroturismo, Casas de Campo, Hotéis Rurais e Outros Estabelecimentos de TER ainda não reclassificados), o Turismo de Habitação (TH) e o Alojamento Local (AL)

oferta deste tipo de alojamento.

Assim, do Quadro 3, de distribuição regional das modalidades de alojamento de TER e TH no ano de 2013, verificamos que 41,6% da

oferta de camas se situa a Norte, seguida de 28,1% de oferta de capacidade de alojamento na vasta região do Alentejo e 20,2% na região Centro.

**Quadro 3 - Discriminação por Regiões NUTS do TER e TH – Ano de 2013 (continente)**

NUTS	Total TER e TH	Estabelecimentos de TER				Turismo de Habitação	Capacidade Alojamento Total
		Agro-Turismo	Casas de Campo	Hotéis Rurais	Outros TER		
Norte	322	46	129	22	43	82	4.762
Centro	145	14	62	12	15	42	2.310
Lisboa	28	3	14	2	1	8	454
Alentejo	182	36	87	13	19	27	3.216
Algarve	37	7	18	4	7	1	699
<b>Total</b>	<b>714</b>	<b>106</b>	<b>310</b>	<b>53</b>	<b>85</b>	<b>160</b>	<b>11.441</b>

Fonte: Construção própria a partir de Anuário das Estatísticas do Turismo 2013. INE.

Do lado da procura, analisamos o período 2006-2013, o qual inclui anos anteriores à crise económica, bem como o impacto desta com repercussão nos anos de 2012 e 2013. Contudo, no conjunto dos anos analisados a procura cresceu em média 6,5% ao ano, pese embora os decréscimos verificados nos referidos dois anos.

Com um total de 517 mil dormidas nas diversas modalidades no ano de 2006, o Turismo de Habitação era a modalidade que mais se destacava nesse ano, superando as 108 mil dormidas. Contudo, e em face da variação da oferta por modalidades ao longo dos anos, a procura, sempre crescente até ao ano de 2011 (exceção feita aos registos de 2008), foi

variando anualmente a ritmos diferentes de modalidade para modalidade. Assim, e no ano de 2013, por tipo de modalidade, o Hotel Rural e as Casas de Campo, são as que registam os valores mais elevados, com 159 mil e 224 mil dormidas, respetivamente, aos quais cabe uma distribuição percentual de, respetivamente, 25,0% e 35,2%. De entre as diversas modalidades de TER, o Hotel Rural foi a que mais cresceu, em número de dormidas, no decorrer dos anos analisados, a que não é alheio o facto do incremento de estabelecimentos de 2006 para 2011, nesta modalidade, pese embora o encerramento de unidades verificadas em 2012 e em 2013, face a 2011 e anos anteriores a este.

**Quadro 4 - Dormidas no TER segundo modalidades de TER e TH (Milhares)**

Anos	Total	Turismo Habitação	Agro-Turismo	Casas de Campo	Hotel Rural	Outros TER
2006	517,0	108,1	69,9	116,4	50,4	172,2
2007	664,5	138,1	91,6	130,2	115,9	188,7
2008	523,5	103,4	64,1	101,4	98,9	155,7
2009	827,1	114,7	116,0	172,5	188,1	235,8
2010	828,0	123,6	100,1	183,3	178,1	242,9
2011	948,7	123,4	123,5	210,8	184,1	306,9
2012	905,5	140,0	115,0	286,0	182,0	182,5
2013	636,0	105,0	85,0	224,0	159,0	63,0

Fonte: Construção própria a partir do Anuário das Estatísticas do Turismo de Portugal e INE-Portugal

A análise da distribuição espacial das dormidas em TER e TH por regiões NUTS, quadro 5, faz-se notar que é no Norte onde ocorre maior concentração de dormidas. Com efeito, a

quota de dormidas nesta região andou sempre por um terço do total das dormidas. Esta região é seguida de perto pela região alentejana, tendo-se, inclusivamente, nesta última registada

uma taxa média anual de crescimento de 9,5%, para o período em análise. Constatando os decréscimos de dormidas verificados de 2007 para 2008, apurámos que a região do Norte foi a que menos sofreu com tal crise na procura, ao registar uma quebra de 6,9%. Na variação desse dois anos, elevadas quebras foram as verificadas na região de Lisboa (-31,9%), na região do Alentejo (-34,6%) e a maior perda na

região do Algarve com -38,1%. Verificamos que em termos globais nos 8 anos em análise, as dormidas em TER e TH refletem os impactos da crise económica, especialmente vivida em Portugal, pelos decréscimos verificados na procura nos anos de 2012 e 2013, que quebraram o ritmo de crescimento que se verificava nos anteriores anos.

**Quadro 5 - Dormidas em TER e TH segundo as regiões (Milhares)**

Anos	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Total Global
2006	151,8	94,0	33,6	115,5	37,5	517,1
2007	170,8	122,5	38,9	190,4	44,6	664,3
2008	159,1	108,1	26,5	124,6	27,6	523,5
2009	248,1	162,6	16,0	222,1	77,4	827,1
2010	252,0	149,2	19,9	234,4	63,1	828,0
2011	291,4	144,6	33,1	216,0	69,9	948,7
2012	332,0	176,0	56,0	203,0	77,0	905,5
2013	226,0	121,0	35,0	186,0	68,0	636,0

Fonte: Construção própria a partir do Anuário das Estatísticas do Turismo de Portugal e INE-Portugal 2014

### 3. DETERMINANTES DA LEALDADE DOS VISITANTES DA “REDE DAS ALDEIAS DO XISTO”

A “Rede de Aldeias do Xisto” integra atualmente 27<sup>6</sup> aldeias distribuídas em 16 dos 21 concelhos abrangidos pela Ação Integrada de Base Territorial (AIBT) do Pinhal Interior no Centro de Portugal, cuja área geográfica encontra-se delimitada a sombreado na figura 1 na página seguinte.

Instituições e entidades responsáveis pela marca e projeto da Rede das Aldeias do Xisto, têm vindo a acumular experiências, as quais lhes permitem cada vez mais enveredar pela proteção do património, pela afirmação e diferenciação de uma imagem de marca, com vista a cativar um cada vez maior número de visitantes e turistas à região. Das principais intervenções efetuadas no conjunto das 27<sup>7</sup> aldeias, destaca-se a vertente patrimonial, cujo projeto integral passou pela reconstrução e reabilitação

de casas e edifícios e a construção de infraestruturas básicas.

Diversos investigadores já se debruçaram sobre a análise da “Rede das Aldeias do Xisto”, entre os quais (Carvalho, 2006, 2009; Ramos 2009; Cristóvão et al. 2010), demonstrando um território com elevado potencial de oferta turística atrativa. Estes mesmos autores realçam a marca diferenciadora criada pela rede, a qual promove os valores da região e da sua população, constituindo um importante polo de atração turística com profundas raízes socioculturais e dinâmica própria. Consideram ainda que as Aldeias do Xisto estimulam a permanência da população local, captando visitantes e cativando investimento privado.

#### 3.1. Marco teórico-conceitual das relações entre motivação, satisfação e lealdade turística.

A motivação é considerada como o elemento fulcral em volta do qual se envolve o comportamento turístico, e, simplificada, define-se como sendo os desejos e necessidades, tanto biológicas como psicológicas, que dirigem o comportamento de uma pessoa (Dann, 1981; Uysal e Hagan, 1993; Yoon e Uysal, 2005). Aceita-se que a motivação é um dos elementos centrais no processo de eleição

<sup>6</sup> Atualmente a rede constitui-se pelas aldeias: Água Formosa, Aigra Nova, Aigra Velha, Aldeia das Dez, Álvaro, Barroca, Benfeita, Candal, Casal de S. Simão, Casal Novo, Cedeira, Chiqueiro, Comareira, Fajão, Ferraria de S. João, Figueira, Gondramaz, Janeiro de Baixo, Janeiro de Cima, Martim Branco, Mosteiro, Pena, Pedrógão Pequeno, Sarzedas, Sobral de S. Miguel, Talasnal e Vila Cova do Alva.

<sup>7</sup> Inicialmente, o programa de investimentos contava com 24 aldeias, sendo que em agosto de 2011 juntaram-se mais 3 aldeias ao projeto.

do destino e do comportamento do turista (Uysal e Hagan, 1993; Castaño et al., 2006; Yoon e Uysal, 2005). Existe um amplo consenso segundo o qual existem “motivo de impulso” (*push motivation*, em inglês) e “motivos de arraste” (*pull motivation* em

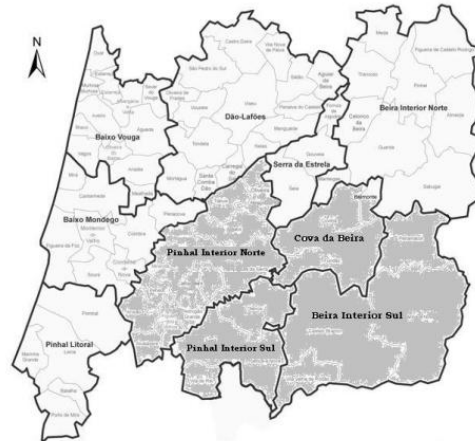
inglês). Os primeiros estão relacionados com fatores internos, próprios do turista, sendo os segundos relacionados com a capacidade de atração do destino (Uysal e Jurowski, 1994; Yoon e Uysal, 2005; Chi e Qu, 2008).

**Figura 1 - Espaço Geográfico de Portugal e Representação da Zona Centro**

Espaço Geográfico



NUTS III



Fonte: CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro

Complementarmente aos motivos de impulso emergiu nos últimos anos, com múltiplas referências, o denominado *slow tourism*. Esta nova conceção advém da expressão *slow food* e apoiar-se em princípios opostos aos do turismo tradicional de massas. Os seguidores desta nova corrente de turismo procuram uma maior qualidade na experiência turística, desenvolvida e vivida de forma mais pausada, em que deve prevalecer o descanso e o relaxe em ambiente tranquilo e em contacto com a natureza (Harvey, 1989, Martínez-Roget e Moutela, 2013).

A motivação para a viagem, em qualquer caso, é múltipla e pode ser determinada por diferentes estados de espírito: pode ser, por exemplo, a procura de paz, através do encontro com uma paisagem, com uma aldeia ou através da vivência concreta no ambiente específico de um lugar, privilegiando o contacto mais demorado com o ar livre, com a natureza, com as gentes e costumes locais. De uma forma geral, é manifestada por muitos autores a ideia de que o turismo tem crescido nas últimas décadas, tanto sob a forma tradicional, designada de

turismo de massas como, e principalmente, sob novas formas, que designamos de alternativas, entre as quais o Turismo Rural assume uma particular importância.

A motivação é, em conjunto com outros fatores como os estímulos sociais intrínsecos ao próprio turista, como a personalidade, o estilo de vida, a sua posição geográfica ou propensão a repetir a visita, um dos elementos centrais na formação da imagem turística (Stabler, 1990; Um, 1993; Baloglu e McCleary, 1999; Castaño et al., 2006). Por seu lado, a imagem condiciona o comportamento do turista em geral, antes, durante e depois da viagem (Mansfeld, 1992; Bigné et al., 2001).

A imagem condiciona a perceção subjetiva dos turistas, o que incide na eleição do destino e na valorização da viagem (Echtner e Ritchie, 1991; Milman e Pizam, 1995; Baloglu e McCleary, 1999; Chi e Qu, 2008). Considera-se que a imagem influencia positivamente a qualidade e a satisfação intrínsecas à perceção do indivíduo. Desta forma, quanto melhor seja a imagem maior será a satisfação dos turistas. No caso dos estabelecimentos de turismo rural,

Correia e Miranda (2006), constataram o efeito positivo da imagem do alojamento na qualidade, na confiança e na satisfação dos clientes dos ditos estabelecimentos.

Por natureza, uma larga maioria dos clientes têm uma limitada capacidade para valorizar a qualidade de um produto e a reputação ou imagem de um estabelecimento. Tal limitação é também um fator chave influenciador nas intenções de comportamentos futuros. No âmbito do turismo, alguns trabalhos encontraram relações positivas entre a imagem e a lealdade dos turistas (Court e Lupton, 1997; Chi e Qu, 2008). Outros estudos ainda, comprovaram que a imagem incide na lealdade tanto diretamente como através da satisfação (Yoon e Uysal, 2005).

A satisfação turística é um elemento que condiciona de uma forma muito importante e determinante o êxito dos destinos. A satisfação condiciona o consumo de bens e serviços no destino e a decisão de voltar a visitá-lo e/ou recomendá-lo a terceiros (Kozak e Rimmington, 2000; Yoon e Uysal, 2005). A valorização da satisfação dos turistas deveria ser, pelo exposto, um dos principais objetivos dos empresários, promotores e instituições públicas.

Pode-se estudar a satisfação do turista com os distintos atributos do destino, por um lado, e por outro, analisar diretamente a sua satisfação global com o mesmo destino. No âmbito do turismo, existem trabalhos que revelam que a satisfação dos turistas com as distintas componentes do destino influencia a satisfação global (Hsu, 2003).

Alguns autores consideram implicitamente a satisfação global como uma espécie de indicador sintético obtido a partir da satisfação com os distintos atributos do produto ou serviço. Nesta linha, diversos trabalhos concluem que a satisfação por atributos tem efeitos positivos e diretos sobre a satisfação global, explicando uma quantidade significativa da sua variância (Bolton e Drew, 1991; Spreng et al., 1996). Existem, contudo, autores que assinalam que a satisfação global é algo mais que a simples soma ponderada das valorizações dos atributos individuais (Fornell, 1992; Gnoth, 1994). Num ponto intermédio, investigadores como Oliver (1993) consideram que a satisfação global e a satisfação por atributos, são distintas mas relacionadas entre si.

A satisfação do turista determina o seu comportamento pós-compra. O conhecimento

da satisfação permite prever o comportamento do turista face às suas futuras viagens. A lealdade turística potencial, entendida como a intenção de voltar a visitar e/ou recomendar o destino a terceiros, é precisamente uma das consequências da satisfação mais frequentemente estudada (Bigné e tal., 2001; Chi e Qu, 2008). É frequente encontrar em trabalhos uma relação positiva entre a satisfação e a lealdade; quanto maior é a satisfação do turista, maior será a probabilidade de este regressar ao destino e/ou de o recomendar a terceiros pessoas. Múltiplos estudos põem em evidência e destacam a relação positiva entre estes aspetos.

A lealdade pode ser valorizada perguntando aos visitantes pelas suas intenções face à recomendação e/ou revisita ao destino no futuro, utilizando uma escala de Likert com cinco pontos (por exemplo, 1 mais improvável; 5 mais provável), (Yoon e Uysal, 2005; Chi e Qu, 2008). M. Oppermann considera que a lealdade deveria ser um objetivo estratégico para os destinos, apontando diversas razões. Em primeiro lugar, porque é um indicador da satisfação, em segundo lugar, porque os gastos de marketing são menores e, por último, porque é um determinante do êxito do destino (Oppermann, 2000).

Num mundo cada vez mais globalizado e competitivo, a transmissão a terceiros pessoas de experiências vividas em relação às viagens turísticas, principalmente quando procedem de familiares e amigos, é um fator fundamental na tomada de decisões por parte dos potenciais viajantes. Segundo o estudo Text100 Digital Index Travel & Tourism, mais de 60% dos potenciais turistas declara como primeiro fator que têm em conta aquando de eleger um destino turístico, são as recomendações de amigos “físicos ou virtuais” (I.D.E.A., 2013).

O presente trabalho centrar-se-á na análise da lealdade dos visitantes da “Rede das Aldeias do Xisto” e as suas relações com as motivações e a satisfação.

### 3.2. Metodología

Este trabalho faz parte de uma investigação mais ampla que tinha como objetivos conhecer a perceção, por parte da população portuguesa, da marca “Rede das Aldeias do Xisto” como imagem de destino turístico, assim como conhecer as motivações dos visitantes, a sua satisfação e a lealdade com o destino. A população objeto foram os residentes em território nacional, considerando-se que a amostra final

deveria incluir um mínimo de 1.022 indivíduos, correspondente a 0,01% da população nacional de acordo com os censos do INE 2001.

Para atingir tal amostra subcontrataram-se os serviços de uma empresa especializada em marketing e estudos de mercado a qual era detentora de uma base de dados de contas de email ao nível nacional, de assinalável dimensão, com mais de 300.000 registos. Os questionários foram enviados por correio eletrónico para os registos das contas de email, devidamente estratificados por regiões NUTS II. Dos envios realizados, foram recolhidos um total de 1.546 questionários válidos, superando o objetivo mínimo de partida.

Contudo, tendo em conta os objetivos específicos deste estudo, que requer a opinião dos visitantes com experiência no destino, a base foi depurada, descartando os questionários respondidos por pessoas que nunca visitaram a Rede das Aldeias do Xisto até ao momento da realização do inquérito, bem como foram também excluídos da análise os inquiridos que não completaram os itens relacionados com a satisfação ou a lealdade. Finalmente, realizados estes filtros, para este trabalho foi utilizada uma amostra composta por 659 casos. Considerando o tamanho da população praticamente infinito, esta dimensão da amostra, implica trabalhar com um erro amostral de 3,8% para um nível de confiança de 95% e de máxima indeterminação ( $p=q=0,5$ ).

Para comprovar que se corroboram as teorias expostas no ponto 3.1. sobre as motivações, grau de satisfação e lealdade dos turistas que visitaram a Rede de Aldeias, propuseram-se diferentes hipóteses. Por um lado, as hipóteses relativas aos condicionantes que impulsionam os turistas a visitar o destino esboçaram-se numa análise de estatística descritiva. Por outro lado, as hipóteses referentes à relação positiva entre a satisfação e a lealdade, provaram-se mediante contrastes de hipóteses que relacionavam cada um dos atributos de satisfação com cada um dos atributos de lealdade. Para a análise estatística aplicaram-se fundamentalmente técnicas descritivas univariantes e bivariantes, utilizando principalmente tabelas de contingência para valorizar a associação entre as variáveis.

### 3.3. Resultados

Em primeiro lugar, foi realizada uma análise descritiva sobre a lealdade, passando poste-

riormente à análise das suas relações com a satisfação e a motivação. Também foi estudada a relação entre a motivação e a satisfação, analisando-se, igualmente, determinadas características dos visitantes, tais como o sexo, a idade, a formação académica, a atividade profissional e a zona de procedência, que incidem sobre a motivação turística.

De forma similar ao realizado em investigações precedentes, a lealdade potencial foi perspetivada perguntando aos visitantes pelas suas intenções futuras sob duas vertentes: por um lado, questionando sobre a sua vontade de voltar no futuro a visitar a “Rede das Aldeias do Xisto” e por quanto tempo de estadia e, por outro lado, colocando a questão sobre a sua propensão a recomendar este destino a terceiras pessoas.

No que se relaciona às intenções de voltar a visitar as aldeias no futuro, os resultados obtidos foram contundentes, já que 98,3% dos visitantes afirmam que voltarão a visitar a região em tempos vindouros. Aliás, 63,4% destes visitantes, afirmou que faria a sua viagem com estadia no local, enquanto os restantes 36,6% apenas manifestaram a intenção por excursão de um dia.

No respeitante às intenções de recomendar o destino a terceiros, no caso dos visitantes da “Rede das Aldeias do Xisto”, constatámos que 68,6% dos inquiridos declararam que recomendariam a visita a terceiros. Inversamente, verifica-se que 28,9% dos inquiridos entende que não recomendará o destino, registando-se ainda 2,5% de indiferentes a esta questão.

A análise da satisfação do turista concebe-se a partir da relevância dos resultados obtidos durante a sua experiência turística. Neste sentido, considera-se que a satisfação global com a viagem está influenciada pela satisfação com os distintos atributos do destino. Os elementos do destino tais como a qualidade do alojamento, a amabilidade das gentes, a hospitalidade ou o ambiente social, condicionam a satisfação global. Deste modo, a satisfação global não deveria ser considerada de forma isolada sem estudar as suas conexões com a satisfação por atributos.

No nosso caso, a relação entre a satisfação global e a satisfação com distintos aspetos da estadia no destino evidencia-se claramente. Como se pode comprovar no Quadro 7, todas as correlações são estatisticamente significativas com um nível de confiança de 99%.

Da pesquisa deduz-se que as pessoas que

visitaram alguma das “Aldeias do Xisto”, revelam no geral um elevado grau de satisfação global com a sua visita. Assim, na escala de Likert de 1 a 5, donde 1 representa “nada satisfeito” e 5 “muito satisfeito”, cerca de 66% dos visitantes outorgaram os indicadores 4 e 5 de satisfação derivada da visita. A valorização média da satisfação global com a visita foi de 3,8 pontos na escala utilizada. Os distintos atributos do destino também foram bem classificados, obtendo maior pontuação os itens das relações com a população e cultura locais e a prática de atividades desportivas no destino.

Com o objetivo de estabelecer as relações entre a lealdade e a satisfação, realizaram-se os contrastes de associação d-Sommers, Tau-b e Tau-c Kendall e Gamma. Os resultados obtidos apresentam-se no Quadro 6 e são reveladores dos aspetos que mais incidem na lealdade no seio desta tipologia de turismo.

Os contrastes de independência entre os distintos itens de satisfação e a variável lealdade,

entendida, em primeiro lugar, como a intenção de voltar a visitar o destino, revelam que se pode aceitar a hipótese alternativa de associação entre as variáveis, para o caso da “satisfação com o local e os arredores”, para a “satisfação com a cultura local”, para a “satisfação derivada da interação com as gentes” e para o caso da “satisfação global”. As relações entre estas variáveis colocam em relevo a existência de influência dos referidos itens sobre a lealdade. Tal, significa que o desfrute em geral da estância, a satisfação com as gentes locais, com a sua cultura e com o local e seus arredores (as atenções humanas recebidas, ambiência e o meio envolvente), condicionam futuras visitas às aldeias.

No caso da variável “satisfação com a prática de atividades desportivas”, aceita-se a hipótese nula de independência entre as demais variáveis em análise, permitindo afirmar que a mesma não produz influência sobre a lealdade dos visitantes.

**Quadro 6: Relação entre a satisfação e a intenção de voltar a visitar a rede das aldeias.**

	Satisfação com o local e arredores	Satisfação com a prática atividades desportivas	Satisfação com a cultura local	Satisfação da interação com as gentes locais	Satisfação global
<b>d-Sommers</b>	0,167	-0,082	0,116	0,104	0,154
<b>Tau-b Kendall</b>	0,169	-0,083	0,117	0,106	0,156
<b>Tau-c Kendall</b>	0,137	-0,065	0,094	0,087	0,126
<b>Gamma</b>	0,307	-0,157	0,217	0,192	0,287
<b>Sig. aproximada (todos os testes)</b>	0,001	0,296	0,022	0,030	0,001

Fonte: elaboração própria a partir do inquérito

Por outro lado, e pelos dados patentes no Quadro 7, os contrastes de independência entre os itens de satisfação e a lealdade, entendida neste caso como a intenção de recomendar o destino a terceiros, indicam que, pode-se aceitar a hipótese alternativa de dependência entre as variáveis no caso da “satisfação com o local

e arredores” e no caso da “satisfação global”. Nos demais casos, aceita-se a hipótese nula de independência entre as variáveis, aceitando que não influenciam as intenções de recomendar a rede das aldeias a terceiros pessoas por parte dos visitantes.

**Quadro 7: Relação entre a satisfação e a intenção de recomendar a visita à Rede das Aldeias do Xisto**

	Satisfação com o local e arredores	Satisfação com a prática atividades desportivas	Satisfação com a cultura local	Satisfação da interação com as gentes locais	Satisfação global
<b>d-Sommers</b>	0,125	-0,058	0,065	0,057	0,082
<b>Tau-b Kendall</b>	0,126	-0,058	0,065	0,057	0,083
<b>Tau-c Kendall</b>	0,103	-0,047	0,064	0,047	0,069
<b>Gamma</b>	0,222	-0,108	0,117	0,104	0,148
<b>Sig. aproximada (todos os testes)</b>	0,009	0,456	0,201	0,231	0,075

Fonte: elaboração própria a partir do inquérito.

Para analisar a relação entre a satisfação e as intenções de comportamento futuro, também se calcularam as correlações não paramétricas bivariadas. Os resultados desta análise corroboram os anteriores, e permitem-nos extrair as seguintes conclusões: a correlação da “satisfação com o local e arredores” e a lealdade é estritamente significativa com um nível de confiança de 99%, tal como as intenções de voltar ao destino, como também as intenções de recomendar o destino a terceiros. Comparando os resultados, comprova-se que as correlações são ligeiramente inferiores no caso das intenções de recomendar o destino. Por outro

lado, também existe uma relação positiva entre a satisfação global com a viagem e os dois indicadores de intenção de comportamento futuro. A relação é mais elevada com a intenção de voltar ao destino que com a recomendação a terceiros.

No caso das intenções de voltar a visitar alguma ou algumas das aldeias no futuro, também são importantes as variáveis de “satisfação com a cultura local” e a “satisfação derivada da interação com as gentes locais”. Nos dois casos a correlação é estritamente significativa para um nível de confiança de 99%.

**Quadro 8: Relação entre a satisfação com o destino e intenção de comportamento. Relação entre a satisfação por atributos e a satisfação global.**

	Voltar a visitar alguma/s das aldeias no futuro	Recomendar a visita a conhecidos, familiares e/ou amigos	Satisfação global
Satisfação com o local e arredores	0,179**	0,138**	0,655**
Satisfação com a prática de atividades desportivas	-0,087	-0,063	0,458**
Satisfação com a cultura local	0,124**	0,070	0,548**
Satisfação com a interação com as gentes locais	0,113**	0,062	0,618**
Satisfação global	0,165**	0,090*	

\*\* A correlação é significativa ao nível 0,01 (bilateral).

\* A correlação é significativa ao nível 0,05 (bilateral).

Fonte: elaboração própria a partir do inquérito.

No campo da investigação em turismo a motivação é um elemento central, dado ser uma determinante dos comportamentos dos turistas e, como tal, é um fator que permite explicar a maioria dos aspetos relacionados com a atividade turística. Na decisão de viajar influenciam fatores de impulso e de arrasto. Os primeiros estão mais relacionados com as características pessoais, com os desejos e com aspetos sociodemográficos dos turistas. Pelos fatores de arrasto, associa-se a capacidade de atração do destino.

Na atualidade existe um amplo número de pessoas que se vêm “impulsionadas” a viajar para escapar à rotina da sua quotidiana vida. Estes potenciais turistas procuram experiências autênticas, em meios ambientes naturais cuidados e, inclusive, ligados às suas raízes. O TER pode “arrastar” estes turistas oferecendo recursos, produtos, serviços e experiências que satisfaçam os seus desejos e expectativas.

Dentro do primeiro grupo de fatores que determinam a motivação (fatores de impulso),

encontrámos nos resultados dos inquéritos um número similar de homens (51,4%) e de mulheres (48,6%), com idades compreendidas maioritariamente entre os 31 e os 50 anos (56,8%), formação académica ao nível superior (74% dos entrevistados) e que maioritariamente desenvolvem a sua atividade profissional no setor dos serviços e atividades relacionadas com o setor público (52%). Os visitantes provêm maioritariamente da região centro (43,8%) e da região de Lisboa e Vale do Tejo (42,8%).

Na aproximação aos fatores de “arrasto” relacionados com os atributos do destino, podemos afirmar que a imensa maioria dos visitantes (78% dos entrevistados) afluíram à “Rede das Aldeias do Xisto” por motivos relacionados com o seu descanso, com o relax e com o ócio. A motivação relacionada com a cultura foi somente referenciada por 5,6% dos visitantes inquiridos, sendo que ainda uma percentagem mais reduzida, de 3,7%, indicou como motivo da viagem a visita a familiares e amigos.

Por fim, realizaram-se contrastes de independência e analisaram-se as correlações entre a motivação e os itens de satisfação e lealdade. Os resultados permitem-nos concluir que a satisfação com a prática de atividades desportivas e a satisfação derivada da participação em atividades culturais locais, estão estatisticamente relacionadas com a motivação. A análise das relações entre a motivação e a lealdade é também conclusiva, pois que, tanto os contrastes de independência como a análise de correlações indicaram a existência de relações entre as motivações dos visitantes e as intenções de visitar e recomendar o destino a terceiros.

#### 4. CONCLUSÕES

O desejo de evasão, a necessidade de descanso e relax, a variedade gastronómica, a busca de aventura ou a interação social, são alguns dos fatores que levam as pessoas a iniciar uma viagem turística. O escapar às rotinas em busca de experiências mais lentas, simples e autênticas, tem-se convertido num fator preponderante na hora de explicar as motivações dos turistas que elegem como destino o espaço rural. A população urbana procura no meio rural o escape necessário à compensação da sua vida trepidante e stressante dos centros urbanos. Deste modo, surge nos últimos anos um movimento, que alguns autores como J.L. Andrés denominaram “turismo cultural em meio rural” bem como um conjunto de novas experiências que podem incluir-se dentro do *slow tourism* (Andrés, 2010).

O *slow tourism* tem a sua origem no movimento *Slow Food* e nas *Slow Cities* (CittaSlow) originado em Itália nos anos 80's e 90's e, colocando a tónica no consumo de produtos locais e na vivência de experiências de ócio de qualidade, procurando minimizar os impactos negativos sobre o meio ambiente (Fullager et al., 2012). Trata-se de um modo diferente de entender o desfrute do tempo livre que pode ser aplicado em diferentes formas de turismo, ainda que algumas como o turismo de natureza, o turismo gastronómico, o turismo desportivo ao ar livre e o turismo em espaço rural, parecem responder melhor aos seus parâmetros, acomodando inclusive o conceito de “slow ecoturismo” (Wearing et al., 2012). O turismo praticado sob uma forma descontraída e lenta contribuiu para a melhoria da qualidade de vida e, dado o carácter íntegro e completo das suas iniciativas, também pode favorecer o

desenvolvimento de um turismo sustentável numa dada região (Hatipoglua, 2014; Heitmann et al., 2011).

Os resultados da nossa investigação incidem nesta direção e permitem-nos constatar que o TER é desejado, em larga medida, por pessoas que procuram o relaxamento e o descanso longe dos grandes aglomerados urbanos, praticando atividades ao ar livre e interagindo com a população local. Muitos dos visitantes da “Rede das Aldeias do Xisto” são oriundos dos núcleos urbanos e procuram no TER um ambiente e uma forma de vida em consonância com o que se denomina de *slow tourism*.

É evidente que a motivação condiciona as expectativas e estas por sua vez determinam a perceção e as experiências dos turistas, influenciando portanto os seus níveis de satisfação. As motivações específicas das pessoas que procuram o TER condicionam de forma relevante as suas valorizações e a sua satisfação com aspetos concretos dos destinos. No caso das Aldeias do Xisto, encontramos uma relação estatística entre a motivação e a satisfação com a prática de atividades desportivas e a derivada a interação com a população local, o que evidencia que estes turistas procuram uma participação mais ativa na experiência turística, ao ponto de sentirem que fazem parte da mesma.

Uma das principais chaves do êxito futuro dos destinos e em concreto dos destinos de TER, vai depender da lealdade turística. Num contexto tão competitivo como é o atual, que coincide inclusive com um ambiente de recessão económica, as opiniões dos turistas vão constituir a chave para captar novos visitantes. A recomendação prévia será decisiva para aumentar a competitividade dos destinos e atrair turistas. Aliás, esta recomendação já não será tanto através do tradicional “boca-a-boca” mas haverá que contar com as redes sociais que proliferam e crescem na Internet, onde a publicação de comentários e opiniões dos visitantes possuem cada vez mais um proeminente papel que condiciona a reputação on-line das empresas turísticas e dos destinos turísticos. As redes sociais converteram-se num potente e potencial meio para obter informação direta, podendo condicionar, em certa medida, a eleição dos destinos turísticos.

No caso da “Rede das Aldeias do Xisto” a investigação revelou elevados níveis de lealdade, tanto na vertente da repetição potencial da visita como na recomendação a terceiros. A

dita lealdade está relacionada com a satisfação global, com a visita e mais especificamente com a experiência derivada do local e da interação com a população local. De forma semelhante, outros trabalhos evidenciam que a qualidade do serviço, neste caso do alojamento, revela-se como um dos elementos essenciais no que toca à valorização da experiência da viagem. Uma parte substancial do êxito que as empresas de turismo rural experimentaram nos últimos anos, deve-se à busca pela excelência e qualidade dos serviços prestados. A interação do turista com a população residente é outra das importantes chaves dos destinos turísticos rurais. Neste sentido, tal como apontou recentemente C. Eusébio et al. torna-se necessária uma maior implicação e participação da comunidade local e das empresas turísticas que fazem parte ou se integram na Rede das Aldeias do Xisto (Celeste et al., 2014). Esta colaboração e envolvimento de todos os *stakeholders* do ambiente rural, contribuirá para o desenho e criação de produtos turísticos mais atrativos, para uma maior satisfação e lealdade turística e para um mais sustentado desenvolvimento turístico.

Na atualidade, ao nível global, mas também no espaço rural, o acesso a novas tecnologias, como por exemplo a disponibilidade de *wifi* gratuito, contribuem ao incremento dos níveis de satisfação dos visitantes com o local em que se alojam. Por outro lado, e como se referiu no trabalho, uma parte importante da procura do TER deseja viver a experiência turística intera-

gindo e atuando com a comunidade local em que se insere a oferta turística. Esta comunicação condiciona a satisfação turística e a lealdade potencial dos visitantes.

Em resumo, o êxito dos destinos de TER vai depender em larga medida da lealdade potencial dos seus turistas, sendo que a recomendação a terceiros reveste um papel decisivo na eleição de um destino turístico. Acrescente-se que, na atualidade a Internet apodereou-se de um assinalável protagonismo face aos meios de comunicação tradicionais, assumindo um papel chave na manifestação das opiniões dos visitantes nas redes sociais. Neste contexto, é fundamental conhecer o comportamento da procura turística, os seus gostos e necessidades, com o objetivo de poder acolhê-las, conseguindo em troca uma publicidade positiva do destino. Existe um número importante de pessoas que desejam experimentar um ritmo de vida lento no desenrolar das suas viagens, desfrutando da gastronomia, da cultura e interagindo com a população local. Os destinos, a oferta turística, deveriam assimilar estes comportamentos e apostar por um tipo de turismo mais responsável e ético, que implique a população local e acolha as necessidades desta crescente procura. Tal modelo turístico conduzirá a efeitos socioeconómicos mais equitativos e contribuirá para a melhoria da qualidade de vida dos residentes, como consequência dos melhores níveis de fluxos monetários e criação de empregos, derivados do incremento de visitantes.

## BIBLIOGRAFIA

Andrés, J. L. (2000), “Aportaciones básicas del turismo al desarrollo rural”, Cuadernos de Turismo, Vol. 6, pp. 45-59

Baloglu, S.; McCleary, K.W. (1999), “A model of destination imagen formation”, Annals of Tourism Research, Vol. 26, nº 1, pp.: 868-897

Bigné, J. E., Sánchez, M. I., Sánchez, J., (2001), “Tourism image, evaluation variables and after purchase behaviour: inter-relationship”, Tourism Management, Vol. 22, nº 6, pp. 607-616

Bolton, R. N., y Drew, J. H. (1991), “A multistage model of customers’ assessments of

service quality and value”, Journal of Consumer Research, Vol. 17, nº 7, pp. 375-384

Butler, R.; Hall, M. (1998), “The Sustainability of Tourism and Recreation in Rural Areas” in R. Butler, M. Hall, J. Jenkins (Eds.), Tourism and Recreation in Rural Areas, Wiley, Toronto, pp. 249-258

Cánoves Valiente, G.; Herrera Jiménez, V.; Villarino Pérez, M. (2005), “Turismo rural en España: paisajes y usuarios, nuevos usos y nuevas visiones”, Cuadernos de Turismo, Vol. 15, pp. 63-76.

Carvalho, A. (2006), “Programa das Aldeias do Xisto: caminhos para o Turismo de

Natureza”, *Revista Turismo & Desenvolvimento*, Vol. 6, pp. 27-30

Carvalho, P. (2009), “A AIBT do Pinhal Interior e as Aldeias do Xisto: novos caminhos e actores para o desenvolvimento de territórios de baixa densidade em ambientes de montanha”, *Cadernos de Geografia*, Vol. 28-29, pp. 185-191

Castañó, J. M.; Moreno, A.; Crego, A. (2006), “Factores psicosociales y formación de imágenes en el turismo urbano: un estudio de caso sobre Madrid”, *Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, Vol. 4, nº 3, pp. 287-299

Cavaco, C. (1995): “Rural Tourism: The Creation of New Tourism Spaces” in A. Montanari, A. Williams (Eds.), *Tourism: Regions, Spaces and Restructuring*, Wiley, Chichester, pp. 129–149

Cawley, M.; Gillmor, D. A. (2008), “Integrated rural tourism: concepts and Practice”. *Annals of Tourism Research*, Vol. 35, nº 2, pp. 316–337

Chi, C.G.Q.; Qu, H. (2008), “Examining the structural relationships of destination image, tourist satisfaction and destination loyalty: An integrated approach”, *Tourism Management*, Vol. 29, pp. 624–636

Correia Loureiro, S. M.; Miranda González, F. J. (2006) “Calidad, satisfacción y fidelidad en el turismo rural: Un análisis hispano-portugués”, *Papers de Turisme*, Vol. 40, pp. 49-65

Court, B. C.; Lupton, R. A. (1997), “Customer portfolio development: Modeling destination adopters, inactives, and rejecters”, *Journal of Travel Research*, Vol. 36, nº 1, pp. 35–43

Cristóvão, A.; Medeiros, V.; Melides, R. (2010), “Aldeias vinhateiras: requalificação urbana, turismo e desenvolvimento local no Douro”, *PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, Vol. 8, nº 4, pp. 519-528

Dann, G. M. (1981), “Tourism Motivations: An appraisal”, *Annals of Tourism Research*, Vol. 8, nº 2, pp. 189–219

Devesa M.; Laguna, M.; Palacios, A. (2008), “Un modelo estructural sobre la influencia de las motivaciones de ocio en la satisfacción de la visita turística”, *Revista de Psicología del Trabajo y de las Organizaciones*, Vol. 24, nº 2, pp. 253-268

Echtner, C. M.; Ritchie, J. R. B. (1991), “The meaning and measurement of destination

image”, *The Journal of Tourism Studies*, Vol.2, nº 2, pp. 2–12

Eusébio, C.; Kastenholz, E.; Breda, Z. (2014), “turismo e desenvolvimento sustentável de destinos rurais: uma visão dos stakeholders”, *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, nº 36

Fornell, C. (1992), “A national customer satisfaction barometer: the Swedish experience”, *The Journal of Marketing*, Vol. 56, nº 1, pp. 6-21

Fullagar, S.; Markwell, K.; Wilson, E. (Eds.) (2012), *SLOW TOURISM: Experiences and Mobilities*. Channel View Publications: Bristol-Buffalo-Toronto.

Gannon, A. (1994), “Rural tourism as a factor in rural community economic development for economies in transition”, *Journal of Sustainable Tourism*, Vol. 2, nº 1+2, pp. 51–60

Gilbert, D. (1989), “Turismo Rural y Marketing: Nuevas Vías de Trabajo”, *Papers de Turisme*, Vol. 9, pp. 26–89

Gnoth, J. (1994), “Quality of service and tourist satisfaction”, in Witt, S.; Moutinho, L. (colab) *Tourism Marketing and Management handbook*, Hempel Hempstead, Prentice-Hall, pp. 279-284

Halstead, D.; Hartman, D.; Schmidt, S. (1994), “Multisource effects on the satisfaction formation process”, *Journal of the Academy of Marketing Science*, Vol. 22, nº 2, pp. 114-129

Harvey, D., (1989), “The Condition of Postmodernity”, Basil Blackwell, Oxford

Hatipoglu, B. (2014): ““Cittaslow”: Quality of Life and Visitor Experiences”, *Tourism Planning & Development*, Published online: 24 Sep 2014.

Hegarty, C.; Przezborska, L. (2005), “Rural and agri-tourism as a tool for reorganising rural areas in old and new member states e a comparison study of Ireland and Poland”, *International Journal of Tourism Research*, Vol. 7, nº 2, pp. 63-77

Heitmann, S.; Robinson, P.; Povey, G. (2011), “Slow food, slow cities and slow tourism. In S. H. P. Robinson; S. P. Heitmann (Eds.), *Research themes for tourism* (pp. 114–127). Wallingford: CAB International.

Hsu, C. H. C., (2003), “Mature Motorcoach Travelers' Satisfaction: A Preliminary Step toward Measurement Development”, *Journal of Hospitality & Tourism Research*, Vol. 27, nº 3, pp. 291-309.

I.D.E.A. (2013), *Text100 Digital Index Travel & Tourism*. Disponível em: <http://>

info.text100.com/travel-tourism-digital-index-2012/info.text100.com/travel-tourism-digital-index-2012.html

Instituto Nacional de Estadística (INE-Espanha) (2014a), Encuesta de Ocupación Hotelera. Disponível em: [http://www.ine.es/inebmenu/mnu\\_hosteleria.htm](http://www.ine.es/inebmenu/mnu_hosteleria.htm)

Instituto Nacional de Estadística (INE-Espanha) (2014b), Encuesta de Ocupación en Alojamientos de Turismo Rural. Disponível em: [http://www.ine.es/inebmenu/mnu\\_hosteleria.htm](http://www.ine.es/inebmenu/mnu_hosteleria.htm)

Instituto Nacional de Estatística (INE-Portugal) (1995), “As estatísticas do Turismo e a unificação de conceitos”

Instituto Nacional de Estatística (INE-Portugal) (2014), Estatísticas do Turismo 2013

Kastenholz, E.; Eusébio, C.; Figueiredo, E.; Carneiro, M. J.; Lima, J. (Coords.) (2014), Reinventar o Turismo Rural em Portugal. Cocriação de experiências turísticas sustentáveis. UA Editora. Aveiro.

Kieselbach, S.; Long P. (1990), “Tourism and the rural revitalization movement”, *Parks and Recreation*, Vol. 25, nº 3, pp. 62–66

Kozak, M.; Rimmington, M. (2000), Tourist satisfaction with Mallorca, Spain, as an off-season holiday destination, *Journal of Travel Research*, Vol. 38, nº 3, pp. 260–269

Lane, B. (1994), “What is rural tourism?” *Journal of Sustainable Tourism*, Special Issue: Rural Tourism and Sustainable Rural Development, Vol. 2, nº 1-2, pp. 7-21.

Mansfeld, Y. (1992), “From Motivation to Actual Travel”, *Annals of Tourism Research*, Vol. 19, pp. 399-419.

Martínez-Roget, F.; Moutela, J. A. (2013), “Novas motivações dos turistas: Uma oportunidade para o território rural. Análise da “Rede das Aldeias do Xisto no Centro de Portugal””, *Revista Turismo & Desenvolvimento*, Vol. 19, pp. 99-110

Milman, A.; e Pizam, A. (1995), The role of awareness and familiarity with a destination: The central Florida case, *Journal of Travel Research*, Vol. 33, nº 3, pp. 21–27

Neuts, B.; Romao, J.; van Leeuwen, E., Nijkamp, P. (2013), “Describing the relationships between tourist satisfaction and destination loyalty in a segmented and digitalized market”, *Tourism Economics*, Vol. 19, nº 5, pp. 987-1004

Oliver, R. L. (1980), A cognitive model of the antecedents and consequences of satisfac-

tion decisions, *Journal of Marketing Research*, Vol. 17, nº 4, pp. 46-49

Oliver, R. L. (1993), “Cognitive, affective, and attribute bases of the satisfaction response”, *Journal of Consumer Research*, Vol. 20, nº 3, pp. 418-430

Opperman, M. (1996), “Rural tourism in southern Germany”, *Annals of Tourism Research*, Vol. 23, nº 1, pp. 86–102

Oppermann, M. (2000), “Tourism Destination Loyalty”, *Journal of Travel Research*, Vol. 39, nº 1, pp. 78 -84

Page, S. (1994), “Perspectives on Tourism and Peripherality: A Review of Tourism in the Republic of Ireland”, In C. Cooper; A. Lockwood (eds.), *Progress in Tourism, Recreation and Hospitality Management*, Volume 5, pp. 26–53. Chichester: Wiley

Pansiri, J. (2014): “Tourist Motives and Destination Competitiveness: A Gap Analysis Perspective”, *International Journal of Hospitality & Tourism Administration*, Publicado online em 12 de agosto de 2014.

Panyik, E.; Costas, C.; Rátz, T. (2011), “Implementing integrated rural tourism: An event-based approach”, *Tourism Management*, Vol. 32, pp. 1352-1363

Park, D.B; Yoon, Y.S. (2009): “Segmentation by motivation in rural tourism: A Korean case study”, *Tourism Management*, Vol. 30, pp. 99–108

Pérez, X. P., (2009), “Turismo Cultural—Uma visão antropológica”, *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, pp. 3-16 y 253-286.

Ramos, B. A., (2009), “Aldeias do Xisto: um conceito de turismo sustentável inovador”, *Revista Turismo & Desenvolvimento*, Vol. 11, pp. 103-107.

San Martín, H.; Herrero, A. (2012): “Influence of the user’s psychological factors on the online purchase intention in rural tourism: Integrating innovativeness to the UTAUT framework”, *TourismTourism Management*, Vol. 33, pp. 341-350.

Sharpley, J.and Sharpley, R. (1997), “Rural Tourism. An Introduction”. International Thomson Business Press, London (1997).

Spreng, R. A.; Mackenzie, S. B., y Olshavsky, R. W. (1996), “A reexamination of the determinants of consumer satisfaction”, *The Journal of Marketing*, Vol. 60, nº 3, pp. 15-32.

Stabler, M. J. (1990), “The image of destination regions: Theoretical and empirical as-

pects". In Goodall, B.; Ashworht, G. (Eds.), *Marketing in the tourism industry: The promotion of destination regions*, London: Routledge, pp. 133-161

Turismo de Portugal (2013), "Anuário das Estatísticas do Turismo 2012"

Um, S. (1993), "Pleasure travel destination choice". In Khan, M.; Olsen, M. y Var, T. (Eds.), *VNR's Encyclopedia of Hospitality and Tourism*, New York: Van Nostrand Reinhold, pp. 811-821

Urry, J. (2002), *The tourist gaze* (second ed.). London: Sage.

Uysal, M.; Hagan, L.A.R. (1993), "Motivation and pleasure travel and tourism". In Khan, M.; Olsen, M.; Var, T. (Eds.), *VNR's Encyclopedia of Hospitality and Tourism*, New York: Van Nostrand Reinhold, pp. 798-810

Uysal, M.; Jurowski, C., (1994), Testing the push and pull factors, *Annals of Travel Research*, Vol. 21, n° 4, pp. 844-846

Wearing, S.; Wearing, M.; McDonald, M. (2012), "Slow'n Down the Town to Let Nature

Grow: Ecotourism, Social Justice and Sustainability". In S. Fullagar; K. Markwell; E. Wilson (Eds.): *SLOW TOURISM: Experiences and Mobilities*. Channel View Publications: Bristol-Buffalo-Toronto, pp. 36-53

Wilson, S.; Fesenmaier, D. R.; Fesenmaier, J.; Van Es, J. C. (2001), "Factors for Success in Rural Tourism Development", *Journal of Travel Research*, Vol. 40, pp. 132-138

Williams, A.; Shaw, G. (Eds.). (1998), *Tourism and economic development: European experiences* (3rd ed.). Chichester: Wiley.

WTO (1994), *National and Regional Tourism Planning, Methodologies and Case Studies*. London: Routledge.

WTO (2014): *Tourism Highlights 2014 Edition*. Disponível em:

<http://mkt.unwto.org/es/publication/panoramaomt-del-turismo-internacional-edicion-2014>

Yoon, Y.; Uysal, M. (2005), "An examination of the effects of motivation and satisfaction on destination loyalty: a structural model", *Tourism Management*, Vol. 26, pp. 45-56



# NORMAS PARA OS ARTIGOS A SUBMETER À REVISTA PORTUGUESA DE ESTUDOS REGIONAIS

## A. Normas respeitantes à aceitação e avaliação dos artigos

1. Embora a Revista Portuguesa de Estudos Regionais (RPER) não seja membro do Committee on Publication Ethics (COPE), a sua Direção Editorial decidiu declarar a sua adesão aos princípios do Código de Conduta do COPE, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2012

(<http://publicationethics.org/files/Code%20of%20conduct%20for%20journal%20editors4.pdf>).

2. Só serão em princípio aceites para avaliação na RPER artigos que nunca tenham sido publicados em nenhum suporte (outra revista ou livro, incluindo livros de Atas). Excetua-se a divulgação anterior em séries do tipo “working papers” (eletrónicas ou em papel). Outras exceções pontuais podem ser aceites pela Direção Editorial, se os direitos de reprodução estiverem salvaguardados.

3. Ao enviar uma proposta de artigo para a Revista, os autores devem renunciar explicitamente a submetê-la para publicação a qualquer outra revista ou livro até à conclusão do processo de avaliação. Para o efeito deverão sempre enviar, juntamente com o artigo que submetem, uma declaração assinada neste sentido. No caso de recusa do artigo pela Direção Editorial, os autores ficarão livres para o publicar noutra parte.

4. Os artigos submetidos à Direção Editorial para publicação serão sempre avaliados (anonimamente) por dois especialistas na área, convidados para o efeito pela Direção Editorial. Os dois avaliadores farão os comentários que entenderem ao artigo e classificá-lo-ão de acordo com critérios definidos pela Direção Editorial. Os critérios de avaliação procurarão refletir a originalidade, a consistência, a legibilidade e a correção formal do artigo. No prazo máximo de 16 semanas após a submissão do artigo, os seus autores serão contactados pela Direção Editorial, sendo-lhes comunicado o resultado da avaliação feita.

O processo de avaliação tem três desenlaces possíveis:

(1) O artigo é admitido para publicação tal como está (ou com meras alterações de pormenor) e é inserido no plano editorial da revista. Neste caso, a data previsível de publicação será de imediato comunicada aos autores.

(2) O artigo é considerado aceitável mas sob condição de serem efetuadas alterações significativas na sua forma ou nos seus conteúdos. Neste caso, os autores disporão de um máximo de 6 semanas para, se quiserem, procederem aos ajustamentos propostos e para voltarem a submeter o artigo, iniciando-se, após a receção da versão corrigida, um novo processo de avaliação.

(3) O artigo é recusado.

5. A RPER poderá organizar números especiais de natureza temática, na sequência de conferências, *workshops* ou outros eventos relevantes na sua área de interesse. Embora nestes casos o processo de avaliação dos artigos possa ser simplificado, a RPER manterá ainda assim, escrupulosamente, o princípio de revisão pelos pares de todos os artigos.

6. Excepcionalmente a RPER poderá contudo publicar artigos “por convite”, ou seja não sujeitos ao crivo de revisores. A singularidade destes artigos será sempre assinalada, de forma transparente, na sua primeira página.

7. A RPER reconhece o direito dos membros da sua Direção Editorial (incluindo o seu Diretor) a submeterem artigos para publicação. Sempre que um membro da Direção Editorial é autor ou coautor de um artigo, então é necessariamente excluído do processo de revisão, em todos os seus passos, incluindo a decisão final.

8. A RPER reconhece o direito de recurso de qualquer sua decisão relativa à aceitação de um artigo para publicação. Esse recurso é endereçado ao Diretor que deverá informar toda a Direção Editorial. Os termos do recurso serão enviados aos revisores, que terão um prazo máximo de 30 dias para se pronunciarem em definitivo. No caso de não haver acordo entre os dois *referees*, a Direção Editorial tem obrigatoriamente de indicar um terceiro especialista. Não existe novo recurso, para uma segunda decisão que decorra deste processo.

9. A RPER encoraja a publicação de críticas relevantes, por outros autores, a artigos publicados nas suas páginas. Os autores criticados têm sempre a possibilidade de resposta.

10. Os *referees* estão sujeitos ao dever de confidencialidade, quer quanto ao conteúdo dos artigos que apreciam, quer quanto aos seus próprios comentários, devendo mais em geral garantir que todo o material que lhes é submetido é tratado em confiança. Será sempre enviada aos revisores a informação sobre os princípios do Código de Conduta referido em 1.

11. Uma vez o artigo aceite, e feito o trabalho de formatação gráfica prévio à sua publicação na revista, serão enviadas ao autor as respetivas provas tipográficas para revisão. As eventuais correções que este quiser fazer terão de ser devolvidas à Direção Editorial no prazo máximo de 5 dias úteis a contar da data da sua receção. Só serão aceites correções de forma.

12. Ao autor e a cada um dos coautores de cada artigo aceite será oferecido um exemplar do número da Revista em que o artigo foi publicado.

13. Os originais, depois de formatados de acordo com as presentes normas, não poderão exceder as 30 páginas, incluindo a página de título, a página de resumo, as notas, os quadros, gráficos e mapas e as referências bibliográficas.

14. As propostas de artigo deverão ser enviadas por e-mail para rper.geral@gmail.com, ou pelo correio, para o Secretariado da RPER: APDR - Universidade dos Açores, Rua Capitão João d'Ávila 9700-042 Angra do Heroísmo – PORTUGAL. Para comunicação posterior o contacto com o Secretariado far-se-á pelo: e-mail: rper.geral@gmail.com.

## **B. Normas respeitantes à estrutura dos artigos**

1. Os autores deverão enviar o artigo completo (conforme os pontos seguintes), por e-mail ou em CD-rom, para o os contactos referidos no ponto 14 das Normas A.

2. Os textos deverão ser processados em Microsoft Word for Windows (versão 97 ou posterior). O texto deverá ser integralmente a preto e branco.

3. Na publicação os gráficos, mapas, diagramas, etc. serão designados por “figuras” e as tabelas por “quadros”.

4. As eventuais figuras e quadros deverão ser disponibilizados de duas formas distintas: por um lado devem ser colocados no texto, com o aspeto pretendido pelos autores. Para além disso, deverão ser disponibilizados em ficheiros separados: os quadros, tabelas e gráficos serão entregues em Microsoft Excel for Windows, versão 97 ou posterior (no caso dos gráficos deverá ser enviado tanto o gráfico final como toda a série de dados que lhe está na origem, de preferência no mesmo ficheiro e um por worksheet); para os mapas deverá usar-se um formato vetorial em Corel Draw (versão 9 ou posterior).

5. As expressões matemáticas deverão ser tão simples quanto possível. Serão apresentadas numa linha (entre duas marcas de parágrafo) e numeradas sequencialmente na margem direita com numeração entre parêntesis curvos. A aplicação para a construção das expressões deverá ser ou o Equation Editor (Microsoft) ou o MathType.

6. Salvo casos excepcionais, que exigem justificação adequada a submeter à Direção Editorial, o número máximo de coautores das propostas de artigo é quatro. Só deverão ser considerados autores os que contribuíram direta e efetivamente para a pesquisa refletida no trabalho.

7. O texto deve ser processado em página A4, com utilização do tipo de letra Times New Roman 12, a um espaço e meio, com um espaço após parágrafo de 6 pt. As margens superior, inferior, esquerda e direita devem ter 2,5 cm.

8. A primeira página conterá exclusivamente o título do artigo, em português e em inglês, bem como o nome, morada, telefone, fax e e-mail do autor, com indicação das funções exercidas e da instituição a que pertence. No caso de vários autores deverá aí indicar-se qual o contacto para toda a correspondência da Revista. Deve ser também incluída na primeira página uma nota sobre as instituições financiadoras da investigação que conduziu ao artigo. Este nota é obrigatória quando pertinente.

9. A segunda página conterá unicamente o título e dois resumos do artigo, um em português e outro inglês, com um máximo de 800 caracteres cada, seguidos de um parágrafo com

indicação, em português e inglês, de palavras-chave até ao limite de 5, e ainda 2 a 5 códigos do Journal of Economic Literature (JEL) apropriados à temática do artigo, a 3 dígitos, como por exemplo R11. Os títulos, os resumos, as palavras-chave e os códigos JEL são obrigatórios.

10. Na terceira página começará o texto do artigo, sendo as suas eventuais secções ou capítulos numerados sequencialmente utilizando apenas algarismos (não deverão utilizar-se nem letras nem numeração romana).

11. Cada uma das figuras e quadros deverá conter uma indicação clara da fonte e ser, tanto quanto possível, compreensível sem ser necessário recorrer ao texto. Todos deverão ter um título e, se aplicável, uma legenda descritiva.

12. A forma final das figuras e quadros será da responsabilidade da Direção Editorial que procederá, sempre que necessário, aos ajustamentos necessários.

### **C. Normas respeitantes às referências bibliográficas**

1. A “Bibliografia” a apresentar no final de cada artigo deverá conter exclusivamente as citações e referências bibliográficas efetivamente feitas no texto.

2. Para garantir o anonimato dos artigos, o número máximo de citações de obras do autor do artigo (ou de cada um dos seus coautores) é três e não são permitidas expressões que possam denunciar a autoria tais como, por exemplo, “conforme afirmámos em trabalhos anteriores (cfr. Silva (1998:3))”.

3. O estrito cumprimento das normas à frente só é obrigatório na versão final dos artigos, após aceitação. Ainda assim, recomenda-se

fortemente a sua adoção em todas as versões submetidas.

4. Os autores citados ao longo do texto serão indicados pelo apelido seguido, entre parêntesis curvos, do ano da publicação, de “:” e da(s) página(s) em que se encontra a citação. Por exemplo: ao citar-se “Silva (2003: 390-93)”: está-se a referir a obra escrita em 2003 pelo autor “Silva”, nas páginas 390 a 393. Deverá usar-se “Silva (2003: 390-93)” e não “SILVA (2003: 390-93)”. No caso de uma mera referência do autor bastará indicar “Silva (2003)”.

5. No caso de o mesmo autor ter mais de um trabalho do mesmo ano citado no artigo, indicar-se-á a ordem da citação, por exemplo: Silva (2003a: 240) e Silva (2003b: 232).

6. As referências bibliográficas serão listadas por ordem alfabética dos apelidos dos respetivos autores no fim do manuscrito. O nome será seguido do ano da obra entre parêntesis, e da descrição conforme com a seguinte regra geral:

Monografias: Silva, Hermenegildo (2007a), *A Teoria dos Legumes*, Coimbra, Editora Agrícola

Coletâneas: Sousa, João (2002), “Herbicidas e estrumes” in Cunha, Maria (coord.), *Teoria e Prática Hortícola*, Lisboa, Quintal Editora, pp. 222-244

Artigos de Revista: Martins, Vicente (2009), “Leguminosas Gostosas”, *Revista Agrícola*, Vol. 32, nº 3, pp. 234-275

7. A forma final das referências bibliográficas será da responsabilidade da Direção Editorial que procederá, sempre que necessário, aos ajustamentos necessários.

## **NORMS FOR THE SUBMISSION OF PAPERS TO THE PORTUGUESE REVIEW OF REGIONAL STUDIES**

### **A. Norms concerning papers submission and evaluation**

1. Although the Portuguese Review of Regional Studies (RPER) is not a member of the Committee on Publication Ethics (COPE), its Editorial Board decided to adhere to the principles of the COPE Code of Conduct, from January 1<sup>st</sup> 2012 onwards:

(<http://publicationethics.org/files/Code%20of%20conduct%20for%20journal%20editors4.pdf>).

2. In principle, only papers that have never been published (in another journal or book, including conference Proceedings) can be considered for publication in RPER. The previous publication in a series of “working papers” (electronic or paper format) is an exception to this rule. The Editorial Board may agree with other sporadic exceptions, when copyrights are secured.

3. When a paper is submitted to RPER, authors must explicitly state that it will not be submitted for publication in any other journal or book until the reviewing process is completed. For this purpose, a signed declaration must be sent along with the paper. If the paper is rejected by the Editorial Board, the authors are free to publish it anywhere else.

4. Papers submitted for publication will always be reviewed (anonymously) by two experts in the area, invited by the Editorial Board. Both referees will offer their comments and classify it in accordance with the criteria defined by the Editorial Board. The reviewing criteria include originality, consistency, readability and the paper’s formal correction. The authors will be informed by the Editorial Board of the results of the evaluation within 16 weeks of its receipt. The assessment has three possible outcomes:

(1) The paper is accepted for publication just as it is (or with minor changes) and it is included in the editorial plan. In this case, the authors are immediately informed of the expected publication date.

(2) The paper is considered acceptable provided that major changes are made to its form

or contents. In this case, authors will have a maximum of six weeks to make such changes and to submit the paper again. Once the revised version is received, a new assessment process starts.

(3) The paper is refused.

5. RPER may organize special issues on specific themes, following conferences, workshops, or other events relevant in its area of interest. Although, in these cases, a simplifying shorter reviewing process may be adopted, the principle of peer-review selection will always be preserved.

6. Exceptionally, RPER may publish articles “by invitation”, meaning that they are not subject to the reviewing process. These outstanding articles, however, are always clearly signaled as such in their front page.

7. RPER acknowledges the right of the members of its Editorial Board (including its Director) to submit papers to the journal. When an author or co-author is also a member of the Editorial Board, he/she is excluded from the reviewing process in all its stages, including the final decision.

8. RPER acknowledges the authors’ right of appeal on any publishing decision of the Editorial Board. That appeal is made to the Director of RPER that will inform the Editorial Board. The new arguments will be sent to the reviewers, asking for a final judgment within a 30-day term. In case of disagreement between the two referees, the Editorial Board is compelled to appoint a third reviewer. There is no further appeal for a second decision ensuing this process.

9. RPER positively welcomes cogent criticism on the works it publishes. Authors of criticized material will have the opportunity to respond.

10. Reviewers are required to preserve the confidentiality on the contents of the papers and on their comments, and requested, more generally, to handle all the submitted material in confidence. Proper information on the principles of the Code of Conduct referred in 1. will always be provided to the reviewers.

11. Once the paper has been accepted and formatted for publishing, it will be sent to the

author for graphics checking and revision. Any corrections the author might want to make must be sent to RPER within five days. Only formal corrections will be accepted.

12. Each author and co-author of accepted papers will be offered a number of the published issue

13. Articles cannot exceed 30 pages after being formatted according to the present norms, including the title page, the summary page, notes, tables, graphics, maps and references.

14. Papers must be sent, by e-mail to [rper.geral@gmail.com](mailto:rper.geral@gmail.com) or by normal mail, to the Secretariat of RPER: APDR - Universidade dos Açores, Rua Capitão João d'Ávila, 9700-042 Angra do Heroísmo – PORTUGAL. For future contact please use the e-mail address: [rper.geral@gmail.com](mailto:rper.geral@gmail.com).

## **B. Norms concerning papers structure**

1. The authors must send a complete version of the paper by e-mail or on a CD-Rom by mail, in the original Microsoft Word file, to the contacts specified in point 14 of Norms (A).

2. Texts must be processed in Microsoft Word for Windows (97 or later version). All written text must be black.

3. Graphics, maps, diagrams, etc. shall be referred to as “Figures” and tables shall be referred to as “Tables”.

4. Figures and Tables must be delivered in two different forms: inserted in the text, according to the author's choice, and in a separate file. Tables and graphics must be delivered in Microsoft Excel for Windows 97 or later. Graphics must be sent in both the final form and accompanied by the original data, preferably in the same file (each graphic in a different worksheet). Maps must be sent in a vector format, like Corel Draw or Windows Metafile Applications.

5. Mathematical expressions must be as simple as possible. They will be presented on one line (between two paragraph marks) and numbered sequentially at the right margin, with numeration inside round brackets. Equation Editor (Microsoft) or Math Type are the accepted Applications for original format files.

6. The paper must have no more than four co-authors. Exceptions may be accepted when

a reasonable explanation is presented to the Editorial Board. Authorship must be limited to actual and direct contributors to the conducted research.

7. Text must be processed in A4 format, Times New Roman font, size 12, line space 1.5 and 6 pt space between paragraphs. The upper, lower, left and right margins must be set to 2.5 cm.

8. The first page shall contain only the paper's title, the author's name, address, phone and fax numbers and e-mail, and the author's affiliation. In the case of several authors, please indicate the contact person for correspondence. A remark on funding institutions of the research or related work leading to the article – that is compulsory when it applies – must be placed as well in this first page.

9. Second page shall contain the title and the abstract of the paper, in English and, if possible, in Portuguese as well, with no more than 800 characters, followed by two lines, one with the keywords to a limit of 5, and the other with the proper Journal of Economic Literature (JEL) codes describing the paper. JEL codes must be from 2 up to 5, with three digits, as for example R11. The title, the abstract, the keywords and the JEL codes area all compulsory, at least in English.

10. Text starts on the third page. Sections or chapters are numbered sequentially using Arabic numbers only (letters or Roman numeration must not be used).

11. Figures and Tables must contain a clear source reference. These shall be as clear as possible. Each must have a title and, if applicable, a legend.

12. The final format of Figures and Tables will be of the responsibility of the Editorial Board, who will allow some adjustments, whenever necessary.

## **C. Norms concerning bibliographic references**

1. The references listed at the end of each paper shall only contain citations and references actually mentioned in the text.

2. To ensure the anonymity of papers, each author's self references are limited to three and no expressions that might betray the authorship are allowed (for example, “as we affirmed in previous works (cfr. Silva (1998:3))”).

3. Although their meeting in preliminary versions is recommendable, the bibliographic norms below are mandatory for the final (accepted) version only.

4. Authors cited in the text must be indicated by his/her surname followed, within round brackets, by year of publication, by “:” and by the relevant page number(s). For example, the citation “Silva (2003: 390-93)”, refers to the work written in 2003 by the author Silva, on pages 390 to 393. If the author is merely mentioned, indication of “Silva (2003)” is sufficient.

5. In case an author has more than one work from the same year cited in the paper, citation must be ordered. For example: Silva (2003a: 240) and Silva (2003b: 232).

6. References must be listed alphabetically by authors’ surnames, at the end of the manuscript. The name will be followed by year of publication inside round brackets and the description, thus:

Monographs: Silva, Hermenegildo (2007a), *The Vegetables Theory*, Cambridge, Agriculture Press

Collection: Sousa, João (2002), “Weed Killers and Manure” in Cunha, Maria (coord.), *Farming - Theories and Practices*, London, Grassland Publishing Company, pp. 222-244

Journal Papers: Martins, Vicente (2009), Tasty Broccoli, *Farmer Review*, Vol. 32, nº 3, pp. 234-275

7. The final format of the references will be the responsibility of the Editorial Board, who will allow adjustments whenever necessary.

# ÍNDICE

- 5** Desigualdades em Tempos de Crise: Vulnerabilidades Habitacionais e Socioeconómicas na Área Metropolitana de Lisboa  
*Renato Miguel do Carmo*  
*Rita Cachado*  
*Daniela Ferreira*
- 23** Shrinking Cities in Portugal – Where and Why  
*Maria Helena Guimarães*  
*Ana Paula Barreira*  
*Thomas Panagopoulos*
- 43** Produção de Conhecimento e Variedades de Capitalismo: Resiliência Regional no Alvorecer da Turbulência Económica na Europa  
*Hugo Pinto*
- 65** Chaves do êxito do Turismo em Espaço Rural (TER): evidências a partir da lealdade turística na Rede das Aldeias do Xisto  
*Fidel Martínez-Roget*  
*José Alberto Tavares Moutela*  
*Juan Carlos Estévez Núñez*

**REVISTA PORTUGUESA DE ESTUDOS REGIONAIS**  
2015 3º Quadrimestre | nº 40 | Avulso €15

ISSN 1645-586X



9 771645 586006